

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 074

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE JUNHO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Renato Gaúcho e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kiesel, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício nº 22/01/GL-PMDB

Curitiba, 05 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tendo em vista que o secretário de governo José Cid Campelo Filho, reportando-se sobre o pedido de

informações de minha autoria, aprovado por esta Casa no dia 05 de abril do ano em curso, foi evasivo, cínico e tratou com desdém, não o deputado Nereu Moura, mas o Poder Legislativo do Paraná, assim o ilustre membro do governo Jaime Lerner incorreu no que dispõe o Artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná, bem como no que estabelece o Artigo 135, § 2º do Regimento Interno, que prevê o seu enquadramento em Crime de Responsabilidade.

Não se pode aceitar que o Governo, que tem a obrigação de agir com responsabilidade e transparência, esconda do povo posições que possuem grande repercussão, como é o caso do tema em questão.

Desse modo, deixo de receber a resposta por considerá-la uma afronta a este Parlamento, e solicito que a Mesa Executiva encaminhe a petição à Corregedoria da Assembléia Legislativa do Paraná para que sejam tomadas todas as iniciativas preconizadas legalmente para que a autoridade objeto da presente representação seja punida com rigor.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 02.06.2001.

(a) NEREU MOURA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1703

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei nº 24/2001, que trata da isenção de ICMS dos medicamentos de uso contínuo, de autoria deste parlamentar.

Sala das Sessões, em 05.06.2001

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 153/2001, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médico Legais - IMLs, e outros estabelecimentos públicos congêneros no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1725

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 211/2001, que revoga a Lei nº 12.909, de 23 de agosto de 2000, que autorizou o Poder Executivo a incluir dispositivo no edital de venda do Banestado.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 411/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/2000, item II, ressalvado o item 01 da presente Sessão Ordinária, Proposição de Emenda Constitucional nº 037/2001.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final para os Projetos de Lei nºs 188 e 189/2001, itens 12 e 13, da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 341/2000, item 21, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Edson Strapasson, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1556

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 384/99.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1557

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 059/99.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa o arquivamento do Projeto de Lei nº 149/2000, que versa acerca

de instituição de carga horária diferenciada para o ensino regular noturno nas escolas públicas estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1709

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 576/99, de minha autoria, que declara de Utilidade Pública o Clube da Amizade Sem Fronteira - Casf/PR, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1733

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 158/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, visando autorizar o Governo do Estado do Paraná, a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, com sede na cidade de Pontal do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

Conforme disposto no Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja o Projeto de Lei nº 311/99 item 08 da pauta da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária, dispensado de terceira discussão, tendo em vista que o mesmo não recebeu emenda.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação do prazo para a entrega das emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado - 2002, até o dia 10 de junho do corrente.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e na qualidade de Coordenador do Processo de Adaptação da Constituição do Estado às modificações federais, respeitosamente, REQUER a prorrogação do prazo por 30 dias,

a partir desta data, para apresentação do parecer sobre as emendas interpostas ao texto constitucional.

Neste termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente:

Pelo presente solicito a Vossa Excelência a autorização para uso do plenarinho desta augusta Casa de Leis, no próximo dia 08 de junho, às 10h até 12h para reunião do encontro dos prefeitos do PT do Paraná.

Certo de poder contar com sua atenção, agradeço sensibilizado.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU COLOMBO

REQUERIMENTO 1741

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, e, com base no Artigo 36 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, a criação e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar atos e ações administrativas irregulares no Governo do Estado do Paraná, tenham sido elas cometidas no âmbito da administração direta ou indireta.

Considerando que as denúncias feitas pessoalmente aos senhores parlamentares ou pela imprensa, têm acontecido em número sempre crescente, acreditamos na necessidade de que elas sejam apuradas dentro do menor espaço de tempo possível;

Considerando ser esta uma atribuição da Assembleia Legislativa, fiscalizar e controlar todos os atos do Poder Executivo (cf. Art. 53, XXVII da Constituição Estadual), e as informações solicitadas por esta Casa não estão sendo fornecidas.

A referida Comissão terá poderes para investigar:

- a) compra de Títulos de Dívida Pública;
- b) compra de Ações do Sercomtel;
- c) venda do Banestado;
- d) venda da Copel;
- e) Jogos Mundiais da Natureza;
- f) Banestado Leasing;
- g) propaganda;
- h) locação de veículos;
- i) superfaturamento nos contratos de compra de

Software;

j) outras que surgirem como consequência das demais.

Essa Comissão terá a duração de cento e vinte (120 dias e será composta por 07 (sete) deputados.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(aa) ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER, ÂNGELO VANHONI, ELI GHELLERE, CAÍTO QUINTANA, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTO-

NIO ANIBELLI, WALDYR PUGLIESI, CEZAR SILVESTRI, NEREU MOURA, IRINEU COLOMBO, ALGACI TULIO, EDSON STRAPASSON, LUCIANA RAFAGNIN, NEIVO BERALDIN e MARCOS ISFER.

JUSTIFICATIVA:

O paranaense é um cidadão cujo caráter é talhado com homem de bem. Nos últimos dias tem estado indignado com o arbítrio, o nepotismo e a corrupção que tem devastado o País, principalmente, o Paraná.

São dias de preocupação para o homem que luta pela sua sobrevivência, e, que tem visto o patrimônio de seu Estado ser dilapidado por governantes sem escrúpulos. A malversação do dinheiro público, a depredação do patrimônio estadual e o descalabro no trato da coisa pública, tem sido a marca registrada do Governo do Estado que ostenta o atual mandato.

Os parlamentares têm recebido uma enxurrada de denúncias contra o atual Governo, cabendo a esta Assembleia Legislativa exercer a sua prerrogativa constitucional de fiscalizar o Poder Executivo. Não existe outra forma de fiscalizar, sem que haja uma investigação mais profunda, com isenção e com o objetivo de esclarecer a verdade.

A compra de Títulos Podres, a compra de Ações da Sercomtel, a privatização da empresa, são atos que envolvem a Copel e foram confessados no plenário desta Casa, pelo senhor Ingo Hübert, Secretário de Estado da Fazenda, sem que qualquer atitude de investigação fosse feita pelo Chefe do Executivo.

Um negócio de privatização do Banestado, envolvendo valores superiores a 6 bilhões de reais, sendo que nenhum centavo ficou no Estado.

Irregularidades cometidas durante a realização dos Primeiros Jogos da Natureza, que vão desde valores superfaturados até obras inacabadas que foram pagas com recursos públicos, passando pela liberação de verbas do Banestado Leasing, e, que até hoje não estão bem explicadas.

Verbas milionárias gastas com publicidade feitas de empresas que têm, na sua direção, membro da família Lerner, caracterizando-se o mais escalabroso ato de nepotismo.

A extinção da frota de veículos oficiais do Estado, para que se contratem veículos na iniciativa privada.

O superfaturamento nos contratos de Software, que foram constatados pela senhora Maria Elisa Paciornik, então secretária de Administração, e, conformadas por ela à CPI da Telefonia.

Todas essas denúncias justificam a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar essas denúncias de corrupção que campeiam no seio da administração pública municipal, razões pelas quais contamos com a colaboração de todos os colegas parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja encaminhado convite ao Excelentíssimo Senhor Euclides Scalco, Digníssimo Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional e um dos Coordenadores da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - CGCE, para que compareça à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para proferir palestra elucidativa sobre a realidade energética e as possíveis conseqüências no campo econômico e social no País e em especial no Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1540

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa que seja designada uma data para a realização de sessão desta Assembléia Legislativa em homenagem ao escritor paranaense Domingos Pellegrini, ganhador do Prêmio Jabuti com o romance “O Caso da Chácara Chão” (Editora Record), eleito o melhor do ano 2000.

Domingos Pellegrini, nasceu em Londrina e está hoje com cinquenta e dois anos.

Ressurgiu no mercado editorial com a obra que foi agraciada com o Prêmio Jabuti. Figura na lista de vencedores do Jabuti ao lado de Lygia Fagundes Telles (Invenção e Memória) e Fernando Moraes (Corações Sujos), além de outros escritores brasileiros.

Ganhou o primeiro Jabuti em 1977, na categoria contos, com o livro “O Homem Vermelho” (Ed. Civilização Brasileira).

Cada escritor só pode concorrer uma vez a esse prêmio, em cada categoria e Domingos Pellegrini já recebeu na categoria contos e agora romance. O autor pretende lançar brevemente três romances inéditos.

“O Caso da Chácara Chão” é uma obra quase que autobiográfica. Pellegrini, que também é jornalista e mora em uma chácara há três anos e meio, questiona no romance os valores da imprensa, que constrói e derruba heróis, e cutuca a corrupção na Polícia Civil e Militar. “Falo das minhas experiências. Para mim, não temo como você descrever um ambiente, uma ação, uma pessoa, se não tiver elementos reais para isso. Procuro preservar ao meu redor e sugar a essência de toda a narrativa”, afirma o escritor (brasiliteira.terra.com.br).

Domingos Pellegrini começou a escrever aos 14 anos, quando ganhou uma máquina de datilografia do pai, e nunca mais parou.

Terra Vermelha (1998) inaugurou a fase do escritor dedicada aos romances. Essa obra, que chegou às livrarias consagrada pela crítica e vai virar filme, conta a saga dos pés-vermelhos - pioneiros que colonizaram o Norte do Paraná.

A chácara que o escritor escolheu para passar o resto de sua vida, fica nos arredores de Londrina.

A arte e a cultura são manifestações que eternizam o ser humano, cuja criatividade, felizmente, é ilimitada.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamentos no artigo 34, inciso I, parágrafos 1º a 4º, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial de Investigação, composta por 05 (cinco) membros, com prazo de duração de 30 (trinta) dias, com o objetivo de apurar indícios de irregularidades na distribuição de verbas na Unioeste entre os campi.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se com tal requerimento, criar uma Comissão Especial de Investigação para apurar indícios de irregularidades na definição da verba destinada ao Campus de Foz do Iguaçu, da Unioeste.

Considerando matéria publicada no jornal Gazeta do Iguaçu, referente reunião pública realizada pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu, inclusive com a presença do Prefeito do Município.

Considerando números do plano de verbas definidos pela Diretoria do Campus de Foz de Iguaçu que, pela planilha, teria direito a 14,50% (quatorze vírgula cinquenta por cento) da verba orçamentária bem abaixo do pretendido.

Importante ressaltar que este parlamento não quer emitir nenhum pré-julgamento, porém são necessários os esclarecimentos dos fatos. É preciso esclarecer os verdadeiros critérios de distribuição da verba orçamentária da Unioeste - entre os campi, pois injustiça ou discriminação ninguém aceita e Foz do Iguaçu também não!

REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER que seja constituída, no âmbito do Poder Legislativo do Estado do Paraná, uma Comissão Paranaense observando os dispositivos regimentais, para analisar e emitir pareceres das contas quadrimestrais do Poder Executivo, de que trata o § 4º do Artigo 9º da Lei Complementar 101/2000.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1679

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER que seja constituída, no âmbito do Poder Legislativo do Estado do Paraná, uma Comissão Especial composta por 7 membros, observando os dispositivos regimentais e com base no que determina o Artigo 166, parágrafos e incisos da Carta Magna, para analisar e emitir pareceres das contas quadrimestrais do Poder Executivo, de que trata o § 4º, do Artigo 9º, da Lei complementar 101/2000 (LRF), conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Irene Nunes Salles, no dia de ontem, na cidade de Congonhinhas.

Era esposa do vice-Prefeito Benedito Salles do Nascimento e deixa os filhos: Ney Salles, Neydson Salles, Nora Ney Salles, Nancy Salles e Amanda Salles.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Helio Tomaz de Aquino, que ocorreu na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência à viúva Felícia de Aquino, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Tamoios, 457, CEP 80320-290- Curitiba-Paraná, e aos filhos Leonardo Tomaz de Aquino, Ricardo Tomaz de Aquino e Hélio Tomaz de Aquino Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à rua Vereador Antonio Pozzan, 684, ap. 01- CEP 85950-000 - Palotina-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1543

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações à diretora artística e executiva, senhora Nitis Jacon e equipe, pela realização do Filo - Festival Internacional de

Londrina, que este ano adotou o tema “Por uma cultura da paz”.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à homenagem, através de correspondência a ser encaminhada à Praça 1º de Maio, nº118 - CEP 86010-120/Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Em 33 anos de história, o Filo - Festival Internacional de Londrina já soma mais de mil espetáculos apresentados.

Pela sua trajetória é considerado o festival de mais longa duração e regularidade no País e na América Latina.

O Filo é reconhecido pela comunidade artística nacional e internacional como um dos eventos culturais mais importantes. Além da programação de alto nível e qualidade, o filo estimula a criatividade, a arte, o pensamento, a cultura, os meios de produção e geração alternativa de emprego e renda.

Na edição 2001, que acontece de 1º a 31 de maio, o Filo adotou o tema “Por uma cultura de Paz”.

O Festival Internacional de Londrina, sob a direção artística e executiva de Nitis Jacon, foi aprovado pelo Icom/Unesco, como Patrimônio Cultural Paranaense e do Teatro Brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 1544

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado à Prefeitura de Santa Helena, voto de congratulações pelo aniversário de 34 anos de emancipação política daquela cidade, que serão comemorados neste dia 24 de maio.

Uma das mais importantes cidades do Oeste, que desponta como potencial turístico, Santa Helena é hoje orgulho de seus moradores.

A cidade desenvolveu-se grandemente nos últimos anos e através da administração pública, atualmente conduzida pelo prefeito Silom Schmitt, o empresariado vem garantindo espaço nobre na história da região.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar os municípios daquela cidade e tornar público o reconhecimento desta Casa a quem, de forma meritória, ajuda a engrandecer o nome do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA.

REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações pela Associação dos

Engenheiros Agrônomos do Vale do Ivaí, alusivo à posse da nova diretoria biênio 2001/2003, empossada no dia 10 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da referida associação, senhor engenheiro Edivan Abel Moraes, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Pires s/nº - bairro Pires - Caixa Postal 55 - CEP 86870-000, Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do Dia do Trabalhador Rural, a ser comemorado no dia 25 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná- Fetaep, Antônio Lúcio Zarantonello, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Silva Jardim, 775 - Rebouças - CEP 80230-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao jornal "O Comércio", de União da Vitória, pela passagem do seu 80º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à jornalista Sitamar Brittes Dalmas, diretora daquele Semanário, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas e colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornalismo brasileiro insere-se entre os primeiros do mundo, gozando de elevado conceito internacional. Neste contexto a imprensa paranaense desfruta também de privilegiada posição destacando-se com invulgar evidência, como jornal semanário de uma região importante do nosso Estado, o Jornal "O Comércio".

Somente quem está permanentemente ligado ao nosso interior conhece as dificuldades para levar adiante empreendimentos que no fundo são verdadeiros serviços de utilidade pública, sem o fim precípuo do lucro. É assim a nossa brava gente do jornal "O Comércio", que no afã de servir à comunidade da região, de divulgar e

enaltecer os nossos municípios, enfrenta com coragem os mais diversos obstáculos.

Portanto, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se ao júbilo pelo transcurso do 80º aniversário de fundação do jornal "O Comércio" de União da Vitória, tributando sua homenagem à direção, funcionários e colaboradores pelo auspicioso evento.

REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo senhor deputado federal Gustavo Fruet, pela feliz iniciativa de apresentação da proposta de Emenda Constitucional nº 338/2001, revogando alínea "b" do inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Estadual.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor deputado Gustavo Fruet.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A revogação proposta irá permitir que os Estados produtores de energia elétrica, petróleo e seus derivados recebam ICMS nas operações interestaduais.

No caso do Paraná, isto poderá representar um acréscimo na receita da ordem de 300 (trezentos bilhões de reais/ano).

Trata-se de dispositivos de tratamento desigual em virtude de a mercadoria haver sido produzida ou comercializada dentro do seu território ou fora dele, portanto, são inconstitucionais por ferir o princípio de "isonomia". Não atendem princípio de igualdade constituindo-se uma afronta à isonomia, na medida em que beneficiam, o comerciante, o industrial situado em outro Estado.

O princípio fundamental do estado de direito emana da carta pela qual todos são iguais perante a lei.

O Paraná precisa se mobilizar para enfrentar da melhor maneira as dificuldades e dilemas deles decorrentes e que já nos atingem há muito tempo.

Precisamos que se faça justiça ao Paraná na questão do custo da transmissão da energia para outros Estados.

Este parlamentar sente-se honrado em poder traduzir para a posterioridade, com absoluta realidade, o pensamento da população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao doutor Antonio Bernardino de Sena Neto, prefeito municipal

de Goioerê, pela feliz iniciativa da construção e inauguração do Bicicross, naquele município.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao doutor Antonio Bernardinho de Sena Neto, prefeito municipal, bem como ao senhor Paulo Vicente Calisto, vice-Prefeito Municipal e ao senhor vereador Ademir Flor da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores, para que recebam e transmitam a toda a população as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Goioerê e municípios vizinhos tiveram a feliz oportunidade de assistir, no último dia 20, à inauguração do Bicicross, que proporcionará aos jovens desfrutarem de um lugar onde espairecer e descansar da labuta diária. Recrear o espírito cansado, é um lenitivo e desintoxicante ao organismo exausto. A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo de seus administradores, como é o caso da administração “cidadã” do prefeito Bernardinho Sena. Se lançarmos os olhos à nossa volta, veremos que os povos que mais produzem, quer no terreno do trabalho produtivo, quer nos arraiais do espírito, são aqueles que sabem dosar as horas de recreio com as do labor diário.

Como parlamentar da região tivemos a alegria de participar da inauguração, cuja finalidade é proporcionar distração sadia, pois não só de pão material vive o homem, mas por igual do pão do espírito.

Um povo não se faz admirar apenas pela sua força bruta, mas, sobretudo, pelas criações do espírito.

Temos certeza que o nome do prefeito Antonio Bernardinho de Sena Neto e de seus companheiros de labuta ficarão gravados no coração do povo daquela progressiva região, com o estilete da gratidão imorredoura.

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à direção do Supermercado Festival, pela feliz e humanitária iniciativa em contratar para sua empresa, funcionários com problemas de deficiência.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao senhor Marcelo Fontana Breda, diretor executivo da empresa Festival, para que receba e transmita aos demais diretores, funcionários e colaboradores, as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Homenagens que também devem ser creditadas com bastante carinho à senhora Neusa Soares de Sá, coordenadora estadual da Área de Educação Profissional da Federação Paranaense das APAE's (Associação de

Pais e Amigos dos Excepcionais), compartilhando com todas as suas companheiras desse humanitário trabalho.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Infelizmente existe muito preconceito e muita dificuldade para o cumprimento da legislação em vigor. A Lei Federal nº 7.853/89, que teve a sua regulamentação pelo Decreto nº 3.289/99, estabelece que as empresas com mais de 100 funcionários devem contratar obrigatoriamente para seus quadros, de 2% à 5% de suas vagas com portadores de deficiência seja, mental, física, auditiva, visual ou múltipla.

“Um certo poeta disse que cada criança que nasce nos traz a certeza que Deus ainda confia nos homens.”

A imprensa de ontem detalhou com bastante eficiência, alguns resultados dos deficientes que recebem treinamento profissional. Por esta razão, devemos louvar as pessoas voluntárias que trabalham na área de educação profissional da Federação Paranaense das APAE's (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). São exatamente essas voluntárias anônimas que baseadas na experiência de ensino dessa instituição que incentivam a colocação do deficiente no mercado de trabalho, embora encontrando muita dificuldade. Entendemos que: pouco com Deus é muito. Por esta razão o Criador há de estimular a todas elas para continuarem com essa campanha meritória.

Ante as forças imersas da natureza, ante os mistérios insondáveis da criação, um ente superior se impõe. Esse ente que elas sentem palpar no seu espírito é Deus. Curvam-se diante desse Ser Todo Poderoso a prestar-lhe sua homenagem de criatura ao Criador.

Finalmente entendemos que esse ato da direção do Supermercado Festival, essa decisão de humanidade, é na sua essência o que se denomina de progresso, pois, dos seus 520 empregados, 86 são portadores de deficiência, ou seja: 16,5% (dezesseis e meio por cento). Isso é manifestação de amor e fidelidade. Como Jesus, na celebração da eucaristia, somos convidados a nos doar aos irmãos e irmãs, para que a justiça triunfe e que a vida seja abundante para todos.

Este deputado sente-se orgulhoso em poder registrar para a posteridade, nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tão auspiciosa notícia.

REQUERIMENTO Nº 1575

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, de votos de congratulação ao jornal O Diário Popular, pela 25ª Edição do “Chuteira de Ouro” que acontece hoje dia 28 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu diretor-presidente Abdo Aref Kudri, através de corres-

pondência a ser encaminhada, à Rua XV de Novembro, 1190 - Centro - CEP 80060-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1604

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Cooperativa Agro-Pecuária Batavo Ltda, pela comemoração dos seus 60 anos de produtividade.

Fundada em 1º de agosto de 1941, a Cooperativa Agro-Pecuária Batavo Ltda, é a mais antiga das singulares que formam o grupo Batavo, juntamente com as suas cooperativas Castrolanda e Arapoti. Primeira cooperativa de produção do Brasil, desde 1928, fabricava produtos com a marca Batavo.

A Batavo, é conhecida internacionalmente em função de suas altas produtividades agropecuárias, com um faturamento anual superior a cem milhões de dólares.

Enquanto a média nacional de produção de leite é de aproximadamente três litros/vaca/dia, a cooperativa tem produtividade média de vinte e oito litros/vaca/dia, além de animais recordistas nacionais que produzem mais de 70 litros/dia.

Suas terras, através da introdução de tecnologia de ponta, hoje, detém as melhores produtividades brasileiras, graças à adoção do Plantio Direto em 97% da área agricultável.

Recentemente, inaugurada a moderna fábrica de rações Batavo, quase que totalmente importada da Holanda, dispõe da melhor tecnologia existente para o setor.

As sementes Batavo são conhecidas como “as sementes do plantio direto”, sendo licenciadas pela Embrapa, Monsoy e Coodetec.

A cooperativa tem um dos 6 laboratórios do Paraná credenciados para realizar análise de patologia de sementes.

Foram cinco famílias holandesas que chegaram à Carambeí no início do século sem praticamente nenhum apoio. Vieram para trabalhar na construção da estrada de ferro e também foram convidadas a produzirem leite. Com a conclusão da estrada de ferro as famílias começaram a agregar valor ao leite, transformando esse produto em queijo, requeijão e manteiga.

Depois de passarem por muitas necessidades e penúrias, mas com muita perseverança, persistência e vontade, venceram todos os preconceitos e dificuldades, sendo esta a única colonização antes da Segunda Guerra que saiu vencedora.

E agora a Batavo está preparada para os novos dias, com produtividade crescente, uma nova e moderna fábrica de rações, uma administração profissional e, consciente de que uma cooperativa só é forte quando seus associados são fortes, pois desde sua fundação é alicer-

çada no tripé: igreja, família e cooperativa, mantendo-se em pé, vencendo o presente e conquistando o futuro.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos funcionários em nome do senhor Frankie Dijkstra - diretor da Cooperativa Agro-Pecuária Batavo Ltda, na Av. dos Pioneiros, 2324 - Carambeí- PR - CEP-84195-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao jornalista José Jamur Júnior, pelo lançamento do livro “Pequena História de Grandes Talentos”, que acontecerá no dia 29.05.2001, no Espaço Cultural desta Casa de Leis.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao autor, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Fernandes de Barros, 1559 - bairro Hugo Lange - CEP 80040-200- Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, depois de ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da ata da presente Sessão Plenária, voto de congratulações em apoio ao projeto Olimpíadas dos Trabalhadores, edição 2001, de realização das entidades Unaecic (União das Associações de Empregados da CIC) e Foltrapar (Fundação da Força Trabalhista do Estado do Paraná), projeto este já tradicional em prol da classe trabalhadora, que tem por finalidade desenvolver o intercâmbio esportivo e social entre as equipes participantes, alcançando os objetivos de entendimento humano, convivência fraterna e paz social.

Requer ainda, o envio de correspondência ao professor Walter Cezar, diretor-presidente da Foltrapar, Rua Luiz Dell Gobbo, nº 54, Capão Raso, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Francisco Martins e Dalva Martins, que completou 50 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortaleci-

dos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal Laertes Edgard Trentim e Dayse do Rocio Guimarães Trentim, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrado “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao escritor, advogado e professor tamandareense, doutor Harley Clóvis Stocchero pela sua investidura na qualidade de titular da Cadeira nº 06 da Academia Paranaense de Letras, cujo patrono é o senador Manoel Francisco Correia Neto e fundador Nestor Victor dos Santos, que acontecerá na próxima quarta-feira, 30 de maio de 2001, às 19h00, no Círculo de Estudos Bandeirantes em Curitiba - Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Coronel João Cândido de Oliveira, 244 - CEP 83.501-010 - Centro - Almirante Tamandaré - Paraná.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1630

Senhor presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao poeta Harley Clóvis Stocchero, por ter assumido uma cadeira na Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O poeta, contista e cronista Harley Clóvis Stocchero é o mais novo integrante da Academia Paranaense de Letras. Sua eleição para ocupar a 6ª Cadeira na Academia, antes por Felício Reitan Neto, ocorreu no dia 17 de outubro de 2000.

Stocchero é autor de 8 livros e se caracteriza como um poeta voltado para temas ecológicos. Tem 74 anos, é casado pai de 4 filhos e possui em sua carreira 2 pontos distintos. Seu primeiro livro publicado foi o “Estudo Histórico e Estatística Sobre o Município de Timoneira” (hoje Almirante Tamandaré), no ano de 1951. porém ele passou a se dedicar à poesia, em 1984, com publicação de “Erminda Podre”. Para o poeta todos os livros têm o mesmo valor sentimental, mas o que, segundo ele, teve melhor recepção do público foi o livro de sonetos e poemas “Andanças na Terra Tinguí”, publicado em 1992. Com ele, o poeta foi premiado pelo Rotary Clube - Alto da Glória.

“Os Dois Mundos”, “Pouso dos Guaraipos” e “Novas Cantigas” também fazem parte da obra de Stocchero, que já é vice-presidente da Academia José de Alencar e da Sala do Poeta, além de participar da Academia Sul-brasileira de Letras.

Sem dúvidas, é mais que merecida esta vaga na Academia Paranaense de Letras, assumida por Harley Clóvis Stocchero, gente da nossa terra, da melhor qualidade, brilhante escritor e poeta. A ele (rua Coronel João Cândido de Oliveira, 224 - 83501-010 - Almirante Tamandaré/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1631

Senhor presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Emater/PR, pela comemoração de seus 45 anos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Emater-PR comemorou, na última semana, seus 45 anos de existência. A empresa que atualmente atende

cerca de 200 mil empresas por ano, é o verdadeiro espelho da história agrícola do nosso Estado, já que vem acompanhando os paranaenses nas causas agrícolas do Paraná.

Entre os principais programas em que a Emater participa destacam-se as Vilas Rurais, que já contam com 353 vilas inauguradas; o Paraná 12 Meses que já atendeu 42 mil famílias com o repasse de R\$159 milhões em 3 anos. A Fábrica do Agricultor, que já atendeu 700 empreendedores em 500 fábricas implantadas e o Banco da Terra que atendeu 445 famílias.

Durante estes longos 45 anos, muitos foram os desafios, sempre enfrentados com dedicação e trabalho de toda a equipe da Emater que é o braço técnico de apoio ao agricultor paranaense.

Pela comemoração de seus gloriosos 45 anos, receba a Emater, através de seu Presidente - Rubens Niederheilmann (Rua da Bandeira, 171 - Centro - 80035-270 - Curitiba/PR os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, por ter sido reconhecida como uma das “Empresas do Século”.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo, mais uma vez foi merecidamente premiada - reconhecida como uma das Empresas do Século, entre outras 20 empresas paranaenses.

A eleição premiou as empresas cuja atuação não se restringiu apenas às atividades empresariais, mas aquelas que também cumpriram o seu papel de responsabilidade social.

Ao longo de seus 83 anos de circulação, a Gazeta do Povo protagonizou campanhas sociais memoráveis que marcaram a história e transformaram o Paraná, como a dos Royalties de Itaipu, contra o analfabetismo, defesa do Paraná no cenário nacional e representação do Paraná no Supremo Tribunal Federal - após 100 anos de portas fechadas para o nosso Estado.

Com postura editorial séria associada à preocupação constante de atualização, a Gazeta do Povo é o jornal mais lido do nosso Estado. É unanimidade de preferência entre os leitores paranaenses, sendo o único jornal a deter mais de 90% a fatia total do mercado.

Foi a Gazeta do Povo que deu origem à rede Paranaense de Comunicação, hoje o maior e mais forte grupo de comunicação do Estado.

Por ter sido considerada uma das Empresas do Século, receba o jornal Gazeta do Povo, através de seu Presidente - doutor Francisco Cunha Pereira Filho (Praça

Carlos Gomes, 04 - Centro - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Senhor Paulo César Fiates Furiati, prefeito da Lapa, pela iniciativa de proibir o plantio de organismos genericamente modificados no território daquele município.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito da Lapa - Paulo César Furiati, numa brilhante iniciativa, proibiu, através de Projeto de Lei que levou o nº 06/2001 (de 08 de março de 2001) o plantio de organismos genericamente modificados em todo o território daquele município.

O projeto de lei em questão não proibiu apenas o plantio, mas também o comércio e uso de qualquer alimento que sejam derivados de plantas genericamente modificadas.

Paulo Furiati, um homem preocupado com sua população e com o impacto negativo no meio ambiente que tecnologias modernas, por mais avançadas que fossem, neste caso, poderiam trazer danos à saúde das pessoas e dos animais, além de sérios problemas à natureza, numa iniciativa arrojada, pôs fim aos riscos que a cidade poderia correr.

A cidade da Lapa que possui nas culturas de soja, milho, batata, feijão, entre outras, sua principal fonte de recursos (já que o município é quase que essencialmente agrícola) corria o risco de ter seu equilíbrio ecológico afetado diante deste novo conceito que se afigura - o Organismo Genericamente Modificado. Sendo a Lapa reconhecidamente um local onde as culturas orgânicas se destacam, onde a qualidade de vida é elevada devido ao interesse da população em manter as culturas naturais de seus produtos agrícolas, foi mais que oportuna a iniciativa do prefeito.

Pela iniciativa do Projeto de Lei nº 06/2001, através da qual demonstrou sua preocupação com o meio ambiente e o ser humano, receba o prefeito Paulo César Fiates Furiati, do município da Lapa (Praça Mirazinha Braga, 87 - 83750-000 - Lapa/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

jornal Diário Popular, pela realização do Troféu Chuteira de Ouro 2001.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Numa bonita solenidade realizada em data de ontem no Restaurante Castelo Trevizzo em Santa Felicidade, o jornal Diário Popular fez a entrega do tradicional Troféu Chuteira de Ouro 2001 às pessoas que mais se destacaram na área desportiva (Campeonato Paranaense 2001).

O Campeonato Paranaense apresentou este ano grandes revelações, além de confirmar talentos e fazer a galera explodir de alegria nos campos do nosso Paraná. Merecidas foram as premiações como o Troféu Chuteira de Ouro, que há 25 anos vêm agraciando os heróis dos nossos gramados.

O troféu é um verdadeiro “oscar do Futebol Paranaense” e recebê-lo é um grande orgulho. Sua realização já tradicional é muito esperada por todos os participantes, sempre em grande número, já que é bastante famoso.

Ao jornal Diário Popular, pela realização do Chuteira de Ouro 2001, através de seu Diretor-Presidente, Abdo Aref Kudri (Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos formandos do Curso de Administração pela realização da campanha em prol do Lar São Vicente de Paulo.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Os alunos formandos das Faculdades Spei de Curitiba no Ano Internacional do Voluntariado, deram um exemplo de cidadania. Promoveram a Campanha “Viva o idoso de amanhã” de solidariedade ao grupo de idosas abrigadas pelo Lar São Vicente de Paulo de Curitiba.

O Asilo, fundado em 09 de dezembro de 1926, administrado desde então pelas Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz, abriga pessoas na faixa etária de 60 anos, portadores de deficiências físicas e mentais que recebem o atendimento de todas as necessidades relacionadas aos cuidados pertinentes com a saúde, alimentação, higiene, repouso e lazer.

O lançamento da Campanha “Viva o idoso de amanhã” deu-se no dia 12 de maio das Faculdades Spei e será desenvolvida em várias etapas objetivando a divulgação das necessidades e a arrecadação de donativos para o asilo que sobrevive graças às doações e contribuições voluntárias da comunidade, mas que ainda não são suficientes para a sua manutenção.

Aos formandos do Curso de Administração das Faculdades Spei, pela lição de vida e cidadania com o lançamento da Campanha “Viva o idoso de amanhã”, receba, através do senhor Cláudio Skora (Coordenador dos Cursos de Administração) - (Al. Doutor Carlos de Carvalho, 256 - Curitiba-PR- 80.410-180) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor Guimarães Taborda Bueno - diretor da empresa Café Damasco, por ter recebido o prêmio Mérito Industrial do Café.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O empresário Guimarães Taborda Bueno, diretor da Empresa Café Damasco S.A., foi agraciado com o prêmio Mérito Industrial do Café.

O seu trabalho incansável, desenvolvido com pioneirismo de atos, conduta irreparável e interesse devotado aos assuntos do café em geral, oportunizam à Associação Brasileira da Indústria do Café a conferência deste prêmio ao empresário paranaense que desponta como um dos maiores do país no setor industrial do café.

Guimarães Taborda Bueno está à frente da Café Damasco S.A., que há 38 anos tem como principal objetivo o bom atendimento do consumidor, com alta tecnologia aliada a elevado padrão de qualidade, o que levou a empresa a liderar o mercado com sucesso absoluto de seus produtos.

A indústria, situada em Curitiba, possui 4 filiais distribuídas pelo Paraná e Santa Catarina e mais de 350 funcionários, que trabalham incansavelmente em busca da perfeição na produção, sempre aliada à padronização de alta qualidade.

Guimarães Taborda Bueno é um empresário de sucesso porque sua empresa tem como marca de sucesso a busca da satisfação de seus consumidores, alcançados com trabalho e dedicação.

O merecido prêmio vem ao encontro de uma vida cheia de desafios transpassados com trabalho contínuo.

Pelo recebimento do prêmio Mérito Industrial do Café, receba o senhor Guimarães Taborda Bueno (Café Damasco - Rodovia do Café, 3661 - 81200-010 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1642

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao senhor Edson Antônio

Primon, alusivos à sua reeleição como presidente da Uvepar, que ocorreu no último dia 25 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Carlos Cavalcanti, 742, CEP 80510-040-Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Centro Paranaense Feminino de Cultura alusivo à inauguração de sua nova sede em 07 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente, senhora Chloris Casagrande Justen, através correspondência a ser encaminhada, à rua desembargador Otávio do Amaral, 557, ap. 142 I - CEP 80730-400 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1654

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná, alusivo aos 70 anos de Fundação do referido curso, a ser comemorado em junho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao coordenador do curso, Professor Doutor Geraldo Camilo Alberto, através de correspondência a ser encaminhada à rua dos Funcionários, 1540 - Bairro Cabral - CEP 80035-050- Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1655

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Consulado Geral da Itália alusivo ao Concerto inaugural da série Latina 2001 que será realizado em 31 de maio de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Cônsul Geral, Gianni Piccato através de correspondência a ser encaminhada à rua Marechal Deodoro 630, cj. 2101 - CEP 80010-912- nesta capital.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos de sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal Tribunal de São José de São José dos Pinhais, pela passagem do seu 44º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da casa seja dado ciência aos senhores diretores, para que recebam e transmitam as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná, a todos os jornalistas, funcionários e colaboradores do importante jornal Tribuna de São José.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 18 de junho de 1957, o jornal Tribuna de São José está completando 44 anos de sua fundação, mantendo ao longo desses anos, um serviço de qualidade, fruto da visão administrativa de seus dirigentes e colaboradores.

Devemos honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e a gratidão de seus semelhantes.

Certo poeta dizia: “O homem torna-se útil à medida que demonstra seus conhecimentos; Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida”.

O jornal “Tribuna de São José”, como órgão representativo da população da região, precisa na verdade, ter à sua direção homens que representem realmente o sentir de seus anunciantes e leitores.

Vivemos numa época em que as dificuldades se multiplicam, desafiando os homens a se baterem num caos ameaçador.

É pois, uma demonstração desse nosso sentir que endereçamos aos diretores e colaboradores desse importante jornal, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, orgulhando-se este parlamentar em poder constar nos Anais do Legislativo Paranaense, para legar aos pósteros a passagem dos 44 anos de fundação do jornal “Tribuna de São José” da cidade de São José dos Pinhais.

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos de sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela passagem do seu 54º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos senhores presidente, Conselheiro Rafael Iatauro, ao Vice-Presidente, Conselheiro Henrique Nageboren e ao Conselheiro Corregedor Geral, Nestor Baptista, para que recebam cumprimentem efusivamente todos os senhores conselheiros, auditores, procuradores,

funcionários, colaboradores, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, foi criado pelo Decreto-Lei nº 627 de 02 de junho de 1947.

Devemos assinalar que a passagem do 54º aniversário do nosso Tribunal de Contas, é motivo de orgulho para todos nós, paranaenses, pelo que representa a nível nacional, inclusive na esfera internacional, principalmente como modelo de visão administrativa em todos os tempos. Por esta razão, o Tribunal de Contas do Paraná tem se constituído em modelar instituição para as outras unidades da Federação.

Louvar o trabalho honrado, enaltecer o esforço construtivo de todos aqueles que labutam no Tribunal de Contas de nosso Estado não será lisonja, sem dúvida, mas simplesmente o reconhecimento das nobres qualidades que exornam a marcante personalidade de todos que ali trabalham.

Pelo desempenho que vem apresentando durante esses longos anos, o Tribunal de Contas do Paraná contribui não só para a aplicação da Justiça de contas, mas principalmente fazendo-a com a agilidade que a sociedade espera.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

“Para quem caminha em direção ao sol é sempre madrugada”.

(Helena Kolody)

Orgulha-se portanto, este parlamentar em poder constar nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para legar aos pósteros a passagem dos 54 anos de fundação do Tribunal de Contas.

REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao Clube Atlético Paranaense, extensivos à sua diretoria, atletas e à torcida rubro-negra em geral, pela gloriosa conquista na tarde de ontem, do Bicampeonato paranaense de futebol.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CESAR SELEME

Apoioamento:

Orlando Pessuti

JUSTIFICATIVA:

A grandiosa torcida atleticana ainda festeja hoje a conquista do Bicampeonato Paranaense de Futebol, conquistado heroicamente na tarde de ontem, em sua casa, contra o Paraná Clube, pelos seus ardorosos atletas, diretoria e com o apoio total do povo atleticano.

Queremos nos somar aos festejos de tão grande conquista, que vem encher de alegria e júbilo a nação atleticana do Paraná e por que não dizer do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Unifil - Universidade Filadélfia (ex-Cesulon), através de seu diretor Eleazar Ferreira, pela apresentação oficial desta entidade à comunidade londrinense.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1701

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Associação Industrial De Uraí, pelo sucesso da XLVIII Exposição Agrícola e Industrial de Uraí, promovida pela Associação Cultural e Esportiva, nos dias 02 e 03 de junho de 2001.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1705

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos Trabalhos de voto de congratulações à Direção da Unisep - União de Ensino do Sudoeste do Paraná, do município de Dois Vizinhos, cumprimentando-a pelo início das atividades naquele município. É sempre bem-vinda a instalação de uma instituição de ensino. A sua existência faz crescer a esperança de melhores condições de vida.

O município de Dois Vizinhos e toda a região Sudoeste do Estado do Paraná, certamente estão em festa com a inauguração da Unisep.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Presidente Kennedy, 2001, Dois Vizinhos, PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1711

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Fundação Trützschler Ltda, pelo recebimento do prêmio Atlas Schindler da Qualidade de Fornecimento.

Instalada em Ponta Grossa há 14 anos, a empresa emprega 290 funcionários e desenvolve um plano de investimentos para os próximos cinco anos. A

Trützschler sempre primou em produzir um material de alta qualidade e atender bem seus clientes. Exportando 10% da sua produção para os Estados Unidos e Alemanha, a empresa pretende ampliar a fábrica em mais 3000 metros quadrados, importar máquinas e equipamentos modernos, os quais vão permitir que a fundição atinja a capacidade de produção de 1.000 toneladas de peças/mês.

O prêmio da Qualidade de Fornecimento contribui não apenas para melhorar a qualidade dos produtos e serviços utilizados pela empresa, mas para a melhoria do próprio produto brasileiro.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos gerentes, diretores e demais funcionários da empresa, em nome do diretor-presidente, senhor Nelson Ubner, na Rua Senador Flávio C. Guimarães, 1640, Ponta Grossa - PR, 84070-460.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1712

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à “Cervejarias Kaiser Brasil Ltda. - Unidade de Ponta Grossa”, pelo recebimento do prêmio Indústria do Ano 2001.

A escolha é feita por uma comissão formada por membros da Associação e da Regional da Federação das Indústrias (FIEP), que analisam critérios como qualidade dos produtos e serviços, desempenho, representatividade e destaque no mercado.

Este reconhecimento representa o esforço e dedicação de toda equipe, fazendo com que a empresa destaque-se nacional e até internacionalmente, valorizando assim a cidade, cujo potencial comercial e industrial é muito promissor.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos funcionários da “Cervejarias Kaiser do Brasil Ltda. - Unidade de Ponta Grossa”, em nome do senhor Rui Gil Canesso Garcia, gerente geral da empresa, na Avenida Tocantins, 199 - Ponta Grossa, PR - 84043-610.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à “Agrocete Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.”, pelo recebimento do prêmio Indústria do Ano 2001.

A escolha é feita por uma comissão formada por membros da Associação e da Regional da Federação das Indústrias (FIEP), que analisam critérios como qualidade

dos produtos e serviços, desempenho, representatividade e destaque de mercado.

Este reconhecimento representa o esforço e dedicação de toda equipe, fazendo com que a empresa destaque-se nacional e até internacionalmente, valorizando assim a cidade, cujo potencial comercial e industrial é muito promissor.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos funcionários da “Agrocete Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.” em nome do senhor Antônio Ricardo de Figueiredo, Diretor da Empresa, na Rua Bahia, 260 - Ponta Grossa, PR - 84070-300.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - APUFPR, alusivos à posse da nova diretoria, que ocorreu no último dia 01 de junho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Francisco de Assis Marques, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Dr. Alcides Vieira Arcoverde, 1305, CEP 81520-260, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1718

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Andifes, alusivo a posse do novo presidente, Professor Doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, que ocorreu no último dia 25 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, professor doutor Carlos Roberto Antunes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 1299, CEP 80060-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1720

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Construção Adobe, pela comemoração de seus 33 anos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Construtora Adobe está completando 33 anos de existência. Fundada em maio de 1968 por Leo Grossmann, a Construtora Adobe atualmente recebeu a denominação de Espaço Nobre.

A empresa é responsável, desde a sua criação, pela construção de mais de 500 mil metros quadrados de obras na capital paranaense e litoral do Paraná, entre obras residenciais, comerciais, industriais e especiais - como escolas e subestações, o que equivale à construção de cerca de 3000 apartamentos residenciais de tamanho médio.

A Adobe chegou a ser uma das cinco maiores construtoras do Estado, com cerca de 350 empregados diretos e 200 indiretos. Implantou pioneiramente o sistema construtivo de formas de concreto armado que a tornaram a empresa mais veloz na implantação de estruturas de concreto armados em edifícios. Foi também a primeira construtora de Curitiba a utilizar programação visual de marca em seus tapumes. Através de seus arquitetos desenvolveu inúmeros projetos importantes entre edifícios, fábricas e até um shopping center.

Mas a história da Adobe não é feita só de boas coisas; como toda a empresa no nosso País, a Adobe passou por muitos desafios, que foram aos poucos sendo vencidos com dedicação e trabalho daqueles que a construíram e continuam construindo dia-a-dia.

À Empresa Adobe, uma referência na construção civil do nosso Estado, pela comemoração de seus gloriosos 33 anos, receba, através de sua diretora, senhora Emília Grossman (Rua Mato Grosso, 101 - 80620-070 - Curitiba - PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa termotécnica, pela comemoração de seus 40 anos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Termotécnica está comemorando seus 40 anos. Líder nacional na transformação de isopor, recebeu em 2000 o prêmio Top de Marketing da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. Além das embalagens a empresa produz também isopor em blocos, usados em decorações, indústrias de refrigeração e construção civil. A Termotécnica tem também uma linha de produtos próprios desenvolvidos em isopor, como conservadoras, baldes para gelo, pranchas, caixas e potes para alimentos.

A Termotécnica foi criada em 1961 em Joinville-SC.

A empresa fazia parte do grupo Tupy, que na época partia para a diversificação de seus negócios. A princípio

a empresa se dedicou à fabricação de blocos de isopor para a indústria de refrigeração e construção civil. Já na década de 60, evoluiu para produtos de consumo e no início dos anos 80 entrou no segmento de embalagens industriais - hoje a principal linha de produtos.

À medida em que fazia crescer a sua participação no mercado, a Termotécnica foi ampliando a sua estrutura produtiva. Ainda nos anos 70 abriu uma fábrica no Rio de Janeiro - posteriormente transferida para contagem (MG). No final dos anos 80 comprou uma unidade em Manaus e, em 1995 concluiu a construção de uma quarta unidade industrial, em São Paulo (SP).

A empresa emprega atualmente cerca de 600 funcionários nas suas 4 unidades e possui certificação ISO 9002 em todas as suas fábricas.

Ao longo destes 40 anos, muitos foram os desafios enfrentados e vencidos com muito trabalho e dedicação incansáveis, com a determinação de quem acredita que o futuro só pode ser construído com suor e fé.

Pela comemoração de seus gloriosos 40 anos, receba a empresa Termotécnica, através de seu presidente - senhor Albano Schmidt (Rua Albano Schmidt, 2756-89206-001- Joinville-SC) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação de Pais e Amigos de Crianças Portadoras de Mielomeningocele (APPAM) pela inauguração do "Centro Vovó Nenê".

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A APPAM inaugurou neste final de semana o "Centro de Hidro e Fisioterapia Vovó Nenê" em São José dos Pinhais - Região Metropolitana de Curitiba.

A APPAM atende cerca de 540 crianças cadastradas entre 0 e 18 anos e tomou a iniciativa da inauguração com o objetivo de proporcionar atendimento de excelência para o desenvolvimento motor destas crianças, que possuem comprometimento do sistema nervoso central, ao nível da coluna vertebral, ocasionados por uma afecção congênita denominada mielomeningocele e que gera sérios problemas de ordem neurológica e ortopédica.

A instituição atende crianças do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e até do Paraguai, quase todas oriundas de famílias carentes, e, para a realização deste trabalho, contou com o apoio de um grupo de voluntários que tudo fizeram para realizar este sonho de proporcionar melhor atendimento a estas crianças enfermas e necessitadas.

Pela inauguração do Centro de Hidro e Fisioterapia Vovó Nenê, receba a APPAM - Associação de Pais e

Amigos de Crianças portadoras de Mielomeningocele, através de seu presidente Paulo Ricardo Vidal Rodrigues (Rua José Fernan Filho, 340 - 83.005-970 - São José dos Pinhais - PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1723

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Professor Mário Brandão Teixeira Braga, do município de Piraquara, pela comemoração de seus oito anos.

Sala das Sessões, 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Professor Mário Brandão Teixeira Braga, localizada em Piraquara, comemorou no último dia 10 de maio seus 8 anos de fundação.

A escola foi instalada em alguns pavilhões no antigo Instituto Terapêutico de Piraquara que esteve abandonado por mais de 12 anos e virou escola proporcionando inicialmente mais de 500 vagas, entre 5ª a 8ª séries e 2º grau (Magistério e Assistente de Administração).

Hoje o colégio oferece também os cursos de Técnico em Administração e Educação Geral.

Ao longo destes 8 anos, muitos foram os desafios daquela instituição como a implantação no espaço conquistado, que demorou para ser liberado pelo Estado. Mas todos os problemas foram vencidos com trabalho e dedicação dos que ali trabalham e todos os que ajudaram e ajudam a construir diariamente uma escola de qualidade.

Ao Colégio Estadual Professor Mário Brandão Teixeira Braga, através de seu diretor Nelson José de Fáveri (Rua Reinaldo Meira, 1150 - São Cristóvão - Piraquara/PR- 83305-100) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário - voto de louvor e congratulações ao Clube Atlético Paranaense pela conquista do seu 19º título de campeão estadual, sendo seu 3º bicampeonato na brilhante campanha de 2001.

Encaminhe-se os cumprimentos ao presidente Marcos Coelho, estendendo-se a toda a diretoria, comissão técnica, atletas e demais funcionários do Atlético Paranaense, legítimo campeão da temporada 2001.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Orlando Pessuti

REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais pares dessa egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, seja parabenizado o 11º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Campo Mourão - PR, na pessoa de seu comandante major Nelson José Cassaroli, pelo trabalho sério e determinado que vem realizando na área de abrangência daquele comando, despertando na população o sentido de segurança tão raro nos dias de hoje.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dada ciência ao 11º BPM - Campo Mourão-PR, na pessoa do seu comandante major Nelson José Cassaroli (Rua José Tadeu Nunes, 216 - Jardim Aeroporto - CEP 87310-250- Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações a comunidade do município de Farol, pelas comemorações alusivas aos 08 anos de emancipação político-administração do município, em 12 de junho do corrente ano.

Requer, outrossim, que da aprovação deste, seja dada ciência à prefeitura Municipal de Farol, (Rua Bahia, s/nº - CEP 87325-000 - Farol - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Avenida Paraná, 810 - CEP 87325-000 - Farol - PR).

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Arquidiocese de Curitiba pelos 75 anos de sua formação, extensivo ao arcebispo Dom Pedro Fedalto.

Requer, outrossim, comunicação do feito ao Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, a todas as paróquias da Arquidiocese e à representação diplomática do Vaticano no Brasil.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Arquidiocese de Curitiba foi um grande evento para a fé católica na Capital do Estado e toda sua região; ficou ela elevada ao patamar já gozado pela Igreja Católica nas principais metrópoles brasileiras. Mas esta homenagem não se restringe à formalidade do fato e sim ao que representa nos dias de hoje o trabalho

social e de evangelização da Igreja Católica como instrumento da fé cristã a que reúne o maior número de fiéis no mundo e amplamente majoritária em nosso País e Estado do Paraná.

O trabalho da Arquidiocese de Curitiba com suas pastorais, em que se destacam as da Criança e da Saúde, pode ser considerado modelar para a sociedade, chegando a suprir as deficiências da iniciativa pública, quando não, em muitos casos, a superar o que há de melhor nas iniciativas pública e privada nestes dois campos. Este compromisso social, que se desenvolve pelo desejo sincero de solidariedade humana encarnado pelo Arcebispo Dom Pedro Fedalto e todos os que o auxiliam na Arquidiocese, paróquias e entidades e instituições à Igreja Católica ligadas, é a marca da Arquidiocese de Curitiba.

Além disso, cumpre destacar que a evangelização nunca foi descuidada pela Arquidiocese de Curitiba, dado importante de ser notado, visto que nestes tempos que vivemos a fé é muitas vezes desprezada e, em outras banalizada. O trabalho de evangelização desenvolvido pela Arquidiocese conquista fiéis porque leva a palavra dos evangelhos tal qual ela é, qual seja, de amor ao próximo, de perdão, de compreensão e fraternidade entre os homens, de valorização da família e da vida.

É deste trabalho que vem o reconhecimento ao trabalho que a Arquidiocese desenvolve na recuperação de viciados dependentes de drogas ou álcool, no socorro aos necessitados, na conscientização social. Este voto de congratulações é, na verdade, infinitamente inferior à homenagem realmente merecida pela Arquidiocese de Curitiba e seu arcebispo, Dom Pedro Fedalto.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1747

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Juiz Milton Luiz Pereira, pela sua nomeação para o mais alto cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Ministro Milton Luiz Pereira.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Depois de 100 anos sem participar dos Tribunais Superiores Nacionais, o Paraná alcançou posição nesta esfera com a nomeação do Juiz Milton Luiz Pereira para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Agora o doutor Milton eleva esta participação ao ser designado para integrar o Conselho da Justiça Federal, em âmbito nacional, cumulativamente com o cargo de Diretor do Centro de Estudos da Justiça Federal.

A justiça é, sem dúvida, a pedra angular da sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica o homem e mais o aproxima da perfeição.

Com efeito, que seria de nós se não existisse a justiça? Que seria de sociedade entregue ao arbítrio do mais forte?

A justiça, porém, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E estes são os juízes.

Quão nobilitante e digno é o sacerdócio. Do juiz dependem o bem estar e a paz da sociedade.

Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só os heróis podem abraçá-lo. O juiz terá que pôr constantemente o cérebro acima do coração.

O povo paranaense sente-se satisfeitíssimo pela nomeação do Juiz Milton Luiz Pereira para o cargo de Ministro do STJ. Seu nome vem nimbado de uma justa auréola de austeridade, desde os tempos como Prefeito de Campo Mourão. Pelos tribunais onde passou sua ação se fez sentir pela correção de presteza de suas atitudes e pelo acerto de suas sentenças.

Orgulha-se portanto, este Parlamentar em poder constar dos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a nomeação do Doutor Milton Luiz Pereira, e, legar aos pósteros este exemplo de virtudes para que lhes sirva de modelo e estima.

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o duto Plenário, votos de congratulações à comunicadora Cristina Calixto, apresentadora do Programa Jeito da Gente, programa diário do Canal 6 de Maringá.

Requer, outrossim, comunicação do feito à apresentadora Cristina Calixto e à direção do Canal 6 de Maringá (Bandeirantes).

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A apresentadora Cristina Calixto está entre os principais profissionais da comunicação de Maringá e região. Na condição de titular do Programa Jeito da Gente, Cristina Calixto fez dele, nestes três anos, um instrumento de expressão dos anseios da sociedade maringaense e regional, transmitindo suas opiniões, cultura, tradições. É deste tipo de profissional preocupado com as questões da comunidade de que se ressentem hoje os veículos de comunicação, razão pela qual não poderíamos deixar de distinguir Cristina Calixto e homenageá-la.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, membros da Bancada do PDT, o uso de suas atribuições regi-

mentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao CREA-PR (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), pela realização do Seminário Sobre a Matriz Energética, com a transcrição nos anais da Casa das conclusões do referido encontro.

O CREA-PR realizou em Curitiba, nos dias 14 e 15 de maio, importante evento intitulado Seminário Sobre Matriz Energética, convidando para o evento especialistas dos mais conhecidos nos diversos segmentos do setor energético, provenientes de inúmeros estados da Federação, para falar dos seguintes temas:

- a questão energética no contexto mundial e nacional;
- as privatizações no setor energético e suas consequências;
- o programa emergencial das termelétricas e gás natural;
- o Paraná e a privatização do setor energético;
- a situação do patrimônio ambiental paranaense;
- o impacto social e econômico da construção das grandes hidrelétricas;
- o fortalecimento da agricultura mediante a utilização de resíduos agrícolas como fonte de energia renovável e limpa;
- a experiência do Proálcool no Paraná.

Os trabalhos apresentados no seminário foram sintetizados num amplo relatório, sob o título “Conclusões dos Trabalhos Apresentados e Debatidos no Seminário Sobre Matriz Energética Promovido pelo CREA-PR”, cuja cópia anexamos a este requerimento para o devido registro nos anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Cumpramos registrar, ainda, que o Seminário Sobre Matriz Energética concluiu com uma série de recomendações a serem oferecidas às autoridades do setor energético, orientando, entre outras providências, abandono imediato da política de privatização do setor elétrico e revogação das decisões das autoridades monetárias, que impedem as estatais do setor elétrico de realizar investimentos na expansão do sistema.

A lista de palestrantes do seminário do CREA-PR contou com as seguintes personalidades: Clóvis Borges, Fernando Siqueira, Honorato Saint Clair, Ildo Luis Sauer, Jayme Buarque de Holanda, Joaquim Francisco de Carvalho, José Uliano Camilo, José Walter Bautista Vidal, Luiz Antonio Rossafa, Paulo Adalberto Zanetti e Renato Ticoulat. Como debatedores, participaram: Alfredo Raeder, Ana Carmem de Oliveira, Carlos Roberto Bittencourt, Carmem Murara, Edson Dalla Vecchia, Fernando Fernandes, Francima de Luna Máximo, Gilberto Rocha, Mário Santos, Nelson Leal, Nelton Friedrich e Silvio Lembi.

A apresentação deste requerimento tem o propósito de contribuir com o debate que se realiza neste Parlamento, referente à privatização da Copel (Companhia de Energia Elétrica). Os deputados do PDT requerem,

outrossim, que seja dado ciência deste requerimento, além do CREA-PR e seus núcleos regionais, ao Governo do Paraná e outras autoridades do setor energético.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(aa) ELI GHELLERE

LUIZ CARLOS ZUK

CONCLUSÕES DOS TRABALHOS APRESENTADOS E DEBATIDOS NO SEMINÁRIO SOBRE MATRIZ ENERGÉTICA PROMOVIDO PELO CREA-PR

Curitiba, 14 e 15 de maio de 2001.

Informação Preliminar.

Com a promoção do Seminário Sobre a Matriz Energética, o CREA-PR, instituição que congrega 49.000 profissionais, 74 entidades de classe e 10 instituições de ensino técnico e pesquisa, pretendeu dar sua contribuição ao debate sobre a questão energética que no momento se trava em âmbito nacional, em consequência da crise de abastecimento de energia elétrica que se prenuncia para os próximos meses.

Dado o caráter multidisciplinar do problema e suas implicações estaduais, interregionais e nacionais, foram convidados para o evento especialistas dos mais conhecidos nos diversos segmentos e setor energético, provenientes de diversos Estados da federação, para falar dos seguintes temas:

- a questão energética no contexto mundial e nacional;
- as privatizações no setor energético e suas consequências;
- o programa emergencial das termelétricas a gás natural;
- o Paraná e a privatização do setor energético;
- a situação do patrimônio ambiental paranaense;
- o impacto social e econômico da construção das grandes hidrelétricas;
- o fortalecimento da agricultura mediante a utilização de resíduos agrícolas como fonte de energia renovável e limpa;
- a experiência do proálcool no Paraná.

Os trabalhos apresentados no seminário estão sintetizados a seguir, de forma integrada com as respectivas conclusões. Ao final está o conjunto das recomendações formuladas por consenso entre os participantes dos debates. Os participantes concordaram em que tais recomendações deveriam ser oferecidas à consideração das autoridades do setor energético.

Síntese e Conclusões

O acirramento da competição pelo domínio de fontes de energia, água potável e matérias primas é sem dúvida o principal parâmetro da equação que define o panorama político internacional em nossos dias. Isto implica em que a variável estratégia do desenvolvimento, que era o capital, está cedendo lugar a outros fatores de produção, a saber, energia, matérias primas, água potável e, evidentemente, tecnologias que permita aproveitar a energia, as matérias primas e a reserva de água.

Essa mudança de variável estratégia sugere que a principal diretriz da política econômica de cada nação deva agora orientar-se no sentido de definir os grandes investimentos nacionais em função de sua disponibilidade dos referidos fatores.

Como o foco do seminário foi a energia, foi nela que se concentraram as apresentações e os debates, muito embora os outros fatores citados sejam também muito importantes, sob o ponto de vista do planejamento estratégico nacional.

Controle sobre as próprias fontes de energia, em especial de energia renovável, cuja produção e utilização provoque mínimos impactos sobre a composição da atmosfera e não comprometa lençóis freáticos e mananciais de água potável era uma indiscutível vantagem de que o Brasil dispunha face a nações de importância política e econômica equivalente.

Nações que disponham de vantagem tão significativa devem adotá-la como um dos parâmetros fundamentais de seu planejamento estratégico, com o objetivo de converter suas potencialidades naturais em poder capaz de assegurar máximos benefícios para a própria população. Naturalmente, fala-se aqui de nações que desejem manter a autodeterminação para decidir sobre os rumos de seu desenvolvimento econômico e social - vale dizer, preservar uma relativa independência, num cenário internacional em que inexiste a idéia de independência absoluta. Isto significa que o poder das nações é uma função direta do domínio que estas exercem sobre suas fontes de energia, água e matérias primas.

Isto posto, verifica-se que a atual administração negligenciou este componente básico do poder nacional, que é o setor energético. De fato, é notório que, nos últimos anos, a política externa brasileira foi muito negativamente influenciada pela aceitação, na OMC (Organização Mundial do Comércio), sem nenhuma contrapartida, de cláusulas francamente naquele foro, a forte posição assegurada ao Brasil por determinadas vantagens que o País detinha no setor energético, mineral, industrial e agrícola, antes da privatização das estatais estratégicas, quando dispunha de soberania para explorar, em benefício próprio, aquelas vantagens.

Por outras palavras, o governo não soube tirar partido da posição negociada privilegiada, implícita nas grandes extensões de terras favoráveis para a agricultura (vale dizer, no potencial de abarrotar os mercados mundiais com alimentos a preços baixos), nas gigantescas reservas de minérios de grande valor estratégico e econômico, no estágio tecnológico/industrial relativamente desenvolvido e na inigualável vantagem sobre outros países de economia comparável, que são as fontes renováveis de energia, particularmente o potencial hidrelétrico, que dava à indústria brasileira o benefício da eletricidade barata.

Ao contrário, cedendo à pressões de grupos e governos estrangeiros, os atuais mandatários dissiparam em poucos meses um patrimônio público que vinha

sendo construído há mais de seis décadas, além de abdicação de autodeterminação em matéria econômica, alienando a Vale do Rio do Doce e as empresas de eletricidade facilitando a compra, por grupos estrangeiros, de importantes estabelecimentos industriais brasileiros.

Entre outros prejuízos causados pelas privatizações das empresas de eletricidade, está o da aniquilação da estrutura tecnológica do setor, pois os novos donos das antigas estatais passaram a contratar firmas de engenharia estrangeiras até para a execução de projetos e obras simples, e a comprar os equipamentos no exterior, matando por ociosidade as firmas de engenharia, as instituições de pesquisa e a indústria nacional.

Para melhor compreender a crise energética que se avizinha, é importante lembrar que durante cerca de 60 anos (1900 e 1960), o sistema elétrico brasileiro foi controlado por grupos privados, quase todos estrangeiros. Em 1960, os empreendimentos privados totalizaram uma capacidade de apenas 3.300 MW (havia também alguns empreendimentos estatais em várias regiões, perfazendo algo em torno de 1500 MW). Esses 4800 MW eram insuficientes para alimentar o desenvolvimento da economia. Por isso, não por motivos ideológicos, o Presidente Juscelino Kubitschek resolveu colocar o Estado no setor elétrico e começou a investir gigantescos fundos públicos no sistema, atendendo a insistentes apelos do próprio empresariado industrial. Nos 35 anos que se seguiram, o Estado realizou 18 vezes mais do que realizaram em 60 anos, os grupos privados, de modo que, em 1995, já tínhamos cerca de 60.000 MW instalados.

A principal fonte primária do sistema elétrico brasileiro é a energia hidráulica e, onde quer que haja represas hidrelétricas, manda o bom senso que o Estado as controle, pois múltiplos são os seus usos e drásticas as implicações ambientais de sua exploração.

Eletricidade é um monopólio natural, indispensável para todos os setores da atividade humana. Como todos pagam tarifas, o sistema elétrico é, por assim dizer, um arrecadador automático de parte da renda dos demais setores. Com base nas atuais tarifas, a arrecadação do sistema elétrico nacional, aproxima-se do US\$30 bilhões por ano, e deverá subir muito, quando prevalecerem as forças do mercado, em regime de total desregulamentação, com os preços sendo "empurrados para cima" pelos custos de geração das termelétricas a gás natural importado.

Cumprir acrescentar que, sendo a geração essencialmente hidrelétrica e estando as instalações praticamente amortizadas, os lucros líquidos do sistema verticalizado, ou seja, considerando-se o conjunto das atividades de geração, transmissão e distribuição, podem ultrapassar 50% do faturamento. Assim, além da perda de controle sobre um setor de indiscutível importância estratégica, calcula-se que o prejuízo financeiro causado pelo governo à sociedade, com a política de privatização das geradoras hidrelétrica, poderá chegar à casa dos US\$15

bilhões, por ano. Grande parte disso sairá do País, na forma de lucros remetidos a novos acionistas, que nada fizeram para construir o sistema elétrico brasileiro.

Os argumentos do governo a favor das privatizações foram de que o Estado não teria recursos para expandir o sistema sendo necessário atrair o capital privado para fazê-lo e que, no ambiente competitivo do mercado, as tarifas ficariam mais baratas. Prometia-se por outro lado que, libertando-se da responsabilidade de administrar o setor, o Estado poderia concentrar esforço nos chamados programas sociais (habitação popular, ensino fundamental, saúde, segurança pública, etc.). Dizia-se ainda que, com as privatizações, o governo abateria a dívida pública e equilibrava o endividamento externo.

Os fatos mostram que aconteceu o oposto do argumento e prometido: os novos donos das antigas estatais não investiram o suficiente na expansão do sistema, pois isso conflitaria com a meta empresarial de maximizar os lucros para remetê-los aos acionistas, no exterior. Os estrategistas do planalto não reviram isso e ignoraram que, pela lógica dos investidores, o caminho mais curto para maximizar lucros é enxugar investimentos e aumentar tarifas. Assim, as privatizações pouco acrescentaram à capacidade do sistema elétrico público: elas se resumiram em entregar a grupos privados, em geral estrangeiros, aquilo que já existia e funcionava muito bem. De fato, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, os modestos projetos de expansão foram bancados preponderantemente pelo Estado, enquanto as tarifas, que eram acessíveis até para as populações de baixa renda, estão hoje entre as mais caras do mundo.

E mais: nos últimos seis anos, a dívida interna saltou de R\$61 bilhões para mais de R\$572 bilhões, o endividamento externo passou de US\$128 bilhões a US\$260 bilhões, a saúde pública, o ensino básico e a pesquisa científica carecem de recursos, os índices de desenvolvimento estão entre os maiores do mundo, o valor aquisitivo dos salários é miserável e a violência cresce assustadoramente. Entretanto as remessas de lucros, que eram de US\$750 milhões, passaram a sangrar o país em quase US\$10 bilhões, por ano.

As finanças do setor elétrico começaram a ser abaladas na administração Sarney por força de suas medidas tomadas pelas autoridades monetárias. A primeira foi um virtual confisco de fundos da Conta de Resultados a Compensar que, por lei, destinavam-se a compensar as concessionárias de eletricidade pelos prejuízos que lhes foram impostos pelo "achatamento tarifário", mediante o qual as tarifas foram usadas como instrumento de política monetária, para controlar a inflação. A outra medida foi uma resolução do Conselho Monetário Nacional que impedia os bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil e Bancos Estaduais) de financiar as estatais, em seus projetos de expansão. Vê-se pois que foi o governo que, deliberadamente, descapitalizou as estatais do setor elétrico, que, não fossem essas políticas destrutivas, seriam perfei-

tamente autofinanciáveis, isto é, seriam capazes de acumular o capital necessário para expandir o sistema.

A situação agravou-se muito nas gestões Collor e Fernando Henrique que entregaram as estatais à sanha de bancos privados, quando com um pouco de competência e honestidade, tudo poderia ter sido resolvido sem as privatizações que se comprovaram tão lesivas aos interesses brasileiros. Para isto, bastaria que o governo tivesse criado, para o setor, um programa semelhante ao Proer, confiando as empresas a administradores idôneos e de reconhecida capacidade profissional, submetidos ao controle público, exercido por abrangências competentes. Os recursos necessários equivaleriam à terça parte do que foi desperdiçado no Proer, para salvar bancos irremediavelmente falidos.

Por tudo isso, é incompreensível que o governo paranaense, em conjunto com a administração federal, mantenha seus planos de privatizar a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Dispondo de 18 usinas em operação, somando uma capacidade instalada de 4.548MW, a estatal paranaense é uma das mais importantes geradoras do Brasil. Dadas as atuais tarifas, seu faturamento deve estar em torno de US\$1,2 bilhão por ano, com um potencial lucrativo excepcional, pois seu parque gerador é todo hidrelétrica e já está contabilmente depreciado.

A importância estratégica da Copel é ainda, maior que seu valor econômico: além de abastecer todo o Estado do Paraná, a empresa gera excedentes para algumas regiões densamente urbanizadas e industrializadas dos estados vizinhos, podendo desempenhar a função de reguladora de custos e compensar, por essa via, a fragilidade do Mercado Atacadista de Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Cálculos feitos pelos promotores da privatização estimam em 4,9 bilhões de reais, o valor da empresa. Esse valor está claramente subestimado, pois o custo de construção de novas hidrelétricas é da ordem de US\$1.400 por quilowatt instalado, de modo que, somente as US\$6,4 bilhões, sem contar os sistemas de transmissão e distribuição, muito menos os valorosíssimos imóveis. Note-se que aí não foram incluídas as equipes de técnicos e engenheiros altamente qualificados que operam a empresa, cuja experiência acumulada em longos anos de trabalho vale talvez mais que os próprios ativos físicos da Copel. Por fim, não se atribuiu valor à sua participação acionária em outras empresas, nem ao nome (ou marca) Copel, que é hoje sinônimo de qualidade e confiabilidade.

Os interesses na compra e seus agentes no governo e na própria empresa, alegam que aquele preço refere-se a ativos contabilmente depreciados. Ocorre que as usinas foram construídas com recursos especialmente incorporados para isso na estrutura das tarifas de eletricidade pagas pelo povo, tendo sido, portanto, compradas pela sociedade que as pagou, adquirindo o direito de receber energia elétrica a preços calculados com base nos ativos

depreciados. É um inominável abuso de confiança que esta administração, passageira como qualquer outra, evoque-se poderes para alienar tal direito, convertendo-se em fonte de lucros eternos para grupos de sua escolha.

Diga-se de passagem é inaceitável o artifício de se avaliar pelo método do fluxo de caixa descontado, o valor de um sistema público que, para gerar eletricidade, usa o fluxo das águas que correm em nossos rios, que é permanente, tendo portanto valor amoldável automaticamente reajustado *ad infinitum*.

Aquele método é válido para calcular-se o valor presente de estabelecimentos industriais ou comerciais, não para se alienar um bem perene, pertencente ao povo.

Os atuais governantes foram eleitos para bem administrar o patrimônio público, jamais para loteá-lo entre banqueiros, intermediários e provedores de fundos para campanhas políticas.

Privatizar a Copel seria um ato tão injusto e lesivo à sociedade que, se for praticado, é certo que terá sido por força de pressões espúrias exercidas sobre políticos influentes.

Tal injustiça nunca poderia ser tida por ato jurídico perfeito. Naturalmente, estas considerações valem também para Furnas, Cesp-Paraná, Cemig, Chesf e Eletro-norte, como valiam para a Gerasul, Cesp - Tietê e Cesp-Paranapanema, que já foram privatizadas, a nosso ver, ilegalmente.

A crise de abastecimento de eletricidade que temos pela frente é uma consequência direta dos equívocos acima identificados. Considerando-se o prazo demandado para reestruturar o setor elétrico, que foi totalmente desarticulado pela política de privatizações, pode-se afirmar que esta crise se prolongará por muitos anos, retardando consideravelmente o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Tal crise só será superada quando (e se) o setor elétrico for reestatizado. Não há como negar que foi a política de privatização que lançou o país nessa crise, de modo que. Assim, insistindo com o modelo privatista/desregumentado imposto ao setor elétrico, os atuais mandatários prevaricam no exercício da função pública. Função que, em última análise, consiste em bem administrar o patrimônio público em benefício da sociedade, não em vendê-lo a grupos privilegiados.

No tocante aos combustíveis, todos sabem que a prospecção, exploração e refino de petróleo no Brasil só começou de fato, em escala significativa, com a criação da Petrobrás, cuja produção já cobre dois terços do consumo atual.

A política do governo deveria visar ao fortalecimento da Petrobrás, quer no plano tecnológico, quer no institucional. Para isto a empresa deveria ser reestruturada e dotada de mecanismos destinados a tornar sua administração mais transparente, eliminando-se a ineficiência que é justo reconhecer, reinava em alguns setores da empresa. Os custos seriam então reduzidos e a competitividade, melhorada.

No entanto, depois de privatizar grande parte da distribuição dos derivados, que é uma das atividades mais rentáveis, o governo pressionou o Congresso Nacional para modificar o artigo 177 da Constituição, expondo a empresa a uma concorrência que só poderá ser predatória, considerando-se o desequilíbrio de poder econômico e de influência política entre uma estatal latino-americana e os fortíssimos grupos que detêm o controle do petróleo no mundo.

Cabem aqui algumas considerações sobre o programa das termelétricas a gás natural. A imprensa brasileira não tem sido pródiga em notícias imparciais sobre a questão, o que nos obriga a oferecer algumas informações que deveriam ser conhecidas de todos os cidadãos esclarecidos de nosso País.

Na verdade, as grandes reservas de gás existentes na Bolívia, no Peru e na Argentina têm como único mercado consumidor economicamente viável o Brasil. Todas essas reservas pertencem à empresa multinacionais, como a Shell, a Enron e outras de igual porte. Se o Brasil tivesse um planejamento estratégico inteligente, tiraria partido dessa condição de único mercado plausível, para impor condições que nos fossem favoráveis. No entanto, aconteceu precisamente o contrário: a Petrobrás foi forçada a desviar recursos do programa de prospecção e exploração na Bacia de Campos, onde a taxa média de retorno é de 80% ao ano, para investir no gasoduto da Bolívia, cuja taxa de retorno talvez não chegue a 10% ao ano.

Por outro lado, além de assumir o risco cambial, a Petrobrás foi obrigada a aceitar uma cláusula de *take or pay*, ou seja, tem que pagar por determinado volume de gás por dia, quer o consuma ou não. tudo isso para transportar o gás das multinacionais, deixando inaproveitado o gás das Bacias de Campos e Santos, que é queimado nos flares.

Mas o aspecto mais anti-brasileiro do programa das termelétricas a gás é que desarticula, nossa matriz energética, onde poderiam predominar as fontes renováveis e limpas, sobretudo no tocante à geração elétrica, remodelando-a ao sabor dos interesses de multinacionais que não têm nenhum compromisso com o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Em resumo, o programa das termelétricas foi planejado, de um lado, pelas empreiteiras que construíram os gasodutos e, de outro, pelos grupos que controlam as reservas de gás da Bolívia, que ficaram em posição estrategicamente muito forte para estabelecer à vontade os preços de venda do gás para as termelétricas brasileiras. As reais necessidades de nosso desenvolvimento foram postas de lado, daí as graves distorções do programa, começando pelo desperdício de caráter entrópico: considerando-se as temperaturas de operação de uma turbina a gás, a segunda lei da termodinâmica limita em cerca de 60% a eficiência da conversão, em trabalho, do calor transferido à turbina pela combustão do gás. Na prática, entretanto, por força das inevitáveis perdas mecânicas

intrínsecas ao conjunto turbo-gerador, a eficiência atinge, no máximo, uns 50% a 55% e assim mesmo só em ciclos combinados e bem ajustados em sistemas de co-geração. Isto significa que os restantes 45% a 50% do gás transportado no gasoduto perde-se na atmosfera, sob a forma de calor.

Quando passar a euforia do gás, veremos que erros assim acabarão por inviabilizar o programa que, de resto, ficaria menos irracional se as termelétricas fossem construídas nas vizinhanças das reservas de gás, transportando-se então a eletricidade gerada por linhas de transmissão que, salvo pequenas extensões, já existem. Assina-se por fim o paradoxo de que o programa das termelétricas, que na propaganda oficial foi usado para alardear o dinamismo da iniciativa privada, acabará sendo custeado em grande parte pela Petrobrás e pela Eletrobrás.

Quanto ao álcool etílico, o grande impulso foi dado com a criação do Proálcool que financiou a parte mais pesada das pesquisas, seja na área agrícola, seja as atividades de produção do combustível, seja ainda no desenvolvimento de materiais adequados para motores a álcool. O principal obstáculo era a estrutura financeira, pois os empresários dependiam do governo para tudo. E os bancos privados não contribuíram em nada para criar um modelo viável para as atividades de produção, transporte e distribuição de álcool, independente do governo e da Petrobrás. Ao contrário, o que se via era o setor produtivo definhar sob o peso do sistema financeiro, para qual sempre foi muito mais atraente financiar a rolagem da dívida pública, a juros astronômicos (e sem correr nenhum risco), do que apoiar investimentos produtivos nos setores industrial e agrícola, que envolvem riscos, como toda atividade empresarial legítima. Os bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil e bancos estaduais), por sua vez com base em critérios nem sempre transparentes, dissipavam recursos em projetos tecnicamente mal definidos, particularmente no tocante à parte agrícola e à logística de transporte e distribuição do combustível produzido; elevando desnecessariamente os custos.

Além do álcool, há outros combustíveis renováveis que, mesmo em grande significado na escala do País, podem ter importância local, em certas regiões. Nessa categoria estão, por exemplo, os combustíveis obtidos de resíduos da indústria madeireira (pellets e cavacos de madeira, carvão vegetal, serragem, etc.), que podem ser empregados numa grande variedade de pequenas indústrias, tais como cerâmicas, pequenas fundições, indústrias agroalimentares, etc. A produção desses combustíveis é altamente absorvedora de mão-de-obra e não agride o meio-ambiente, pois são extraídos de florestas industriais, plantadas em áreas especialmente delimitadas por estudos de zoneamento econômico-ecológico-florestal. E sua queima, tal como a do álcool, tem a vantagem de não alterar o balanço de gás carbônico na atmosfera.

Igualmente importantes, sob os pontos de vista energético e ambiental, poderiam ser os combustíveis

oriundos de resíduos urbanos e industriais. Para estes há apenas iniciativas isoladas, por parte de algumas prefeituras.

Os planos oficiais tratam todas essas questões de maneira superficial, sem formular nenhuma estratégia específica para a implantação de programas regionais voltados para a efetiva produção e aproveitamento dos combustíveis renováveis.

Energias provenientes de biomassas (cana de açúcar, resíduos da indústria madeireira, etc.) são particularmente importantes em estados com as características do Paraná, onde os aproveitamentos hidrelétricos já inundaram grandes extensões de terras férteis e destruíram boa parte do patrimônio ambiental, induzindo uma justa e forte oposição da sociedade.

Entre outras coisas, as biomassas podem construir uma alternativa limpa e renovável para a geração termelétrica, favorecendo o estabelecimento de ciclos de desenvolvimento ambientalmente sustentados e oferecendo condições para a recomposição do patrimônio ambiental.

Outra deficiência da atual política energética é a timidez dos programas de conservação de energia. Estudos realizados em 1984 pelo consultor Howard Geller, contratado pela CESP, demonstraram que se poderia economizar até 20% de eletricidade, em relação ao que consumia quando o estudo foi feito, mantendo-se mesmo ou até melhorando o padrão de vida da população, tudo com base em tecnologia que já existem, cuja aplicação depende apenas de alguns ajustes.

No tocante às implicações sociais e ambientais da produção e uso da energia, os participantes do seminário foram unânimes em considerar que o centro da questão é o bem-estar da coletividade, que pressupõe objetivo almejado pelo conjunto dos consumidores, a curto prazo, e aos anseios, a longo prazo. É em função desses objetivos que deve ser estabelecida a política energética, com suas metas e estratégias.

No entanto, a atual política energética é essencialmente voltada para o lucro, para as vendas, para a oferta, e até para o desperdício. Isto significa que não se faz a análise crítica das atividades econômicas em que seria utilizada a energia a ser produzida ou gerada, transportada e distribuída, nem se avalia sua real importância para o bem-estar da coletividade.

Outra grave falha é a ausência de previsão dos custos ambientais decorrentes da produção e uso da energia. No caso do setor elétrico, não se prevêem sequer mecanismos que obriguem as empresas privatizadas a avaliar e contabilizar de modo justo os custos sociais e ambientais de suas atividades. E nem se faz referência às obrigações que têm de cobrir os custos dos programas de preservação ambiental, utilizando para isso parte do lucro operacional. Assim, em benefício da maximização de lucros de grupos privados, a sociedade poderá ser onerada por programas ambientais que, quando as empresas eram estatais, tinham seu custeio coberto por uma fatia dos lucros brutos.

É comum ouvirmos pronunciamentos oficiais reveladores de que, na formulação da política energética, nem se cogita da harmonização entre os setores industriais, energético e ambiental. A rigor, se houvesse coerência, as atividades econômicas a serem estimuladas em caráter prioritário pelo BNDES e demais agências oficiais, respeitariam o requisito de não provocar impactos ambientais irreversíveis. Nesta categoria poderíamos citar a indústria do turismo (turismo ecológico), a agricultura extrativa, os artesanatos, etc, além de indústrias tecnologicamente avançadas, como a microeletrônica e diversos ramos da informática: são todas ambientalmente limpas e caracterizam-se pelo alto valor da produção e pela criação de numerosos empregos permanentes, por unidade de energia consumida. Mas o BNDES prefere financiar desde indústrias de alumínio e fábrica de automóveis, até a compra de estatais brasileiras, por grupos estrangeiros.

Em sua política energética, a atual administração perde de vista que as deliberações tomadas pelos que decidem devem respeitar a vontade consensual de produtores e consumidores, a fim de que as relações ao bem-estar da sociedade como um todo. Isto deve ser aplicado especialmente no que diz respeito à integridade do meio ambiente, preocupação que já ultrapassa limites regionais e setoriais, para aos poucos tornar-se global, à medida em que a sociedade toma consciência de que sua própria sobrevivência depende do equilíbrio, muitas vezes frágil e instável, dos ecossistemas que compõem a biosfera.

Todos os processos de agressão ao meio ambiente envolvem produção e consumo de energia. Consumir energia, mesmo em suas formas mais "limpas", como a eletricidade, implica a construção de usinas hidrelétricas ou centrais termelétricas, na outra ponta da linha. É pois óbvio que economizar ou conservar energia também significa proteger o meio ambiente. Por isso, seria desejável que organismos especializados, ligados às prefeituras, tivessem voz ativa no planejamento energético e ambiental, assim como nos programas de conservação de energia, particularmente no transporte urbano.

No setor elétrico a questão ambiental toca mais diretamente a estrutura de produção ou o parque gerador. Assim, deve-se procurar reduzir ao mínimo os conflitos causados pelos impactos ambientais nas áreas de influência de unidades geradoras (hidráulicas ou térmicas), em confronto com interesses econômicos de consumidores industriais e comerciais, estabelecidos em outras áreas. Por outro lado, deve-se ter presente que consumidores rurais e urbanos são afetados de maneira diversa pelos impactos ambientais dos segmentos de geração, transmissão e distribuição.

Como já foi assinalado, as fontes de geração do sistema elétrico brasileiro são preponderantemente hidráulicas. A este respeito é importante lembrar que nos países desenvolvidos, os sistemas hidrelétricos são estatais. Até nos Estados Unidos, onde quase todas as atividades produtivas estão nas mãos da iniciativa privada, as principais hidrelétricas são controladas por empresas

públicas de âmbito federal, estadual e municipal, e até pelo exército, dada às suas implicações ambientais e sua importância estratégica.

Isto não surpreende, pois além de requererem planejamento integrado e operação centralizada, os aproveitamentos hidrelétricos caracterizam-se por fortes implicações ambientais. Os reservatórios das hidrelétricas têm usos múltiplos, que demandam pesados investimentos em regularização de bacias hidrográficas, controle de enchentes, proteção de solos, irrigação de terras agrícolas, construção de hidrovias e outros, quase todos deficitários para o empresário privado, porém indispensáveis para o desenvolvimento econômico equilibrado e para o bem-estar da sociedade, como um todo.

Quando eram estatais, as empresas de eletricidade investiam vultosos recursos em pesquisa ecológica e preservação ambiental. Isso não acontece com as empresas privatizadas, cuja razão de ser é o lucro. Seus controladores ignoram que, no planejamento energético, é indispensável que sejam adotadas premissas de caráter eminentemente ético, definidas no confronto entre custos ambientais, impostos ao conjunto da sociedade, *versus* benefícios econômicos, para grupos restritos.

Como regra geral, o governo deveria impor às empresas de energia o postulado básico do desenvolvimento sustentável: para atender às necessidades do presente, não se pode comprometer a viabilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.

Recomendações:

À vista do exposto, as recomendações a serem oferecidas à consideração das autoridades do setor energético são as seguintes:

Medidas a serem tomadas imediatamente:

- * Abandonar imediatamente a política de privatização do sistema elétrico.

- * Reorganizar as concessionárias de eletricidade segundo as modernas técnicas de gestão empresarial, de forma a dar-lhes as características de empresas eficientes, competitivas e rentáveis. Estabelecer mecanismos que submetam essas concessionárias (estatais e reestatizadas) ao controle da sociedade, que seria representada por colegiados com poder do veto sobre decisões das diretorias executivas. Nesses colegiados teriam assento representantes de todas as classes de consumidores, a saber: pequenas indústrias, comércio, setor residencial (associações de moradores, escolhidas por sistema de rodízio), além de entidades importantes da sociedade organizada, tais como associações de imprensa, CREA's, IDEC, Ordem dos Advogados, etc.

- * Revogar as decisões das autoridades monetárias, que impedem as estatais do setor elétrico de realizar investimentos na expansão do sistema.

- * Obrigar as concessionárias privatizadas a abrir os livros à consulta da Secretaria da Receita e do IDEC, para dar informações circunstanciadas sobre faturamento, despesas operacionais, despesas financeiras, estrutura tarifá-

rias, remessas de lucros e valores a qualquer título, e outras que se fizerem necessária para o minucioso acompanhamento e controle de seus custos. Obrigar essa empresa a reinvestir parte do lucro (a ser oportunamente definida) em projetos de expansão e modernização dos serviços.

* Reativar o Proálcool. Estabelecer planos integrados de produção de álcool associada à geração em termelétrica a bagaço de cana. Estimular projetos em cogeração.

* Estimular a geração distribuída, no sentido de permitir que qualquer cidadão ou empresa rural, comercial ou industrial, que detenha meios e tecnologia não poluidora, possa produzir eletricidade para consumo próprio ou para terceiros.

* Incentivar a implantação de programas de geração elétrica associada à indústria madeireira (termelétricas e resíduos de serraria).

* Implantar programas de conservação de energia, em âmbito residencial, comercial, industrial agrícola e de serviços públicos (iluminação pública, bombeamento de água nas redes urbanas, repartições públicas, etc.).

* Fazer valer os baixos custos de geração do parque hidrelétrico contabilidade depreciado (energia “velha”), para compor tarifas acessíveis à população brasileira (mix tarifário correspondente ao valor médio ponderado dos custos de geração do parque gerador). Esta medida decorre do direito natural das pessoas. Com efeito foram os consumidores que arcaram com os ônus da construção das usinas “velhas” pois, ao pagar tarifas que incluíam parcelas destinadas a amortizar os financiamentos contratados para construir as hidrelétricas, o povo (conjunto dos consumidores) adquiriu direitos difusos sobre as mesmas. Para respeitar esses direitos, o Estado é obrigado a vender ao povo, eletricidade a preços calculados com base no valor contabilmente depreciado do capital investido na construção das usinas. Por esse motivo, entre outros, as privatizações consubstanciaram uma violência contra os direitos do povo, uma ilegalidade. Há portanto base legal para anulá-las e processar por crime de responsabilidade e prevaricação, os governantes que decidiram fazê-las.

Medidas a serem tomadas a médio/longo prazo:

* Criar uma estrutura de planejamento participativo, a fim de que todos os segmentos da sociedade, particularmente os possíveis atingidos por obras de geração de energia, possam ter voz ativa no processo.

* Limitar o programa das termelétricas a gás natural aos projetos já contratados e reavaliá-lo, no contexto dos interesses estratégicos da Petrobrás, com vistas à valorização das reservas gasíferas das bacias litorâneas brasileiras.

* Estabelecer em consulta com órgãos representativos da sociedade organizada, uma política de desenvolvimento industrial e implantar um modelo de planejamento energético integrado ao planejamento industrial, de forma a modular a produção da Indústria em função

das reais necessidades da sociedade e otimizar o aproveitamento das fontes de energia renováveis e não poluidoras, disponíveis no Brasil.

* Elaborar participativamente novas leis para definir a responsabilidade dos produtores de energia, no tocante à proteção do meio ambiente. Estabelecer um rigoroso sistema de penalização aos infratores.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná agradece aos:

Palestrantes:

Clóvis Borges, Fernando Siqueira, Honorato Saint Clair, Ildo Luis Sauer, Jayme Buarque de Holanda, Joaquim Francisco de Carvalho, José Uliano Camilo, José Walter Bautista Vidal, Luiz Antonio Rossafa, Paulo Adalberto Zanetti, Renato Ticoulat.

Debatedores:

Alfredo Raeder, Ana Carmem de Oliveira, Carlos Roberto Bittencourt, Carmem Murara, Edson Dalla Vecchia, Fernando Fernandes, Francima de Luna Máximo, Gilberto Rocha, Mário Santos, Nelson Leal, Nelton Friedrich, Silvio Lembi.

E em especial ao Professor José Walter Bautista Vidal e ao Doutor Joaquim de Carvalho pela importante participação em momentos diferenciados do evento.

REQUERIMENTO Nº 1764

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de voto de congratulações à diretoria e jogadores do Clube Atlético Paranaense pela grande campanha que culminou com o título de 2001 do Campeonato Estadual de Futebol.

Pela terceira vez na história, o Clube Atlético Paranaense conquista um bicampeonato estadual. O clube foi o último campeão do século XX, repetindo a dose do ano de estréia do terceiro milênio. Com isso, mais uma vez o paranaense termina em ritmo vermelho e preto, razão pela qual comemoramos reconhecendo o valor do furacão, honrados de vestirmos a camisa rubro negra.

Nestes termos pede deferimento, solicitando envio de cópia do presente aos homenageados, na pessoa do Senhor Presidente Marcus Aurélio Coelho.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMIR BIER, LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR PUGLIESI, CEZAR SILVESTRI, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON e ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sistema Fiep, pela inauguração do Centro de Exposições.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A FIEP inaugurou no próprio CIETEP um Centro de Exposições com o nome de Horácio Sabino Coimbra, um pioneiro da indústria do café no nosso Estado.

A nova estrutura é uma homenagem ao fundador da Companhia Cacique de Café Solúvel e o Centro tem área disponível de 3000 metros quadrados e está pronto para receber feiras e exposições de qualquer porte.

Este é, sem dúvida, um grande avanço que vem completar o Sistema Fiep, que possui estrutura de grande porte para sustentação da área industrial do Estado.

Pela inauguração do Centro de Exposições, receba o Presidente da FIEP, Senhor Carlos Alberto Gomes de Carvalho (ou José Carlos????) (Av. Cândido de Abreu, 266 - Curitiba - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1546

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, Moção de Apoio da Câmara de Vereadores de Braganey ao deputado, pelo posicionamento contrário à privatização da Copel.

A moção foi assinada pelos vereadores Celestino Denardin (presidente da Casa), Delmir Sanagiotto, Erceli Pedro Frison, Eudécio Carreira, Gerson Luiz Sandri, João Antonio Daubermann, Ledy Catarina de Castro Pereira, Maria Ilma Ferreira e Nelson de Oliveira e aprovada pela Câmara no último dia 19 de abril.

A presente proposição tem o objetivo de registrar no anais desta Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1680

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado à Gol Transportes Aéreos Ltda., na pessoa de seu presidente, Constantino Oliveira Júnior, moção de aplauso, pelo início das operações em Curitiba e pedido para que a empresa estenda suas rotas até Foz do Iguaçu.

A principal referência turística do Paraná, Foz do Iguaçu, vê seu potencial receptivo sendo constantemente prejudicado pela escassez de linhas aéreas que servem a cidade e pousam no Aeroporto Internacional.

Diversos estudos produzidos pelo trade turístico daquela cidade, demonstram a demanda reprimida por novas linhas ligando Foz às principais capitais brasileiras. Investimento nesse sentido tem retorno garantido, beneficiando, além da empresa aérea, toda a população iguaçuense.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa, parabenizar a nova empresa e manifestar o desejo de que a Gol amplie suas atividades no Estado, tornando-se mais uma parceira na luta pelo desenvolvimento do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1706

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção nas Atas dos trabalhos, de votos de louvor ao jornal Impacto, na pessoa do seu jornalista responsável, Luiz Fernando Fedeger, pelos oito anos de existência do periódico, comemorados em 19 de maio próximo passado.

O jornal Impacto, genuinamente paranaense, nestes oito anos, tem, de forma independente e corajosa, denunciado fatos que acontecem na vida política do nosso Estado, ensejando ações corretivas que culminam em maior e melhor atenção no trato da coisa pública. A imprensa livre e responsável é uma das pilstras da democracia.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Nilo Peçanha, 798 - Bom Retiro - 80.520.000 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor à Família Scheffel, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento que ora proponho tem como finalidade, prestar homenagem à Família Scheffel, através dos senhores Dorison Scheffel, Cleomar Scheffel, Donalson Scheffel, Mirislan Douglas Scheffel e Oswaldo Scheffel, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Negro e região.

A Família Scheffel há muitos anos se estabeleceu naquela região, onde sempre participou das atividades sociais do município, tais como, implantação de creches e outras entidades filantrópicas, que promovem o bem-estar do ser humano, independentemente de raça, credo e condição social.

Face ao exposto, considerando o trabalho desenvolvido pela Família Scheffel ao longo dos anos, reconhecendo também o alto espírito de solidariedade humana de seus integrantes, solicito aos demais pares desta Casa de Leis a aprovação da matéria em apreço.

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização à Cacique Café Solúvel pelo reconhecimento ao industrial Horácio Sabino Coimbra, nome escolhido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná ao Centro de Exposições do Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Anahy.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principal-

mente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1583

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1584

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1585

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agên-

cia de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Diamante D'Oeste.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1586

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Iguatu.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Itaipulândia.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à

microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1588

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1590

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Ramilândia.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação

do Programa Banco Social no município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1593

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Santa Lúcia.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Santa Tereziinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado

informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1595

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1596

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Ubatuba.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1599

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação

do Programa Banco Social no município de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1600

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Tupãssi.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1602

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Braganey.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1603

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Antonio Carlos Araújo, Mui Digno Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, solicitando a implantação do Programa Banco Social no município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Banco Social, recém criado pelo Governo do Estado do Paraná, e gerenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tem por objetivo o apoio à microempresa e ao pequeno empreendedor do mercado informal, que dificilmente encontra agentes financeiros dispostos a financiar seus projetos.

A instalação de uma agência no município impulsionará esse mercado, proporcionando um maior crescimento econômico e social, gerando renda e principalmente abrindo oferta de novos empregos naquela cidade, motivo que nos leva a pleitear a sua implantação.

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, Nelson Justus, solicitando informações sobre as tarifas praticadas pela concessionária Ferropar, no trecho Paranaguá/Maringá.

Solicita ainda informações sobre os critérios estabelecidos para o aumento das tarifas bem como a periodicidade com que as mesmas são praticadas.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1708

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao doutor Ingo Hubert, presidente da Copel, solicitando sejam enviadas a esta Casa, para análise, cópias dos contratos firmados com as empresas que venceram a licitação para avaliação do patrimônio da Copel.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1761

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, solicita seja encaminhado ofício à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), no sentido de ampliar a abrangência da não cobrança de tarifas pelo sistema DDD aos usuários dos telefones da Brasil Telecom para os municípios de Fazenda Rio Grande, Campo Largo, Mandirituba, Tijucas do Sul, Quitandinha e Agudos do Sul, além dos já noticiados pela imprensa da Região Metropolitana de Curitiba (Araucária, Almirante Tamandaré, Colombo, Colônia Muricy, Guajuvira, Guaraituba, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Curitiba) e mais o litoral (Gaivotas, Guaratuba, Ipanema, Matinhos e Pontal).

O presente pedido se faz necessário em razão dos municípios vizinhos fazerem parte da Região Metropolitana de Curitiba, e por serem limítrofes com o município da Capital do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1537

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano solicitando instalação de iluminação pública na localidade Pedra Branca, em Guaratuba, conforme protocolado sob nº 4.705.004-9, em anexo.

Sala as Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Saúde, solicitando construção de posto de saúde na localidade de Pedra Branca, município de Guaratuba, conforme protocolado sob nº 4.833.301-0 em anexo.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1539

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao comando geral da Polícia Militar, solicitando construção de uma unidade militar para atendimento de bairros desta Capital, conforme protocolado sob nº 4.790.580-0 em anexo.

Salas de Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1541

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor Bispo da Diocese de Ponta Grossa - Don João Brás de Aviz, expediente de voto de louvor e congratulações pela passagem dos 75 (setenta e cinco) anos de instituição da Diocese de Ponta Grossa.

É sabido o papel e a grande importância das atividades desenvolvidas pela Igreja Católica no âmbito da Diocese de Ponta Grossa no cuidado dos doentes, dos pobres, dos aflitos, na manutenção de hospitais, creches, escolas e sobretudo nas ações de elevação espiritual e moral da sociedade na construção de um mundo e de uma sociedade justa e humana, razões pelas quais é devido o pleito e a homenagem à diocese de Ponta Grossa.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Reverendíssimo senhor Dom João Bráz de Aviz - MD Bispo da Diocese de Ponta Grossa, Cúria Diocesana de Ponta Grossa, na Praça Marechal Floriano Peixoto, 581 - Ponta Gossa - PR, 84010-680.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1542

Senhor Presidente:

REQUER, ao Excelentíssimo senhor presidente, seja encaminhado expediente ao senhor Rafael Dely, secretário especial da Política Habitacional e diretor presidente da Cohapar, Companhia de Habitação do Paraná, solicitando providências urgentes que solucionem o problema da documenta-

ção dos terrenos do bairro Vitória, na cidade de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A providência que ora solicitamos prende-se ao fato de que é impossível para as mais de 200 famílias residentes naquele bairro, continuarem na situação que se encontram a mais de 10 anos sem que lhe sejam fornecidos os documentos de propriedade. Enquanto alguns pretendem efetuar os respectivos pagamentos das prestações e não recebem os documentos, outros não dispõem de recursos para tais pagamentos.

O fato é de amplo conhecimento da Cohapar, tanto do escritório regional de Francisco Beltrão, quanto da Capital do Estado.

Entendemos estar na hora de que algumas medidas definitivas sejam tomadas para a legalização das propriedades.

Assim, solicitamos ao nobre secretário Rafael Dely e sua equipe, que tem se mostrado preocupado com a situação, que sejam tomadas as medidas necessárias e urgentes no sentido de resolução do impasse.

REQUERIMENTO Nº 1545

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado à Receita Estadual, pedido para que mantenha em funcionamento a Agência de Rendas, da cidade de São Miguel do Iguaçu.

A referida agência atende, além de São Miguel, dezenas de outros municípios vizinhos. Seu fechamento, pretendido pela Receita Estadual, deverá acarretar prejuízos financeiros substanciais para as pessoas que necessitam de atendimento do Estado.

Entendemos que o Governo vem tentando diminuir os custos operacionais, mas não podemos aceitar que esse corte de despesas venha em detrimento dos contribuintes, que são os maiores mantenedores da administração pública.

Diante da intenção do governo, tem esta Casa o dever de se manifestar contrariamente ao fechamento das agências da Receita Estadual, não só de São Miguel, mas de todo o interior do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência providências para a limpeza de canaletas e corte da vegetação à margem da PR-160, no trecho entre a BR-369, e a Rodovia Charles

Naufal, passando por Cornélio Procópio, Leópolis e Serrotejea.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido justifica-se em razão de o mato estar invadindo a pista em alguns pontos, diminuindo a visibilidade dos motoristas e das canaletas estarem obstruídas, provocando o escoamento das águas, na pista nos dias de chuva, tornando assim, as estradas altamente perigosas.

REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao doutor José Tavares da Silva Neto, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a reativação do Módulo Policial na avenida Senador Salgado Filho, esquina com a Avenida Coronel Francisco H. dos Santos, no bairro do Guabirota em Curitiba, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da violência no bairro do Guabirota nos últimos anos, vem preocupando e apavorando os moradores comerciantes e trabalhadores daquele bairro da Capital, face os seguidos assaltos a residências, estabelecimentos comerciais e mesmo a transeuntes que circulam nas vias públicas do bairro, além de roubos e toda espécie de violência que são praticados.

A falta de policiamento ostensivo, facilita a ação dos marginais que colocam com seus atos criminosos, em polvorosa a população honesta, digna e trabalhadora de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao doutor José Tavares da Silva Neto, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a reativação do Módulo Policial na avenida Senador Salgado Filho, entre as ruas Dona Bárbara Cid e Rua Rosa Sahagoff, no bairro do Uberaba, em Curitiba, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da violência no bairro do Uberaba, nos últimos anos, vem preocupando e apavorando os moradores comerciantes e trabalhadores daquele bairro da Capital, face os seguidos assaltos a residências, estabelecimentos comerciais e mesmo a transeuntes que circulam nas vias públicas do bairro, além de roubos e toda espécie de violência que são praticados.

A falta de policiamento ostensivo, facilita a ação dos marginais que colocam com seus atos criminosos, em polvorosa a população honesta, digna e trabalhadora de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1568

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de Viaturas para o municípios de Iporã, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal (rua Pedro Alvares Cabral, 2677) e ao Vereador Sergio Valentim Vacari (rua Pedro Alvares Cabral, s/nº) CEP - 87560-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Mui Digno Secretário de Estado de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do municípios de Maria Helena, no programa Banco Social desenvolvido em parceria com a SEFA; SERT; Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempreendedores, formais e informais e informais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no Município.

De acordo com programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços os micronegócios os micro-negócios familiares agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os do mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do Município neste Programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jesse Batista Correa, Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690) e ao Vereador Adrovando Beck Júnior, Presidente da Câmara Municipal (Avenida Paraná, 1690) CEP - 87480-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1570

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Mui Digno Secretário de Estado de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do municípios de Perobal, no programa Banco Social desenvolvido em parceria com a SEFA; SERT; Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempreendedores, formais e informais e informais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no Município.

De acordo com programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços os micronegócios os micro-negócios familiares agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os do mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do Município neste Programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Evangelista de Albuquerque, Prefeito Municipal (Praça Curitiba, 1031) e ao Vereador Valcir Costacurta, Presidente da Câmara Municipal (Avenida Paraná, 1148) CEP - 87517-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1571

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Mui Digno Secretário de Estado de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do municípios de Tapira, no programa Banco Social desenvolvido em parceria com a SEFA; SERT; Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempreendedores, formais e informais e informais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no Município.

De acordo com programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços os micronegócios os micro-negócios familiares agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os do mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do Município neste Programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Wilson Lucena, Prefeito Municipal (Rua Paranaguá, s/nº) e ao Vereador Silvio Travaglia, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaguá, 518) CEP - 87830-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1574

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Mui Digno Secretário de Estado de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do municípios de Xambrê, no programa Banco Social desenvolvido em parceria com a SEFA; SERT; Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempreendedores, formais e informais e informais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no Município.

De acordo com programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços os micronegócios os micro-negócios familiares agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as microempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os do mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do Município neste Programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Milton Adriano de Oliveira, Prefeito Municipal (Praça Desembargador Antonio F. da Costa, 236) e ao Vereador Francisco José de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Avenida J. Byington, s/nº) CEP - 87535-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cássio Taniguchi - Digníssimo Prefeito

Municipal de Curitiba, para que determine a realização de estudos objetivando a manutenção de linha de transporte coletivo Tuiuti-Torre, que atende os acadêmicos e funcionários da Universidade Tuiuti-Campus Torres, no período noturno.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela, visa proporcionar aos usuários daquela linha, melhores condições de acesso à Universidade e, principalmente, maior segurança aos acadêmicos.

A existência da Favela das Torres nas proximidades do campus, o enorme fluxo de veículos na BR-116 e na Avenida Comendador Franco e o grande movimento existente no supermercado instalado nas imediações, são fatores que por si só justificam a presente solicitação.

REQUERIMENTO Nº 1605

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Nelson Roberto Plácido Silva Justus, solicitando agilização no que se refere ao processo licitatório para o início das obras de recuperação do quilômetro 77 da BR-340, entre Tibagi e Telêmaco Borba.

O rompimento da estrada ocorreu a aproximadamente seis meses e o Departamento de Estradas e Rodagem ainda não iniciou o reparo da via. O rompimento no quilômetro 77 da BR-340 ocorreu devido a uma infiltração de água sob o asfalto, o que provocou a abertura de um buraco de aproximadamente 60 metros de extensão por 10 metros de altura, além de rachaduras nas vigas de sustentação dos pilares da ponte, o que provocou a interdição a veículos pesados.

A interrupção da BR causa vários tipos de problemas, um deles é na área de saúde, pois muitos pacientes precisam ser deslocados de Tibagi para Telêmaco Borba para internamento e operação, mas conforme o dia, o desvio de três quilômetros que foi aberto não pode ser utilizado devido à presença de caminhões encalhados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência aos Prefeitos Municipais de Tibagi e Telêmaco Borba, respectivamente, Senhor José Tibagy de Mello, na Praça E. Mercer, 10 - Tibagi - PR - 84300-000 e Senhor Carlos Hugo Wolf Von Graffen, na Praça Castelo Branco, 37 - Telêmaco Borba, PR - 84260-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1606

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a Ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais pares desta egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário,

sejam enviadas correspondências ao Excelentíssimo Senhor Pedro Sampaio Malan, Ministro da Fazenda e ao Excelentíssimo Senhor Marcos Vinicius Pratini de Moraes, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, solicitando que sejam tomadas providências urgentes no sentido de agilizar o pagamento dos ressarcimentos dos prejuízos provenientes da geadas de julho de 2000, que ainda não foram indenizados pela Cosesp.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Vários produtores rurais do município de Ubiratã e região, bem como de todo o Paraná, estão preocupados com o ressarcimento de seus prejuízos provenientes das geadas ocorridas em julho de 2000, e que ainda não foram indenizados pelo Cosesp.

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar ao setor competente, providenciar estudos para a reparação do trecho com 10km entre Loanda e Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O trecho da rodovia compreendido entre Loanda e Santa Isabel do Ivaí com 10km está intransitável. Por esta razão entendemos justa a reivindicação da população da região para o escoamento da produção. O tráfego de caminhões naquele trecho é muito grande.

A operação para recuperação é uma necessidade premente, pois os prejuízos com reparos de caminhões e carretas são grandes, assim sendo aguardamos ansiosamente solução com a urgência que o assunto merece.

REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora Deputada Lúcia Vânia, relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, solicitando a inclusão da ação denominada "Assistência Técnica e Extensão Rural na Região Sul" no Programa Agricultura Familiar - Pronaf.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente pleito refere-se à previsão de R\$20 milhões do Orçamento da União para projetos e ações direcionadas à agricultura familiar na região Sul, incluindo, portanto, o Estado do Paraná. A rigor, o que se pretende é estritamente manter a previsão orçamentária, visto que nos últimos anos os Estados do Sul obtiveram a

inclusão da ação "Assistência Técnica e Extensão Rural na Região Sul" no Pronaf.

Como sabemos, os trabalhos legislativos, especialmente quando no âmbito federal, estão sujeitos a condicionamentos políticos, tanto mais expressivos quanto mais escassos os recursos disponíveis ou disponibilizados. E o momento vivido pela Nação é de notória escassez de recursos públicos, o que tem levado, inclusive, a não raros cortes de despesas já previstas. Em face disto, torna-se imprescindível nossa mobilização política em favor desta inclusão na LDO 2002 da União, que beneficiará a agricultura de nosso Estado.

Ademais, a assistência técnica e a extensão rural em nosso Estado estão a cargo da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, agora com 45 anos de atividades e uma das organizações públicas do setor agrícola das mais reconhecidas nos planos nacional e internacional.

Os números relativos às atividades desta empresa modelar que é a Emater tomariam páginas se fôssemos enumerá-los, e não é este o objetivo do presente. Cumpre-nos, entretanto, citar pelo menos aqueles que demonstram a ação da Emater no que concerne ao motivo do presente. Assim, em sua atuação, relativamente ao Pronaf, a Emater colocou nas mãos de 81 mil famílias R\$90 milhões para custeio e R\$40 milhões para investimento. Isto apenas na safra 2000/2001.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência ao senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Diretor-Presidente da Sanepar, solicitando o parcelamento das faturas de água e esgoto em atraso.

É grave a situação da população carente da cidade de Londrina. Além das dificuldades já conhecidas, algumas famílias vêm-se ameaçadas com o corte do fornecimento de água pela Sanepar, pela razão de estarem inadimplentes com a companhia.

Seria oportuno rever estas faturas em atraso e oferecer condições mínimas que possam atender efetivamente os usuários do sistema.

Assim, proponho que a diretoria da Sanepar oriente seus funcionários a verificar efetivamente quais as famílias que realmente necessitam do parcelamento de suas faturas e que sejam tomadas medidas apropriadas que visem atender a população carente desse município, sem penalizá-las.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial de Investigação da Sanepar, e como deputado estadual, venho, através do presente, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado Jaime Lerner, dando-lhe ciência conforme requerimento aprovado em Plenário (já encaminhados e recebidos pela Sanepar) da falta de respostas das informações solicitadas ao seu Presidente, senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, até o presente momento (já esgotado o prazo legal em 18 de maio) o que vem prejudicando e até impossibilitando os trabalhos desta Comissão Especial. Outrossim, mister se faz ressaltar que tal atitude sem justificativa apresentável, leva ao descumprimento da Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso XII, *in verbis*:

“Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

XII - prestar informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nos casos e prazo fixados em lei;”

De igual modo, por meio deste, requeremos envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo para que tome atitudes peremptórias junto à Sanepar, para que esta envie imediatamente as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S/A - Telepar Brasil Telecom, no sentido de complementar o nosso Requerimento LCM/AL/18153 de 19.10.99, referente à implantação de um aparelho telefônico público em frente ao Bar e Merceria do Gaudêncio, sito à Rua Alexandre Dimitrov nº 232 - Jardim São Carlos I - Município de Almirante Tamandaré. Conforme solicitação dessa empresa, informamos que as laterais são as Ruas Iroshi Takeda e Santos Dumont, nas proximidades da Antena da Rádio Cultura.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S.A. - Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Marinalva Alves dos Santos, residente à Rua Francisco Licnerski, nº 937 - Vila Marumbi - Bairro Uberaba, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico cuja inscrição foi feita através do CPF 393.040.789-20. Se necessário,

recomendamos contato com a requerente pelo telefone 262-0259 (recados).

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a construção do Salão Comunitário no município de cafezal do Sul.

A proposta fundamenta-se em solicitação da prefeitura Municipal de Cafezal do Sul, que pretende oferecer à comunidade um local apropriado para desenvolver várias atividades, tanto na área social como na área profissional.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Mario Morin, Prefeito Municipal (Avenida Italo Orceli, 796), e ao Vereador José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Avenida Italo Orceli, 658) - CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Raggio Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de uma ambulância para o Município de Cafezal do Sul.

A proposta fundamenta-se em solicitação da prefeitura Municipal de Cafezal do Sul, que pretende oferecer à comunidade melhores condições de saúde no atendimento emergencial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Mario Morin, Prefeito Municipal (Avenida Italo Orceli, 796), e ao Vereador José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Avenida Italo Orceli, 658) - CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1637

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao diretor do DNER, solicitando construção de retorno para Curitiba na BR-376 próximo ao município catarinense de Garuva, conforme protocolado sob nº 4.767.801-3 em anexo.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1638

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando equipamentos para a Escola Estadual Hélio Antonio de Souza, de Pontal do Paraná, conforme protocolado sob nº 4.796.032-0.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1639

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Segurança Pública, solicitando elucidação dos casos de crimes de assassinato de mulheres, recentemente ocorridos em grande número nos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul e solicitando mais segurança àqueles municípios.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A população dos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul estão em completo desespero - a cada dia aumenta o número de mortes, especialmente envolvendo mulheres que, de forma misteriosa estão sendo assassinadas.

A violência é crescente em todos os lugares, mas em Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, os índices são elevadíssimos e a população está verdadeiramente apavorada, pois os casos de roubos, estupros e mortes são muitos. A população vive à mercê dos malfeitores.

A população clama por socorro, clama por segurança. Suas famílias, suas vidas estão em risco e não há mais condições de continuar desta forma.

Pedimos ao Senhor Secretário da Segurança Pública medidas urgentes para a elucidação dos casos já ocorridos (mortes de mulheres), pois isso ajudaria a prevenir novos acontecimentos desta ordem. Pedimos ainda que sejam tomadas providências no sentido de se oferecer à população dos dois municípios, condições melhores de segurança.

REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sanepar, solicitando providências urgentes quanto aos danos causados em residências de moradores do município de Almirante Tamandaré, devido à exploração do Aquífero Karst.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A população de Almirante Tamandaré - Região Metropolitana de Curitiba, está enfrentando problemas de desestabilização de suas residências. O aparecimento de rachaduras nas casas próximas à área de exploração do Aquífero Karst tem sido comum e agora até crateras (uma delas de 80 cm de diâmetro por 5 m de profundidade) aparecem em quintais, causando grave risco de desmoronamento de residências, obrigando seus moradores a serem retirados de suas casas, além de causar prejuízos incalculáveis aos mesmos.

Famílias inteiras estão vivendo à mercê do destino eminente de ter seus bens danificados, seu patrimônio residencial dilapidado por enormes buracos que vão se formando ao longo daquela área, que possui infiltrações de água do Aquífero. A população vive amedrontada e em grave risco de vida, pois a qualquer momento a casa poderá ceder em desmoronamento, causando tragédias.

Pedimos às autoridades competentes que atentem para o fato que é de calamidade pública, já que, além do patrimônio perdido e do prejuízo, vidas poderão ser ceifadas. Pedimos que sejam tomadas medidas urgentes quanto aos fatos já relatados em larga escala pela imprensa do nosso Estado, conforme anexos.

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, no sentido de determinar ao setor competente ações que visem o cumprimento das leis sobre a proibição do fumo em certos recintos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 31, quinta-feira, é comemorado o Dia Mundial de Mobilização contra o Tabagismo.

O governo federal, através de uma Medida Provisória publicada no Diário Oficial de sexta-feira, determina que os maços de cigarros e a publicidade das empresas de tabaco terão que apresentar fotos ou figuras dos males causados pelo produto, além das frases de advertência já obrigatórias. Entretanto, observamos que a Medida Provisória não define o prazo que as empresas têm para fazer adaptações às novas regras. Também não foram definidos outros detalhes, como por exemplo, qual órgão será responsável pela escolha das imagens e o tamanho que deverão ter.

O Parlamento Europeu aprovou no dia 15/05/2001, novas leis contra o fumo. As duas principais prevêm, até setembro de 2002, redução nas quantidades de alcatrão presentes em cada cigarro e a ocupação de pelo menos um terço das embalagens com alertas sobre os prejuízos que o fumo pode trazer à saúde. A nova legislação ainda proíbe que certas marcas tragam palavras como "leve" ou

“suave” nas embalagens, mesmo que seus cigarros contêm menos nicotina, a substância responsável pela dependência, se um cigarro é mais forte que o outro. De acordo com as novas leis, todos os tipos de cigarro prejudicam igualmente à saúde.

Segundo dados do Ministério da Saúde do Brasil, atualmente há um universo de 35 milhões de fumantes no País, e por ano, morrem 120 mil pessoas por doenças causadas pelo cigarro.

Em várias instituições, especialmente nas escolas, estão previstas manifestações em alusão à data, com campanhas de conscientização junto à população sobre os males que o fumo pode provocar, trabalho este que deve ser executado a médio e a longo prazo para prevenir e conscientizar a população fumante e não-fumante sobre os malefícios causados.

As linhas de combate já estão traçadas e as canetas e computadores de propaganda estão acionados. Esta guerra está sendo travada no mercado mundial. É a guerra do fumo, e as paradas são altas. Bilhões de reais por ano. Quer fume, quer não, está sendo atingido.

Os dados são alarmantes, e se não tomarmos medidas enérgicas para mudar o quadro trágico, nós legisladores nos tornaremos cúmplices.

REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Padre Valentin Celeste Dal Pozzo, com votos de congratulações pelos relevantes trabalhos prestados, durante quase duas décadas, no Santuário Diocesano Nossa Senhora da Salete, no Município de Braganey - PR.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Arcebispo da Arquidiocese de Cascavel, Dom Lúcio Baumgaertner, endereço Rua Maranhão, 1595, Cx. P. 432, Cascavel - CEP 85802-970; ao Prefeito Municipal de Braganey, Senhor João Cappelletto e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Celestino Denardin.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O gaúcho de Nova Prata, Padre Valentin Celeste Dal Pozzo, paranaense por adoção, encontra-se há quase duas décadas no Município de Braganey, estando atualmente à frente do Santuário Diocesano Nossa Senhora da Salete. Ao longo destes anos semeou a paz, pregou a concórdia, introduziu de forma brilhante os princípios que norteiam o alicerce sólido de uma nação humana. Sua missão sempre foi norteadada pelo equilíbrio, angariando assim uma legião de admiradores e seguidores.

Durante este período foi sempre um amigo dos fiéis e esteve ombro a ombro lutando pelas causas sociais, esparramando conforto aos necessitados, enfim, tornou-se na realidade um exemplo a ser seguido.

O Padre Valentin é uma referência, um marco do catolicismo na região Oeste do Estado. Sua brilhante trajetória deve ser registrada nos Anais desta Casa como um pequeno reconhecimento ao seu grande trabalho.

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Nelson Justus, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo, no sentido de promover a pavimentação da estrada que liga Santa Rita, Distrito de Terra Roxa a Alto Santa Fé, Distrito de Nova Santa Rosa com 8 quilômetros de extensão.

Requer ainda que se dê ciência ao Prefeito de Terra Roxa, Senhor José Teixeira, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação reforça o pedido da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, e tem por objetivo executar serviços de pavimentação da pista, bem como a melhoria das condições de tráfego da referida estrada, tendo em vista o intenso tráfego neste trajeto e principalmente para dar condições indispensáveis para o escoamento da produção agrícola, atendendo inclusive a Cooperativa Coopervale e a empresa I. Ried.

REQUERIMENTO Nº 1661

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Nelson Justus, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo no sentido de promover a pavimentação asfáltica do trajeto, com aproximadamente 30 quilômetros de extensão entre Santa Rita, Distrito de Terra Roxa, o Município de Nova Santa Rosa, Novo Três Passos, Distrito de Marechal Cândido Rondon e o Município de Quatro Pontes.

Requer ainda que se dê ciência aos vereadores de Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Quatro Pontes, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem por objetivo, executar a pavimentação asfáltica do trajeto, com aproximadamente 30 quilômetros de extensão entre Santa Rita, Distrito de Terra Roxa, o Município de Nova Santa Rosa, Novo Três Passos, Distrito de Marechal Cândido Rondon e o Município de Quatro Pontes.

A pavimentação da referida estrada é de extrema importância, pois irá auxiliar de forma significativa e

direta no escoamento da produção agropecuária da região, beneficiando ainda diretamente centenas de produtores rurais. Além disso, existem várias empresas instaladas que também encontram problemas no escoamento da produção.

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais (Art. 54, XXVIII e XXXIV da Constituição Estadual), REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado pedido de informações, ao Senhor Ingo Henrique Hubert, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sobre a sua viagem ao exterior, necessitando das seguintes informações:

- a) qual o destino da viagem;
- b) qual a razão ou razões da sua viagem;
- c) qual o roteiro de sua viagem.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER:

1 - Envio de Expediente à SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para que a mesma forneça cópias dos Títulos de Domínio Pleno, assim como, mapas e Memoriais Descritivos, referentes aos lotes relacionados, da Colônia Fronteira, expedidos pelo Governo do Estado em 19/05/1959:

- a) lotes 22 e 29, Gleba 6, Registro 24.467, Livro 3, em favor de Kurt Rotern;
- b) lote 28, Gleba 6, Registro 24.970, Livro 3, em favor de Raimundo Ari da Cruz;
- c) lotes 15 e 16, Gleba 6, Registro 24.966, Livro 3, em favor de Flávio Eugênio Ramon;
- d) lote 12, Gleba 6, Registro 24.969, Livro 3, em favor de Mauro Latti;
- e) lote 11, Gleba 6, Registro 24.964, Livro 3, em favor de Luís Alba da Silva Baireira.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando as informações elencadas abaixo sobre repasses efetuados pela Copel ao FIA - Fundo para a Infância e Adolescência.

1 - Apresentação dos comprovantes dos recolhimentos feitos ao FIA - Fundo para a Infância e Adolescência, nos anos de 1999 e 2000, nos quais conste o

número da agência bancária e da conta corrente onde foram efetuados os depósitos;

2 - Informação sobre a política utilizada pela Copel para o recolhimento de valores a título de "Incentivos Fiscais", em favor da criança e do adolescente, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

3 - Esclarecer por que a Copel não tem recolhido o limite máximo permitido pelo artigo 10 da Lei nº 8242/91 e complementado pelo Decreto 793/93, que estabelece a possibilidade de recolhimento a título de Incentivos Fiscais limitados a 1% do Imposto Devido.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1670

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando as seguintes informações sobre laudo pericial em ações de trânsito e procedimentos do Instituto de Criminalística do Paraná:

1 - É da autonomia do perito a conclusão do laudo, ou existem prazos e regras definidas?

2 - Os interessados podem ter acesso ao laudo? Se não podem, quem pode ter acesso a este laudo?

3 - O laudo é feito por pedido das partes envolvidas ou por requerimento da autoridade?

4 - Se for por requerimento da autoridade, qual o órgão competente para fazer tal pedido?

5 - Existem um regulamento que disciplina os procedimentos do Instituto de Criminalística? Se afirmativo, solicitamos cópia deste regulamento.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento justifica-se pela necessidade do legislador estadual obter, oficialmente, informações sobre os procedimentos deste Instituto, na elaboração dos laudos periciais e pela importância que este documento apresenta na resolução dos conflitos de trânsito.

REQUERIMENTO Nº 1681

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Telepar Brasil Telecom, Juan Ramon Avires, solicitando a reabertura do escritório de atendimento da Telepar em Ponta Grossa.

Depois do fechamento do escritório, no ano passado, muitas pessoas passaram a encontrar dificuldades para obter informações e tirar possíveis dúvidas sobre os serviços prestados pela empresa.

A reabertura do escritório de atendimento beneficiaria inúmeras pessoas, sobretudo aquela mais idosa e

ainda outras que têm dificuldade em obter acesso à informações necessárias ao cliente.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1682

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, solicitando estudos do potencial energético, em todo o Estado do Paraná, do aproveitamento dos rios e quedas de água, bem como da viabilidade técnica e econômica, para construção de pequenas hidroelétricas.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Racionamento de energia já não é apenas teoria.

Primeiro de junho foi a data em que mais de 80% do PIB brasileiro começou a sentir os efeitos do racionamento de energia.

Face à crise energética que assola nosso País, atingindo toda a população, e comprometendo o desenvolvimento industrial, acreditamos que um levantamento de viabilidade, desenvolvido pelo Governo do Estado, utilizando os meios e técnicos já disponíveis, seguido de investimentos no potencial energético, com a construção de pequenas centrais hidroelétrica (PCH), teríamos um aumento considerável no potencial energético.

Lembramos que o custo apresentado é bem menor e o impacto ambiental reduzido o que facilita grandemente o interesse privado na construção das mesmas.

Com o aproveitamento das quedas de água, em rios que cortam nosso Estado, tais como Rio Ligeiro, Rio do Índio, Rio Goioerê, Rio Piquiri, Rio Ivaí, Rio Tibagi, bem como muitos outros em diversas regiões do Estado, conseguiríamos amenizar sensivelmente os problemas cansados pela falta de energia, em outras unidades da Federação, com a venda do excedente, firmando o Paraná como superavitário em energia e revertendo assim a situação de desemprego, inflação e desaquecimento da economia, além de abrir muitas fontes de trabalho.

Enfatizamos, principalmente a tomada das providências necessárias para o imediato estudo da real viabilidade de construção de hidroelétrica no Rio Ligeiro, município de Cianorte, Noroeste do Estado, em razão de interesse já manifestado pela iniciativa privada em investir no setor.

REQUERIMENTO Nº 1687

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Anahy, Senhor Valdemar Bosi, pela passagem de aniversário do município, dia 11 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também à Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria de Fátima Bosi.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1688

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando e suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Santa Tereza do Oeste, Senhor Francisco Menin, pela passagem de aniversário do município, dia 12 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Olímpio Marcelo Picoli.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1689

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Valdir Oldoni, Prefeito Municipal de Lindoeste, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, dia 12 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Namir Vicente Teixeira e ao vice-prefeito, Senhor Jair Brito.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1690

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ives Ribas, Prefeito Municipal de Diamante do Sul, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, dia 12 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também à Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Leida das Graças R. Melo.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Padre Rosevaldo Bahls, pela comemoração da Padroeira do município de Cafelândia, Nossa Senhora Consolata, dia 17 de junho.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Valdir Andrade da Silva.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Padre Erondi Alves da Silva, pela comemoração do Padroeiro do Município de Rio Branco do Iguacu, Santo Antonio, dia 13 de junho.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao Prefeito Municipal, Senhor Cezar Bovino, e ao presidente da Câmara Municipal, Vereador Marcos Brustolim.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Padre Sandro Luiz Gessi Cortis, pela comemoração do Padroeiro do Município de Ibema, Santo Antonio, dia 13 de junho.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1694

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, solicitando à Secretaria de Estado dos Transportes que interceda junto à concessionária Viapar - Rodovias Integradas do Paraná, responsável em realizar melhorias nas rodovias do Lote 2, com urgência, para que inclua em seu plano de trabalho a duplicação da BR-369, no trecho que liga Arapongas a Apucarana, até o fim do ano de 2002.

A solicitação parte da preocupação do referido trecho rodoviário abrigar intenso tráfego de caminhões, ônibus e demais veículos, e por fazer a ligação entre regiões extremamente importantes no aspecto sócio-econômico do Estado. Arapongas é o ponto de encontro dos veículos que vêm das regiões de Londrina e Maringá com destino a Apucarana e o Vale do Ivaí. E Apucarana é ponto de encontro de veículos que vêm do Vale do Ivaí em direção a Arapongas e as regiões de Londrina e Maringá. São regiões de grande produção agrícola e industrial e verdadeiros pólos educacionais.

Diariamente, centenas de estudantes fazem o percurso Arapongas-Apucarana, e vice-versa, em direção a seus respectivos estabelecimentos de ensino. O expressivo número de faculdades e universidades existentes na região faz com que um grande contingente estudantil cir-

cule dia e noite por aquele trecho rodoviário, correndo sérios riscos de acidentes de trânsito.

Existe, também, o agravante das características climáticas que, no período de inverno, provocam densas neblinas que dobram as dificuldades de dirigibilidade e reduzem a quase zero o nível de segurança daquela rodovia que liga Arapongas a Apucarana.

A preocupação em apresentar o presente requerimento se justifica pelo motivo de, no cronograma de trabalhos da Viapar até o final de 2002, não existir nenhuma previsão de duplicação do trecho em questão. Só está prevista a duplicação dos trechos entre Maringá - Floresta (22 km) e Iguatemi - Maringá (9 km). A ligação asfáltica entre Arapongas - Apucarana é de apenas 13 km.

Segundo dados fornecidos pela Polícia Rodoviária, no ano passado aconteceram, entre Arapongas e Apucarana, 52 acidentes com 44 feridos e 2 mortes. E até o mês de abril do presente ano já ocorreram 188 acidentes com 19 feridos e 1 morte.

Uma morte já justifica a atenção do Estado e da concessionária para a duplicação da rodovia, pois, ainda de acordo com a Polícia Rodoviária, a colisão frontal entre veículos é a que mais causa mortes nas estradas. E ela só acontece em pistas não duplicadas, onde os motoristas são obrigados a realizar ultrapassagens sempre ocupando a pista que vem no sentido contrário.

A duplicação é um esforço que os responsáveis pela rodovia devem empreender com urgência para defender a integridade dos cidadãos e preservar vidas.

REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, no sentido de determinar estudos para adiantar, no mês de junho, 50% (cinquenta por cento) do 13º salário de todo o funcionalismo estadual.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tomando como referência, o universo geral do funcionalismo que há mais de 6 (seis) anos não teve aumento algum. Entendemos como válida esta sugestão como prova que a Assembléia Legislativa paranaense está, como sempre esteve, preocupada com a situação de penúria por que está passando todo o funcionalismo do nosso Estado.

Várias prefeituras, entre elas Curitiba e São José dos Pinhais, programaram o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, para o mês de junho.

O servidor estadual assume a mesma responsabilidade profissional dos seus colegas federais e municipais, tornando-se merecedor de idêntico tratamento com a mesma abordagem humanística.

Esperamos sensibilizar o senhor governador para acolher esta sugestão, pois, do balanço dessas vivências, tiramos a conclusão de que a experiência de ontem, pavimenta o caminho para os acertos do hoje e do amanhã. Todos sabemos que o senhor governador com a sua grande experiência para lidar com desafios e problemas, com capacidade para administrar interesses gerais, com vontade e determinação de acertar e fazer acontecer as transformações necessárias para estimular seus comandados e incorporá-los ao esforço da construção de meios mesmo enfrentando dificuldades para atender tão angustiante solicitação do funcionalismo público paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1698

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Administração, Doutor Ricardo Smijtkink, solicitando a retirada imediata do dispositivo “catraca” que encontra-se instalada na entrada do prédio da Secretaria de Estado da Saúde, tendo em vista que a mesma simboliza o que há de mais impopular e antipático, não condizendo com o espírito democrático e transparente que simboliza o Governo Jaime Lerner.

Manifesta ainda o parlamentar, o repúdio pela forma truculenta com que foi recebido naquela pasta governamental.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1702

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Alcyone Saliba, Secretária de Estado da Educação, solicitando providências, em caráter de urgência, na conclusão das obras do Centro Tecnológico do Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi, em Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Cerca de 600 alunos de 5ª a 8ª séries do Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi, além de 08 (oito) turmas de cursos profissionalizantes de magistério e eletricidade foram interrompidos para que as salas de aulas pudessem ser utilizadas nas obras do Centro Tecnológico, que vêm sendo realizadas desde 1998. O Colégio tem grande potencial para realizar tais atividades, mas está ocioso, com salas de aulas vazias devido à falta de agilidade no término das obras.

REQUERIMENTO Nº 1707

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário o envio de ofício, com a máxima urgência, aos Senhores José Tavares, Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná e ao Coronel Gilberto Foltran, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, no sentido dar uma resposta positiva (efetiva instalação de uma unidade policial) ao pleito da Associação de Moradores do bairro Guaíra.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1714

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, que seja enviada correspondência ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor José Tavares da Silva Neto, solicitando ao mesmo que coloque a disposição do Distrito de Lerroville, município de Londrina, uma viatura da Polícia Civil para efetuar o patrulhamento da região.

Caracterizado como o maior Distrito de Londrina e pela longa distância que o separa da sede do Município - aproximadamente 60Km - o Distrito de Lerroville apresenta alto índice de criminalidade, facilitado na maioria das vezes pela ausência de policiamento na região.

Somente no mês de abril foram registrados 25 boletins relativos ao roubo de gado, sem contar as inúmeras ocorrências corriqueiras do dia-a-dia.

Cabe salientar que o sub-delegado nomeado para dar atendimento no Distrito, não consegue realizar um trabalho preventivo pela falta de um meio de transporte adequado para percorrer a região. Hoje, o policiamento é feito a cavalo.

Diante desses fatos, é fundamental a participação mais efetiva da Polícia na região, a fim de garantir maior tranquilidade à população deste Distrito.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1715

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura Senhor Antônio Leonel Poloni, solicitando a implementação de Vilas Rurais em Vista Alegre no município de Entre Rios do Oeste.

Requer ainda que se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Entre Rios do Oeste, Senhor Hélio Bremm e aos Vereadores Renato Grasel, Rogério D. Lerner, Luciano J. Kuhn e Lírio Backes, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação reitera o pedido feito pelo Presidente da Câmara Municipal de Entre Rios do Oeste,

Senhor Hélio Bremm e os Vereadores Renato Grasel, Rogério D. Lerner, Luciano J. Kuhn e Lírio Backes.

O Projeto Vilas Rurais, é uma alternativa eficaz para fixar o homem no campo, oferecendo condições ao agricultor para produção dos alimentos para o sustento próprio e até mesmo para a comercialização.

REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes Deputado Nelson Justus, solicitando providências em caráter urgente no sentido de promover a restauração de toda a extensão da PR-471.

Requer ainda, que se de ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, Senhor Valfrido Sutil de Oliveira, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação reitera o pedido feito pelo Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, Senhor Valfrido Sutil de Oliveira.

O presente requerimento tem por objetivo, restaurar toda extensão a PR-471, haja vista as péssimas condições que se encontra esta Rodovia, colocando em risco a vida das pessoas que diariamente trafegam nesta via.

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos usuários do Terminal do Portão, os quais pedem policiamento ostensivo no local, tendo em vista que ocorrem assaltos diariamente. São “pivetes” que promovem os assaltos e utilizam canivetes para praticar tais atos.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos usuários do Terminal da Vila Hauer, os quais pedem policiamento ostensivo no local aos domingos, no período noturno. Afirmam eles que nos outros dias há policiamento e que aos domingos nenhum

policial fica no local para proporcionar segurança às pessoas.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Janete Guedes, residente à Rua Cascavel nº 56 - Jardim Taíza, que pede a troca de várias lâmpadas dos postes da Rua Alberto Piekas, as quais encontram-se queimadas.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-7030.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Janete Guedes, residente à Rua Cascavel nº 56 - Jardim Taíza, que pede a restauração da Rua Maringá e demais ruas do bairro, tendo em vista que as mesmas encontram-se intransitáveis, prejudicando e causando muitos transtornos para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-7030.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes ao Governador Jaime Lerner, à Secretaria de Estado da Segurança Pública e ao Delegado Geral da Polícia Civil, em apoio à legitimidade das manifestações das populações dos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, solicitando que o Delegado Mário Sérgio “Bradock” Vacheski seja mantido como titular da Delegacia de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Segurança Pública está efetuando a substituição do Delegado Mário Sérgio “Bradock” Vacheski - titular do Município de Rio Branco do Sul. O Delegado “Bradock” (como é mais comumente chamado) tem efetuado um trabalho sem precedentes, combatendo a criminalidade, diminuindo o número de ocorrências. Por este motivo, a comunidade está insatis-

feita com a saída do delegado e sua equipe daquele município e expressou sua vontade de continuidade do delegado naquela cidade através de um abaixo-assinado contendo 3.050 assinaturas.

O clamor dos cidadãos é a expressão mais clara de que o trabalho do Delegado Bradock tem dado excelentes resultados. Conhecido pela sua atuação impecável nesta área, o Delegado Bradock veio corresponder à expectativa de atendimento na área de segurança daquela cidade de forma mais que esperada, pois muitos são os testemunhos de melhorias na segurança pública de Rio Branco do Sul.

O Delegado Mário Sérgio “Bradock” Vacheski, atuando naquela delegacia, deu uma nova visão ao conceito de segurança, aliando a prisão ao trabalho social e comunitário dos encarregados, que atualmente são os construtores do prédio das novas instalações e ampliações da Delegacia de Polícia. Este processo está projetado para, na sua continuidade, proporcionar a capacitação profissional e alfabetização dos prisioneiros, resgatando desta forma valores humanos, princípios morais e éticos, o que possibilitará a ressocialização do detento.

Diante desta realidade positiva que o Delegado Mário Sérgio Bradock Vasheski tem construído à frente da Delegacia de Rio Branco do Sul, e solidários às manifestações da população daquele município, contrária à sua saída, que agora clama pela sua permanência, solicitando a esta Casa de Leis o envio de expedientes às autoridades já mencionadas, solicitando que o mesmo seja mantido naquele local, atendendo assim a vontade do povo, que foi expressa na documentação acostada em anexo, bem como em manifestações diversas, de forma organizada, pacífica, democrática e ordeira.

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado, com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido correspondência ao Excelentíssimo Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, solicitando dos mesmos a manutenção da desoneração tributária das exportações de produtos primários.

Há movimento dos governadores do Norte, Centro/Oeste e Rio Grande do Sul no intuito da volta da tributação na exportação da soja. Contudo, essa intenção destina-se unicamente a resolver problemas financeiros dos Estados, sem levar em consideração a posição dos produtores rurais.

Não resta dúvida que a Lei Kandir representou e representa perda de arrecadação de impostos para os Estados. Entretanto, também traz importante apoio aos produtores agrícolas. Essa ponta da cadeia produtiva sempre é a mais penalizada, ficando os maiores lucros com as indústrias e os exportadores.

É preciso destacar que os atuais preços da soja inviabilizam a exportação, pois as margens já estão no limite e o Brasil é o País que mantém um dos preços mais baixos, haja vista que em outros países há subsídio do governo.

O Paraná, mesmo com as mudanças operadas no respectivo perfil produtivo, ainda é um Estado eminentemente agrícola. Dessa forma, inaceitável prejudicar os produtores rurais do nosso Estado.

O disputado mercado mundial de comercialização de soja exige da União maior atenção aos produtores rurais, aumentando a compensação aos Estados produtores, para que seus governadores não se obriguem a tributar qualquer produto primário a fim de recompor contas públicas.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Dinazélia Lourenço, residente na Rua Pardal nº 23 - Vila Tebas, que pede reparos na rua em que reside e em todas as outras do bairro, sendo que as mesmas encontram-se intransitáveis.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 668-7445.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Fabíola Cândida Paulina, residente na Rua Piauí nº 14 - Bairro Tanguá, que pede a passagem da máquina e a limpeza do mato em todas as ruas do bairro.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-3868.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Dirce Costa, residente na Rua Terra Boa nº 876 - Vila Pernetá, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista que a mesma se encontra cheia

de buracos e intransitável, impossibilitando o tráfego de veículos.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 668-1476.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1755

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Josimari Vania Paes, residente na Rua Timoneira nº 382 - Jardim Alto Pinheiro, que pede a passagem da máquina na rua em que reside, bem como a limpeza do mato, o qual invadiu a rua. Afirma a Senhora Josimari que há onze anos reside no local e durante todo esse tempo, somente duas vezes a máquina passou na rua. De carro, ela não consegue chegar em casa. A rua está intransitável e necessita urgentemente das melhorias solicitadas.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 363-3880.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido do Senhor Laertes Andreato, residente na Rua Rui Barbosa nº 466 - Vargem Grande, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista a existência de grande quantidade de buracos, impedindo o tráfego de pedestres e veículos.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 667-5988.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Senhor Luiz Francisco da Silva, residente na Rua São Firmino nº 61 - Jardim Monte Santo, que pede a implantação de iluminação pública na rua em que reside, tendo em vista que à noite a mesma é muito escura, favorecendo a ocorrência de assaltos aos trabalhadores e estudantes. Pede ainda, implantação de anti-pó nessa rua.

Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-4023.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1758

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido da Senhora Marlene Stoski, residente na Rua Passaúna nº 145 - Bairro Shangrilá - Município de Piraquara, que pede a conclusão da abertura da Rua Alcy Dombroski, a partir da Rua Elpídio Scheved - Vila Franca - Piraquara.

A Senhora Marlene é proprietária de um terreno nessa rua e não pode construir no mesmo, devido não existir rua aberta, luz e água. Pede urgência no atendimento do presente, pois necessita construir uma residência no local e só poderá fazê-lo ao ser aberta a referida rua.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 642-4873.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando ambulância equipada para Posto de Saúde 24 Horas Moisés Lupion do Município de Agudos do Sul, conforme protocolado sob n 4.791.363-2 em anexo.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador Jaime Lerner, solicitando providências no sentido de resolução do impasse entre a Polícia Florestal do Paraná e o "Moto Clube Central do Paraná", referente terreno de propriedade do Moto Clube Central, localizado no Município de Guaraqueçaba, conforme documentação em anexo.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Casa Civil, Alcení Guerra, solicitando informações sobre o processo de emissão de nota promissória, no valor de R\$75 milhões, pela Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar. Questiona-se:

1 - Qual a justificativa técnica para a emissão destas notas promissórias?

2 - Qual a destinação desses recursos? Onde e quando serão aplicados?

3 - Qual o limite do deságio, em relação ao valor nominal, autorizado pela diretoria?

4 - Quais os custos financeiros, e seu montante, com a contratação de serviços para dar efetividade a esta operação?

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A emissão de nota promissória pela Sanepar no valor nominal de R\$75 milhões, foi autorizada pela 79ª Assembléia Extraordinária, realizada no dia 14 de maio de 2001, conforme ata publicada no jornal Gazeta do Povo, na data de 05 de junho de 2001.

Serão emitidas 75 notas promissórias, com valor unitário de 1 milhão de Reais, totalizando R\$75 milhões. O prazo de resgate dessas notas será de até 360 dias e a remuneração do comprador será realizada através do deságio, a ser oferecido sobre o valor nominal de cada título.

A presente solicitação tem por finalidade trazer a esta Casa informações sobre a real necessidade desses recursos pela Companhia, sua destinação, qual o limite do deságio autorizado pela diretoria e quais os custos com a efetivação dessa operação, tendo em vista que a empresa auferiu um lucro líquido de R\$136,4 milhões no ano passado e possui uma carteira de empréstimos e financiamentos de, aproximadamente, R\$70 milhões/ano, conforme demonstrações contábeis publicadas anualmente.

REQUERIMENTO Nº 1704

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário e com base no artigo 135 do Regimento Interno, o envio de pedido de informações ao Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, através da Sanepar, no sentido de prestar esclarecimentos com base nas notícias veiculadas nos órgãos de imprensa referentes à proliferação de algas na barragem do Rio Iraí.

Tal solicitação prende-se ao fato do grande número de reclamações sobre a qualidade de água e também sobre a declaração desrespeitosa do Gerente de Produção, Agenor Zarpelon, à população de Curitiba e da Região Metropolitana, quando declara que as pessoas acabam acostumando o paladar. Em São Paulo esse problema

ocorre há anos e a população já se acostumou com o sabor da água.”

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, o editorial: “Uma Postura Política”, publicado no jornal Folha de Londrina/Folha do Paraná, no dia 23 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu Diretor Superintendente, José de Andrade Vieira, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Mauá, 1133 - Bairro Centro Cívico - CEP 80030-200 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1763

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do artigo Carta de São Paulo - com o título “Os Desafios do Meio Ambiente”, publicado no jornal Folha de São Paulo, às fls. A 13, do dia 05 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do artigo publicado no jornal Diário dos Campos, em 06 e 07 de maio deste, sob o título “Acorda, Ponta Grossa”.

O artigo refere-se à inércia das lideranças políticas e empresariais de Ponta Grossa, em relação à instalação de uma termelétrica, a produção de gás natural e a transformação do aeroporto em terminais de exportação de produtos paranaenses.

Vale ressaltar que foi apresentado um projeto que cria a Região Metropolitana de Ponta Grossa, a qual iria dar maior desenvolvimento, em todos os sentidos, à cidade e municípios vizinhos, com a atração de novos investimentos à região. Solicitei várias vezes segurança à população, pedindo viaturas, pessoal, material para as Polícias Militar e Civil, assim como a construção de um Presídio Industrial, como o da cidade de Guarapuava e a instalação de um porto seco, aduaneiro. Também tivemos participação, juntamente com o senhor Luiz Roberto Dantas Bruel, ex-Presidente da Compagás, no que se refere à implantação da rede de gás canalizado.

Solicitei ainda uma atenção maior no que concerne à saúde pública, à educação e à agricultura, e um tratamento igualitário que é dado ao ensino universitário das grandes cidades do Paraná, seja ele também estendido à nossa Universidade Estadual. Pedi e peço a liberação dos convênios, parcerias e programas feitos entre a Prefeitura Municipal e Governo do Estado, e estamos empenhados em novas parcerias para o benefício de todos.

Consciente do meu trabalho em prol da população de Ponta Grossa, Campos Gerais assim como do Paraná, continuarei lutando e defendendo os interesses de todos e coloco-me à disposição do jornal Diário dos Campos, para quaisquer participações em favor de Ponta Grossa e da região.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Diretor Presidente do jornal Diário dos Campos, senhor Wilson Souza de Oliveira, na Rua XV de Novembro, 611 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituído, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o evento Parlamentar da Melhor Idade, destinado a proporcionar aos cidadãos desta faixa etária, o conhecimento das atividades parlamentares.

§ 1º - Poderá participar do evento cidadão com idade superior a 60 (sessenta) anos, indicado por instituição declarada de Utilidade Pública Estadual e que preste serviço comunitário junto ao idoso ou através de inscrição individual a ser realizada na Diretoria Legislativa deste Poder.

Art. 2º - Ficarão sob responsabilidade da Assembléia Legislativa do Estado, as despesas com o transporte dos participantes, no caso de instituições do interior do Estado.

Art. 3º - O evento Parlamentar da Melhor Idade será constituído de aulas expositivas sobre temas relativos às atividades do deputado estadual e uma sessão plenária simulada, destinada à apresentação, discussão e votação de proposições.

Art. 4º - O resultado dos trabalhos da sessão plenária do Parlamentar da Melhor Idade poderá ser enviado à Comissão Executiva desta Casa de Leis, a título de sugestão.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução técnica e material do evento, correrão à conta da dotação própria da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 6º - O evento Parlamentar da Melhor Idade será lançado na semana do início da estação da primavera.

Art. 7º - Ficará encarregada da coordenação do evento a Diretoria Legislativa desta Casa de Leis.

Art. 8º - A Comissão Executiva baixará as regras de funcionamento da sessão plenária do Parlamentar da Melhor Idade e, também, o Código de Ética do evento.

Art. 9º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No atual contexto político é inegável o descrédito dedicado pela população à classe política, inclusive aos integrantes do Poder Legislativo, alcançam muita repercussão e até êxito junto à população, muito mais pelo completo desconhecimento das ações legislativas, do que pela correção e honestidade das pregações desmoralizadoras.

Dentro desta realidade, estamos buscando oferecer à população um maior conhecimento das atividades legislativas dos parlamentares deste Poder Legislativo Estadual digno, empenhado na discussão séria de nossos problemas e das alternativas para resolvê-los.

A presente proposta busca ainda aproveitar a rica experiência da chamada Melhor Idade, já que esses cidadãos têm muito a contribuir com a sociedade em que vivem e que ajudaram a construir, já que estes cidadãos se vêem fisicamente envelhecidos, mas, mental e emocionalmente acrescidos.

A Melhor Idade (antigamente chamada de Terceira Idade) é hoje muito diferente da concepção antiga de "velhice" que conhecemos. Longe do estereótipo do cabelo branco, óculos, chinelos, eles dividem seu tempo em atividades culturais e sociais, além das mais diversas atividades com a família.

Portanto, trata-se o presente projeto, de criar mecanismos para aproximar o Legislativo do povo, além de aproveitar suas experiências e sugestões, a exemplo do evento Parlamentar do Futuro já lançado nesta Casa de Leis no ano passado e que vem rendendo frutos consideráveis junto à população escolar do nosso Estado.

Diante do exposto, num esforço para descentralizar o nosso Poder Legislativo, levando-o a aproximar-se da população, solicito a aprovação do presente projeto de resolução pelos nobres pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 230/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado creches e associações de moradores do Estado do Paraná perfurarem poços artesanais e beneficiarem-se do consumo destas águas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

As taxas de água cada dia estão mais alta e quem mais sofre com isso são os consumidores. Porém, as entidades sem fins lucrativos, que vivem de doações ou de pequenos mantenedores sofrem duramente com as altas destas taxas.

É inviável uma creche sobreviver sem água. Limpeza no local, higiene das crianças, alimentação, consumo para bebida, entre tantas outras necessidades. Não existe possibilidade, por mais que se economize, reduzir o consumo, já que vive sob economia o tempo inteiro.

Da mesma forma acontece com as Associações de Moradores, que na sede, promovem eventos e ações em prol da comunidade.

Frente a isto, propomos a isenção de taxas de água para estas entidades, através da autorização de construção de poços artesanais. Em prazo mínimo, o valor da construção será revertido para os benefícios deste usufruto, ou seja, água de boa qualidade, com preço muito reduzido.

PROJETO DE LEI Nº 231/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida em todo o território paranaense, a exploração de todas e quaisquer máquinas eletrônicas ou equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas, denominados "Jogos Eletrônicos de Diversão".

Art. 2º - A proibição a que se refere o artigo inclui as máquinas que operam por sistema "on-line" e/ou "of-line", com fichas, moedas, cédulas, cartões magnéticos e sistemas de créditos ou qualquer outra forma de identificação e quantificação das apostas.

Art. 3º - Ficam ressalvados os direitos instituídos pela Lei nº 8.521, de 06 de julho de 1.987.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A chamada "Indústria do Lazer", sob a égide do jogo recreativo, tem se destacado pela indução ao vício e ao desenvolvimento do consumismo, causando prejuízos sérios à sociedade, na sua luta pela educação da juventude.

Reportagens jornalísticas escritas e televisadas têm denunciado a incursão de jovens de ambos os sexos no mundo dos jogos, causando enorme prejuízo moral, financeiro e estabelecendo uma ponte para a marginalidade infanto-juvenil.

As estatísticas mostram que o jogo no Paraná é bastante rentável e apresenta um crescimento progressivo, porém incessante, levando esse segmento econômico a fechar os olhos para o aspecto de formação cultural e moral.

A necessidade de criar parâmetros quanto ao seu funcionamento, muitas vezes tem esbarrado com a força do poder econômico e na justificativa de se aumentar a tributação e, conseqüentemente, a arrecadação do Estado.

No entanto, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem a obrigação de se preocupar com o aspecto de formação de sua juventude, auxiliando os pais na educação de seus filhos, oferecendo-lhes legislação que proíba o acesso de seus filhos, ao chamado mundo dos "Jogos Eletrônicos de Diversão".

Para e pelo bem da família paranaense, peço o apoio dos colegas parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 232/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam prorrogados por mais cinco (5) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1.962, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, na Rua Bororós 1250, Vila Izabel - Curitiba, denominado Unidade Social Educandário Caetano Munhoz da Rocha, a qual faz parte de uma área maior, com 149.381,75m², incorporada ao Patrimônio Estadual em 11/04/1913, conforme consta da Transcrição nº 9.128, do Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será destinado exclusivamente para manter instalada e em funcionamento das atividades da Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, tendo a cessão a duração de cinco (5) anos,

prorrogável por igual período, mediante consenso entre as partes, não podendo a referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é de somente prorrogar a cessão do imóvel pertencente ao Governo do Paraná à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, para que a mesma prossiga no seu maravilhoso trabalho em prol da comunidade paranaense, especialmente, dos portadores de necessidades especiais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Na condição de presidente da Comissão do Meio Ambiente realizamos, junto com os deputados membros e outros deputados que se fizeram presentes, uma reunião pública hoje pela manhã, aonde ouvimos mais uma vez a SPVS e a Fundação O Boticário.

É preciso dizer que nós tínhamos feito uma reunião aqui e também fizemos uma outra reunião em Antonina e eu, pessoalmente, percorri Antonina e Guaraqueçaba e fiz uma gravação, vídeo e áudio, com depoimentos da população local, constatei tudo aquilo que foi afirmado na Comissão do Meio Ambiente, na primeira Sessão, ou quase tudo mentira.

Nós fomos, projeto a projeto afirmado pela SPVS - cozinha comunitária, uma mentira; plantio de árvores, parcialmente mentira; afirmaram que plantaram 20 mil mudas; a população local atestou que não plantaram além de cem mudas, inclusive aquelas não adequadas para a questão de matas ciliares e naturalmente a conter a erosão pela água - trilha ecológica já existe há muito tempo - favorecimento da população local não é verdade.

A Fundação O Boticário tem cinco funcionários, sendo pessoas simples que moram ali e ganham salário, provavelmente salário mínimo, nem sei se todos estão registrados - há na justiça várias dúvidas em relação à parte legal da compra dessas terras.

No entanto, ontem, o deputado Irineu Colombo nos encaminhou aqui alguns convênios que a SPVS assinou com o Ibama. Pelo levantamento rápido aqui é em torno de um milhão de reais, sem contar ainda, e não temos os convênios feitos com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado e outros órgãos federais, só aqui

com o Ibama é em torno de um milhão de reais pelo levantamento rápido, muitos dos contratos têm vários aditivos. Aqui tem a questão do Parque Nacional do Iguaçu que devem ter feito lá uma fotografia, tem vários projetos aqui do papagaio da cara roxa de Guaraqueçaba e Antonina, que também devem ter fotografado.

Então, milhões de reais, dinheiro público, o Governo do Paraná, segundo o Senado da República, nos informou em 1997, que contraiu um empréstimo na ordem de 20 milhões de dólares para a Mata Atlântica.

Então o órgão financiador pode ter sido o KFW, um banco alemão, sendo que o banco entraria com 11 e poucos milhões de dólares e o Estado completaria o resto.

Eu não vi, no nosso litoral, na nossa Mata Atlântica recursos, preciso ouvir, senhor presidente, senhores deputados, o ex-secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura. Precisamos saber se o meio ambiente serve para ganhar dinheiro ou se o meio ambiente tem que ser para garantir a qualidade de vida, do ar que respiramos e da água que precisamos.

Podemos até imaginar que muitos fazem do nosso meio ambiente um grande negócio.

Mas esta Casa, os deputados eleitos pelo povo, têm obrigação de investigar, de ir a fundo. E naturalmente nós não teremos a competência suficiente, para chegar ao final, mas posso adiantar que não deve ser de boa intenção a posição do ex-ministro do Meio Ambiente, Gustavo Klaus...

Senhor presidente, uso o Horário da Liderança do PSDB.

(**Assentimento**)

...que celebrou vários convênios com a SPVS. Alguns convênios foram de cento e poucos reais, outros de setenta mil reais, são vários convênios. Então eu não posso entender, enquanto a população do litoral passa fome, tem dificuldade, muitos têm necessidade de uma cesta básica, milhões de reais saem do ministério, do Ibama, para quê, para onde foi esse dinheiro?

Então, senhor presidente, senhores deputados. Ontem, junto com os deputados, realizamos um seminário sobre o seqüestro de carbono, e olhem os senhores quem esteve presente: professores, cientistas da USP de São Paulo, 2 representantes do Banco Mundial, Ministério da Agricultura. A imprensa do Paraná, hoje, não deu uma linha. A universidade federal, estadual, técnicos, cientistas, passaram o dia nesta Casa discutindo a questão do meio ambiente, sobretudo a questão do seqüestro do CA2.

A imprensa não registra os fatos mas dá espaço, muitas vezes, a políticos e deputados, para serem massacrados.

Eu não poderia deixar de subir a esta tribuna para dizer que não tiveram eco também as nossas denúncias em relação à prestação de contas do governo do Paraná, como também não teve eco o seminário com um con-

teúdo enorme, que foi realizado ontem, o primeiro seminário público do País!

Então, senhor presidente, senhores deputados, denunciemos os números do governo, falamos que gastou R\$134.000.000,00, que na época poderíamos considerar dólar, para a mídia, para quatro agências de propaganda.

São Paulo gastou 0.6 da sua receita, o Paraná gastou 2.24.

Por que é que estes números não são estampados, pelos jornais? Até quando o Paraná vai seguir esse caminho de acordo de poucos, quando muitos passam fome e enormes dificuldades?

Ora senhores deputados, Vossas Excelências sabem que os discursos que tenho feito aqui não são propriamente políticos, são, sobretudo, discursos de compromisso de um ser humano que teve a oportunidade na vida, de ter uma tribuna delegada pelo povo, e não é a primeira vez, são cinco vezes que sou eleito.

Por isso assumo a responsabilidade dos meus atos e quero ver, senhores deputados, aqui, os técnicos do Tribunal de Contas e os conselheiros discutindo conosco.

Agora, os conselheiros, eu, modéstia à parte, já desconsidero, porque enquanto os técnicos revelaram uma situação, maquiaram outra e aprovaram por unanimidade de votos, ainda com louvor, as contas que jamais podiam ser aprovadas por técnicos, mas como não cabe aos técnicos aprovar ou rejeitar, encaminham aos conselheiros, que tentam iludir este Poder, que como já disse, sempre se calou diante dessas verdades. Mas nós sabemos porque que se calou, porque a vida do Estado está mudando. Enganam-se aqueles que querem iludir o povo, aqueles que esquecem que lá na Vila Pinto, no Zumbi, tem gente passando fome, enquanto poucos ganham muito dinheiro do próprio Governo, denunciam um escândalo de um real, mas pegam no final do mês, milhões de reais.

Senhor presidente, lamento, mas é uma constatação, um desabafo, e vou dizer, para encerrar, senhor presidente: agora, às quatro e meia da tarde, estarei no Ministério Público, e solicito que os deputados do Meio Ambiente que queiram nos acompanhar, iremos entregar ao Ministério Público para que investigue a aplicação desse dinheiro do Ibama que é dinheiro público, para que investigue a SPVS e todos aqueles assuntos que temos abordado aqui.

Vou recorrer, portanto, ao Ministério Público, para que investigue e satisfaça então a indagação como fez o Deputado Pessuti, o Deputado Waldyr Pugliesi, Deputado Nereu Moura, e outros que me solicitaram que informasse se esse dinheiro teria ou não sido aplicado.

Então, como não posso responder porque não sou auditor e nem tenho poder de polícia, encaminho ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pequeno Expediente, Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Gostaria inicialmente de parabenizar o deputado Neivo Beraldin pela reunião de hoje, na parte da manhã, na qual discutimos e ouvimos as entidades: SPVS e a Fundação O Boticário. Tenho certeza, deputado, que esta reunião foi bastante produtiva, mas é indispensável uma reunião maior, um seminário para que possamos ouvir mais as pessoas que estão sendo, de certa forma, prejudicadas pelas ações que essas entidades estão desenvolvendo e também ouvir as entidades para ver melhor o trabalho que elas vêm desenvolvendo.

Mas neste dia, Dia do Meio Ambiente, gostaria de fazer apenas uma pequena reflexão.

(Lê):

“Excelentíssimo Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Dia do Meio Ambiente

Nosso planeta Terra, é nosso meio ambiente. É aqui neste espaço tão imenso em proporções físicas, mas pequeno para suportar as consequências do mundo desenvolvido que vivemos e vivem as plantas, os animais, os microrganismos e todas as formas de vida.

Nosso agir sobre o meio ambiente, sempre é justificado: a bomba atômica, para garantir a paz; o desmatamento, para o avanço da produção agrícola; o uso dos agrotóxicos para aumento da produtividade; as grandes chaminés, para dar emprego; os transgênicos, para mostrar que somos capazes de mudar o princípio natural da vida.

Sabe-se no entanto, que a médio e longo prazo as consequências podem ir desde a grande concentração de renda e poder na mão de países ou grupos econômicos, até violenta alteração dos mecanismos que regem o planeta colocando em risco o futuro da vida.

Para ilustrar essa preocupação chamou-me a atenção o mapa da destruição das matas do Paraná divulgado hoje pelo jornal “Folha do Paraná”, em que mostra o avanço do desmatamento, restando apenas 7,98% do Estado coberto com florestas, e pior que isso, revelando que, segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântica, o Paraná é campeão brasileiro em desmatamento do remanescente da mata.

Ainda bem que, embora de forma mais lenta que o necessário, os governantes, os organismos sociais e as pessoas começam a tomar atitudes e decisões de reavaliar o modelo de desenvolvimento e a assumir responsabilidades através de acordos internacionais como o que prevê a necessidade de diminuir ou de seqüestrar CO2 na atmosfera, que foi tema de seminário desenvolvido ontem pela Comissão de Meio Ambiente, da qual faço parte.

Muito importante também são as atitudes que cada um de nós podemos ter diante da Natureza. Plantar árvores, reciclar lixo, produzir ou consumir produtos orgânicos, indignar-se com qualquer forma de agressão ambiental, denunciar os crimes ecológicos e investir em

projetos auto sustentáveis, que vão criando consciência coletiva sem a qual qualquer iniciativa será em vão.

O que nos dá um certo alento é constatar que brotam no seio da sociedade inúmeras iniciativas de âmbito popular de defesa do meio ambiente, como: as associações de produção orgânica, as feiras ecológicas, e tantas outras que sem o devido reconhecimento público rompem barreiras e criam uma nova visão de produção e de convivência com a natureza.

Pensando também na questão do meio ambiente, pensando na nossa natureza, é que apresentei algumas propostas nesta Casa e uma delas é a criação do Conselho Estadual da Agricultura Orgânica, à qual gostaria de pedir o apoio dos deputados, quando o mesmo for votado nesta Casa, para que possamos ter o apoio de todos. É um projeto importante e necessário para o Estado do Paraná.

Também, uma outra proposta que apresentei é uma Emenda à Revisão Constitucional.

(Lê):

“Primeiro:

Proposta de emenda de revisão constitucional

Art. ... - As empresas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras, ou atividades que provoquem outras formas de degradação ao meio ambiente de impacto significativo, deverão, por ocasião do registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, bem como, quando da criação de novas filiais ou novos empreendimentos, apresentar a licença ambiental emitida pelo órgão competente.

Segundo:

Emenda ao Projeto de Lei nº 135/2001

Art. ... - A Lei Orçamentária Anual de 2002, conterá um programa específico de adequação das propriedades rurais com atividades de avicultura, bovinocultura de leite e suinocultura, conforme legislação ambiental, com dotação orçamentária própria, subordinada a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, como forma de auxiliar o agricultor e incentivar a preservação do meio ambiente.”

São várias as propostas que apresentamos aqui com relação à questão do meio ambiente. Com certeza, em outro momento estaremos aqui defendendo e pedindo o apoio dos senhores deputados a estas propostas aqui apresentadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de tecer alguns comentários que já foram feitos aqui da tribuna, ontem, pelo Deputado Ângelo Vanhoni, pertinentes à ação do Governo do Estado, quando da apreensão de jornais sob a responsabilidade da Central Única dos Trabalhadores.

Senhor presidente, fazendo uma recordação, lembrei-me dos tempos idos, quando existia no Brasil, o DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. Como militante político e como deputado, nós vivemos muito isso na época. Lembro-me, que apresentei nesta Casa, dentro da ditadura, um projeto de lei extinguindo o DOPS, aqui no Paraná. E agora têm pessoas que se surpreendem, mas eu não. É preciso que se faça uma radiografia verdadeira do caráter ideológico do governador que temos. Um governador que muitas vezes empenha a palavra mas não cumpre, frustrando professores, policiais militares, civis, frustrando a sociedade quando espatifa com o patrimônio público do Estado do Paraná. Mas o que é que faz o governador numa hora dessas, quando estamos sob a vigência do estado democrático de direito? Estamos sob o império das leis. E o Senhor Governador do Estado que muitas vezes - através de uma ação clara - desmerece a Assembléia, principalmente aqueles que lhe sustentam aqui dentro, o que pretende ele através do seu patrono? Chegar até a cassação dos mandatos dos deputados que, cheios de solidariedade - e no cumprimento de uma obrigação, sim, de companheiros - estiveram para dar garantia ao cumprimento da lei.

O Governador do Estado diz que os deputados foram fazer constrangimento sobre a autoridade policial. E essa autoridade policial será que está ainda no cargo? Ou já foi demitida? O que o governador faz? Ele retira lá da sua memória a saudade dos tempos ditatoriais. E essa saudade é subjacente, ela está endemicamente colocada na atuação do governador. Ele vem, na realidade, querer praticar uma censura prévia. Se aquilo que foi publicado o ofende, o infama, o injuria, temos aí o Poder Judiciário que é o remédio para essas situações. Agora, a Assembléia Legislativa, que ontem abdicou de direitos inalienáveis que tem relação ao problema da licença ou não do governador e da vice-governadora, o que faz: se pequena, se diminui, dá um cheque em branco, não quer saber de fazer valer as suas prerrogativas.

Ontem fez isso, agora o Governador do Estado quer vir aqui, com seu braço longo da prepotência e ameaçar mandatos legítimos que foram conquistados pelos nossos companheiros que estiveram naquela repartição do governo estadual.

Quero dizer, senhor presidente, um governo que tenta impedir que o povo compareça aqui para apresentar um projeto de iniciativa popular, um governo que ameaça mandatos como está fazendo neste documento, não merece do outro Poder, o respeito que deveria ter. Ontem a Assembléia se diminuiu, senhor presidente, quando - volto a repetir, abdica de direitos que possui, constitucional e regimentalmente colocados, ao dizer: “governador, vice-governadora, façam o que bem entenderem!”.

Nós nunca, como já se falou, negamos licença para quem quer que seja ocupando o Palácio ou a vice-governadoria - pudesse, em defesa dos interesses do Paraná, viajar. Mas dessa maneira, esta Assembléia, me desculpem, companheiros, vai paulatinamente, perdendo a sua

competência para se impor como um Poder legítimo e independente. Com essas atuações, abrimos mão da nossa legitimidade e independência. É triste, senhor presidente, fazer essas afirmações.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Moura, no Pequeno Expediente.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

No início deste ano apresentei nesta Casa um requerimento pedindo informações relativamente à segunda edição dos Jogos Mundiais da Natureza. A Assembléia Legislativa do Paraná aprovou e passaram-se trinta dias e o Senhor Segismundo respondeu dizendo que nada constava em relação aos Jogos Mundiais da Natureza.

Subi à tribuna e aqui me amparei na Carta Maior deste País e do Paraná, para dizer que estaria entrando com um processo por Crime de Responsabilidade contra o Secretário Especial dos Jogos e Esportes do Paraná.

Fui abordado pelo secretário que solicitou que eu refizesse o pedido de informações, pois ele então iria dar uma resposta conclusiva às indagações que esta Casa tinha e tem. Refiz o mesmo em abril e foi aprovado por esta Casa, encaminhado ao Governo do Paraná, ao Secretário de Estado, Senhor José Cid Campelo Filho e ontem recebi a resposta. Mais uma vez um deboche, um escracho, um desdém, de uma cretinice sem nenhuma medida, indecorosa, irresponsável e intolerável a resposta do Secretário do Governador Jaime Lerner. Desrespeitosa, senhor presidente! Estou com a Constituição do Paraná que, no Artigo 55 prevê o Crime de Responsabilidade: “A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedido escrito de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso 34 do Artigo 54 desta Constituição, importando em Crime de Responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”.

Diz o inciso 33 do Artigo 54 da Constituição: “Convocar por si ou qualquer de suas comissões, Secretários de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, para prestarem pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada”.

E além de prestar informações falsas.

Também o Regimento Interno desta Casa no Artigo 135, parágrafo 2º, estabelece a punição à autoridade que vier a falsear a verdade.

Pois bem, senhor presidente, o Secretário José Cid Campello, que é dado a avocar para si, se arvorar, que é induzido por sua verve de autoritarismo buscar a cassa-

ção de mandatos parlamentares, não tem o mínimo de respeito por esta Casa, não tem a mínima consideração.

E, pela primeira vez, senhores deputados, pela primeira vez, no documento irresponsável encaminhado a esta Casa pelo Senhor José Cid Campelo, aparece o nome da Senhora Ilana Lerner Hoffman, conselheira do Comitê Executivo dos Jogos Mundiais da Natureza. Pela primeira vez o Governo admite que a filha do Governador era membro do Comitê Executivo dos Jogos Mundiais da Natureza.

Mas, pasmem, senhores deputados, as respostas que o Secretário Cid Campelo fez, e por isso estarei representando à Mesa para enquadrá-lo em crime de responsabilidade. E estarei interpelando na Justiça ao Governo Jaime Lerner, para que ele forneça a esta Casa as informações que esconde, que tripudia, que coloca no baú, no baú da imoralidade, da incompetência, no cofre de todas as maracutaias que este Governo se envolveu durante todo o período em que desgoverna o nosso Estado.

Perguntei ao Governo: “qual o órgão responsável pela realização dos II Jogos Mundiais da Natureza?” Respondeu o Cid Campelo: “desconheço qual é o órgão oficial responsável pela realização dos II Jogos Mundiais da Natureza, apenas tenho conhecimento da existência do Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza”. A segunda pergunta: “qual a data escolhida para a realização da 2ª edição dos Jogos Mundiais da Natureza?” E o Governo respondeu pela imprensa, através de nota oficial, através da Internet, que “os jogos aconteceriam, agora, no segundo semestre deste ano”, respondeu o secretário, o desdito secretário: “desconheço a data escolhida para realização do evento”.

Outra pergunta: “qual o custo para o Governo do Estado?” - “Desconheço qual o custo para o Governo do Estado”. “Se a organização dos jogos estiver sob responsabilidade de empresa particular, quais os critérios usados pelo Governo do Estado para a contratação das mesmas?” - “Desconheço se a organização dos jogos estaria sob responsabilidade de empresas particulares, bem como, quais os critérios para a contratação das mesmas”.

E a última pergunta: “qual foi o custo financeiro global para o Governo do Estado, com a realização da primeira edição dos Jogos Mundiais da Safadeza?” Respondeu o secretário: “desconheço o custo financeiro global para o Governo do Estado com a realização da 1ª edição dos Jogos Mundiais da Natureza, uma vez que os mesmos eram de responsabilidade da então Secretária de Estado do Esporte e Turismo”.

Senhor presidente, que vergonha um Governo que não tem, na verdade, nos seus registros contábeis, o custo de um jogo, de uma edição, de um evento, que custou mais de cem milhões de dólares, senhor presidente! É a confissão da irresponsabilidade, é a confissão de um Governo que não tem para onde ir, que não tem compromisso com a verdade. E ainda o Senhor Cid Campelo,

Secretário de Governo, deste governo moribundo que está próximo de ser enterrado pelo povo do Paraná, pelas suas mazelas, pelas suas desditas, pelo seu comportamento reprovável, pelo envolvimento em corrupção, em mazelas e em desmandos.

Para concluir, senhor presidente, responde de forma acintosa, de forma desrespeitosa, a um Poder, ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, que tem o dever e a obrigação escrita, aqui, nesta carta que é a nossa Bíblia, que juramos cumprir, responde, senhor presidente, dizendo que nada sabe, que nada consta!

Ora, não dá para ter, realmente, nenhuma esperança com esse Governo, porque trata as coisas com falta de responsabilidade, com falta de capricho, de organização e com muito desdém, como tem respondido à nossa Casa.

Deputado Neivo Beraldin, peço-lhe desculpas.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Nereu Moura, serei muito breve.

Vossa Excelência sabe que o Governo do Paraná está comprando energia da Argentina?

Ontem, em Balsa Nova, um cidadão me disse: “Olha, eu tinha um projeto ambiental aqui que custava em torno de 100 mil reais para o município fazer a readequação”. Aí veio um cidadão, presidente da Eco Paraná, que é exatamente esse que presidiu os Jogos Mundiais da Natureza, que não sei o nome dele, mas esse recebe tudo quanto é projeto que é da área, digamos, de turismo rural ou qualquer área do turismo, encampa esses projetos. E aí, naturalmente, esse dinheiro que veio do Governo Federal, vai mais um pedaço de papel. Sem considerar, Deputado Nereu Moura, que tenho uma informação que nesse plano de saúde que o governo quer fazer do IPE, tem por trás também alguém de Miami, que já quer administrar o plano de saúde.

Tem, tem boi na linha! Sem contar a questão da Sanepar, Deputado Nereu Moura, que é gravíssimo. Na próxima semana vai se tornar pública também a questão da Sanepar, estamos trabalhando em cima disso. E, naturalmente, Deputado Nereu Moura, o que Vossa Excelência faz na tribuna é uma constatação. Estamos aqui todos os dias, só que temos que agir.

Essa é a nossa obrigação.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço, senhor presidente, a sua condescendência, e quero dizer que estou encaminhando à Mesa, ainda esta semana, um pedido para que o secretário seja incluído em crime de responsabilidade, e vou interpelar judicialmente o Governo do Estado, para que ele responda os pedidos que estamos formulando e que ele se nega a responder.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, eu iria fazer uma pergunta ao Deputado Nereu Moura: Deputado Nereu Moura, gostava

de saber de Vossa Excelência se esse documento foi oficialmente encaminhado pelo Governo a Vossa Excelência ou à Mesa?

O SR. NEREU MOURA

À Mesa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então, gostaria de falar com a Mesa.

A Mesa não é do Governo nem fora do Governo, e Vossa Excelência quando assume a Presidência da Casa, tal como eu, não pode, absolutamente, ter nenhuma posição que não seja a de magistrado.

E quero fazer aqui uma colocação de ordem, uma questão de ordem institucional. Não pode a Mesa passar para o Deputado Nereu Moura, uma resposta dessas! Não pode! Daqui a pouco, não teremos mais resposta! Ora, em nome do Governo, um secretário responde, indignado sobre uma atividade que o Governo teve e diz que não sabe o quanto gastou, se é cinco, se é dez, se é justo ou injusto, não sei, Deputado Ângelo Vanhoni, mas é um desrespeito com esta Assembléia!

Daqui a pouco, sabe o que podemos fazer? Sugiro ao Líder do Governo, também não quero me dar aqui por Oposição, que aprove todos os requerimentos! Para que derrubar requerimentos?! Estão fazendo aquele jogo de cena, estamos aqui jogando para a platéia, uns aprovam outros não aprovam, para quê? Se aqueles que são aprovados o Governo responde com tamanha irresponsabilidade? E falo aqui, não é do Secretário Cid Campelo, a quem tenho profundo apreço, falo do Governo, presidente! E acho o seguinte: gostaria de encaminhar uma questão de ordem à Mesa. Na minha modesta opinião, vou fazer aqui uma proposta, cujo Plenário é soberano, e aqui não tem governo nem contra-governo. Vale a Casa. Vale a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sugiro ao Presidente que determine o prazo de cinco dias úteis, para que o governo forneça as informações aprovadas por este Plenário ou então, rejeite-se o requerimento, que eu respeito. Se rejeitar o requerimento, eu respeito.

Agora, aprovado o requerimento é uma questão de valor. Escuta o que vai virar isso aqui!

Desculpa, senhor presidente! Acho que Vossa Excelência deve solicitar, em um prazo de cinco dias, a resposta ao requerimento, que não é mais do Deputado Nereu Moura, aprovado por esta Casa. Daqui há pouco, estão cassando deputado pela imprensa, nem requerimento ele não responde mais.

Então, o que estamos fazendo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, ouvindo atentamente o pronunciamento do Deputado Nereu Moura, nesta hora, não

cabe aqui se Situação e nem Oposição. Nesta hora cabem as prerrogativas desta Casa, que citei ontem aqui, ao votarmos a licença definitiva para o governador e à Vice-Governadora. Não é possível tamanho desrespeito para com esta Casa, não para com o Deputado Nereu Moura, que foi o subscritor do requerimento, mas a esta Casa. E nem aceito, Deputado Augustinho Zucchi, que se dê cinco dias para o governo esclarecer melhor este requerimento. Acho que ele deve ser devolvido à Mesa para que a Mesa Executiva, imediatamente, solicite uma ação de irresponsabilidade do secretário que responde este pedido de informações e que trata desta forma a Assembléia.

E me sinto ofendido neste momento, quando um Secretário de Governo diz que não sabe aonde aconteceram os jogos, quanto gastou, quem era responsável. Meu Deus do Céu! Estamos brincando de fazer política, de fiscalizar o Governo! Não posso aceitar isso, e não trato isso como uma questão de Oposição, trato como uma questão de responsabilidade e levante esta Casa, esta Casa tem que se levantar! Não é possível ser tratado desta maneira, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, eu queria também, até na mesma linha, fazer das palavras do Deputado Augustinho Zucchi as minhas. E acrescentar mais, copiar aqui hoje uma fala do jornalista Geraldo Mazza. Ele diz, falando do Governo, da corrupção que existe no Governo: “O corrupto não dá para você mensurar; a burrice, dá”. O corrupto você mensura, a burrice você não mensura. Isso é um ato de burrice, acho que o Governo Jaime Lerner precisa ter um pouco mais, se não respeito, pelo menos um pouco mais de cuidado, porque a colocação é justa, não se trata aqui de fazer Oposição ou de se fazer defesa, a questão é que o Governo não pode responder desta forma. O tom de bagre é para o Rei Momo, é para o carnaval, é para a folia e nós, eu, da minha parte, não estou para fazer folia. Acho que o pedido de informação ou requerimento feito tem que ser respondido à altura e com a verdade, sob pena da responsabilidade e não poder ser evasivo: como é que o secretário do Governo não sabe a data, não sabe quanto gastou, como bem colocou o Deputado Augustinho Zucchi?

Ontem já tive essa oportunidade de dizer aqui, um advogado de nome, que toma a medida que foi tomada pelo Senhor Cid Campello, de ir à imprensa dizer que o Governo vai pedir cassação de deputado, pela sua atuação como deputado. Se essa declaração parte - com todo respeito - de um marceneiro ou de um homem que não tem liga com o lida forense, aí aceitamos, mas de um advogado, não dá para aceitar!

Então, com todo o respeito, acho que a Mesa não pode, tem até que pedir a complacência com o Deputado Nereu Moura, pedir de volta o requerimento, ir lá e dizer

para o Governo: “Isso aqui não pode ser respondido desta forma”. É o mínimo, porque, senão, não vai dar para ser feliz, aqui nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, quero fazer mais uma constatação a esta Mesa, que a Comissão de Meio Ambiente, eu e o Deputado Algaci Tulio, fomos a Adrianópolis, e constatamos a questão de chumbo e do resíduo industrial que existe dentro de Adrianópolis e fizemos um requerimento às Secretarias da Saúde e do Meio Ambiente, já se passaram quase sessenta dias, não houve nenhuma resposta a esta Casa, pelos menos que eu tenha recebido e também eu queria ponderar à Mesa, e saber o seguinte: quem é que está comprando energia da Argentina, qual a empresa brasileira que está fazendo esse negócio, parece-me que é uma tal de NG. Precisamos conhecer melhor esse assunto, por que o Paraná está comprando energia, se nós temos excedente de energia?

Como é que é o nome?

DGW, eu não sei, preciso saber destas coisas, porque pelo que se constata, senhor presidente, a iniciativa privada está inserida dentro do Governo.

O SENHOR PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Neivo Beraldin, infelizmente não é uma questão de ordem, desculpe, com todo o respeito, é um alerta só.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

É uma Questão de Ordem, sim, porque não há resposta da Secretaria da Saúde e nem da do Meio Ambiente em tempo hábil.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, consulto à Mesa, se os oradores inscritos estavam falando na hora do Pequeno Expediente, porque com relação à questão de ordem levantada em nenhum momento citaram os artigos que estavam sendo violados e nem tampouco se restringiram, efetivamente, ao objeto das questões de ordem, que deveriam efetivamente anunciar, quais eram os artigos do Regimento que estavam sendo violados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Procede a questão de ordem levantada pelo Deputado Augustinho Zucchi, que nós estamos presidindo a Sessão e a questão de ordem levantada por Vossa Excelência nós vamos tratar após a Sessão, com a Executiva da Mesa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Eu quero discordar do eminente Líder Durval Amaral, que todas as questões de ordem, tanto do Depu-

tado Augustinho Zucchi, como do Deputado Algaci Tulio, foram sim procedentes, em cima de um problema que eu trouxe à Casa, que cabe, sim, uma análise da Mesa, e todas as questões foram levadas nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa já decidiu, Deputado Nereu Moura, sobre isso.

Pequeno Expediente, Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, nobres companheiros desta Casa.

Estou ocupando a tribuna para três questões. Duas delas vou passar rapidamente o assunto, mas não poderia passar em branco sobre a frase de “quem cala, consente”.

Esta semana fui tomado de surpresa por uma nota, em um dos órgãos de imprensa do nosso Estado, sobre uma frase que jamais pronunciei aqui, e foi colocado que eu teria dito nesta tribuna, onde estou ocupando neste instante, e se torna perigoso, porque isso pode prejudicar toda a minha história.

Com relação ao que foi dito, prefiro até omitir o nome do órgão de imprensa, porque estou enviando requerimento ao Diretor de Redação deste órgão, mas acho que entendo todo direito de liberdade de imprensa, acho que é importante, muito importante o trabalho que a imprensa séria vem realizando. O seu trabalho de duvidar, de levantar, de questionar, é parte dela, só que temos que entender dentro das duas visões, a questão objetiva e a questão subjetiva é preciso encarar até que ponto a questão subjetiva pode ser colocada ao ponto de se chegar ao campo da mentira.

Na nota desse jornal de domingo, a frase que teria dito esta jornalista, é que eu teria dito, aqui nesta tribuna, que o brasileiro prefere um corrupto macho a um decente. Bem, ela usou até uma expressão chula, que não é do meu feitio usar aqui. Essa frase, mesmo eu mudando um pouco, jamais foi pronunciada pela minha boca e vocês, os nobres companheiros desta Casa, Vossas Excelências, sabem que jamais eu teria usado esta frase, não é do meu feitio esse nível de palavreado e é evidente que uma frase como essa pode comprometer a minha história. O fato de termos pontos divergentes, o fato de que alguns não gostaram da minha postura e muitas vezes uma postura firme, acaba arranjando antipatias de pessoas que não - vamos dizer - convivem com o mesmo tipo de pensamento nosso, não significa que eu deva ser discriminado e colocado de uma forma tão equivocada, tão errada como esta, de querer colocar em minha boca esta frase que não me pertence.

Já enviei as notas taquigráficas ao diretor de jornalismo deste órgão, que aliás eu respeito muito, sempre tive este jornal como um jornal da maior seriedade. E eu fico até entristecido, porque este linguajar, além de não ter sido meu, pode comprometer a minha pessoa com relação ao segmento ao qual eu pertencço e represento,

porque isso pode gerar um equívoco e uma retaliação à minha pessoa, sem eu merecer.

Vale, neste ponto, mais uma vez esclarecer que eu não sou contra os direitos humanos. Mais uma vez eu repito que se algum homem quer conviver com outro homem, nos chamados direitos humanos, o problema é dele. Não tenho o direito de entrar naquilo que a própria Bíblia chama de livre arbítrio. Não é minha postura entrar nos pormenores ou interferir.

Agora, o que me faz colocar minha posição contrária a esta lei de exceção é que contemplá-la na Constituição pode gerar efeitos colaterais terríveis, como processos milionários contra nossas instituições religiosas, não só à Igreja Evangélica como também à Igreja Católica. Então, como são assuntos que ferem frontalmente os princípios da postura cristã, postura esta representada pelo crucifixo que está aí, na mesa, a Bíblia, e a grande maioria diz professar, frequentando as missas e as escolas dominicais das suas respectivas igrejas. Eu acho que não cabe aqui colocar palavras em minha boca que não pertencem a mim.

Estou usando da tribuna para que fique bem claro Senhor Presidente, permita-me usar do Horário do PST, com a permissão do nosso companheiro - com alto, claro e bom som que isto não saiu da minha boca. Ficam aqui registradas estas palavras, para que amanhã ou depois eu não seja cobrado, pelo meu segmento, palavras que jamais usei.

Também, em momento nenhum, nos debates acalorados, usei de palavras de baixo calão, palavras ofensivas aos meus interlocutores. Se sou incisivo na minha forma de ser, se sou incisivo na minha maneira de responder, não significa que eu esteja agredindo, com a falta de respeito ou falta de moral às pessoas. O nobre companheiro Nereu Moura, que tivemos há pouco tempo atrás um debate, sabe perfeitamente que não usei, em momento nenhum, palavras de baixo calão com relação a ele. Foi de forma respeitosa. Apenas pedi, também, que me respeitasse a todo momento. Agora, tenho esta minha natureza incisiva e é desta forma que todos me conhecem. E isto não vai mudar o meu perfil. Jamais pensei em agredi-lo fisicamente. Isto não passou pela minha cabeça. Ele sabe disto, porque eu apenas me aproximei, quando a Mesa cortou o som do meu microfone e tive que me aproximar para rebater as questões que ele estava levantando, porque até aquele momento eu não via, em momento nenhum, falta de decoro de minha parte. Porém, há questões de divergência de interpretação, é por isso que levanto as questões subjetiva e objetiva. Eu acho que a imprensa séria tem que analisar e trazer os fatos, com todo o direito de usar a subjetividade. Agora, querer colocar palavras que jamais usei, isto também não posso concordar. Fica, aqui, o meu pensamento.

Em segundo lugar, rapidamente, que queria nesta reflexão trazer minha homenagem ao Dia do Meio Ambiente, mas fazer uma rápida reflexão, quando estamos percebendo, nobres parlamentares, que temos que ter

uma preocupação maior, porque o mundo que vamos deixar hoje, é o que vai fazer com que nossos filhos e as gerações futuras convivam.

Erros que venhamos a cometer hoje poderão trazer problemas irreversíveis para as gerações futuras. Nós estamos vendo, aí, a natureza cobrando caro pelos nossos erros, equívocos... mas nunca é tarde para voltarmos atrás nos erros que cometemos. Vemos animais em extinção, problemas de desequilíbrio ecológico, a questão do meio ambiente, essa simbiose, biodiversidade entre o homem e a natureza, mostra que a natureza está cobrando caro, com efeitos como el ninõ, problemas como aconteceu aqui, nas nossas margens litorâneas, com problemas até de destruição.

É preciso analisar esse problema dos vazamentos excessivos, dos carregamentos de petróleo, de lixo, os problemas como estão acontecendo aqui nas nossas hidroelétricas, a falta e a irresponsabilidade, de se construir com maior brevidade os canais extravasores, para que as piracemas, os peixes, possam subir e isso está trazendo dificuldades. Vemos o resultado na queda da produção dos peixes, os pescadores artesanais, vivem sofrendo, aqueles que vivem da economia à margem ribeirinha, estão sofrendo tremendamente.

É preciso cobrar com seriedade, para que amanhã ou depois, nós não venhamos a ter problemas irreversíveis e transformar o mundo que vivemos com o lixo em que estamos colocando à nossa sociedade.

Fica aqui também, para finalizar, o questionamento do perigo que nós estamos enfrentando e talvez os parlamentares não estejam percebendo.

Tenho visitado alguns países fora do Brasil, tenho também visto através dos canais de TV a cabo, os canais estrangeiros, vivendo uma campanha sistemática, querem transformar a nossa Amazônia, em uma área internacional.

É preciso analisar com muito cuidado, neste Dia do Meio Ambiente, para nós também não acabarmos nos tornando, indiretamente, defensores da internacionalização da Amazônia. É um perigo que está ocorrendo. Estadistas, líderes de todo mundo estão em uma campanha diária, campanhas bilionárias, para que a nossa Amazônia, seja tomada.

É evidente que precisamos questionar, nós estamos sabendo que essa irresponsabilidade, o desmatamento, tem trazido consequências ruins e devemos tomar cuidado.

Agora, também não podemos ser instrumento nas mãos das Organizações Internacional, para que nosso País não caia nas mãos de pessoas estrangeiras.

Muito obrigado, senhor presidente.

Agradeço a oportunidade de trazer aqui o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, Deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, senhores e senhora deputada.

Ocupo hoje esta tribuna, para comentar os últimos gestos e atos do Governador Jaime Lerner.

O Governador Jaime Lerner é conhecido entre os arquitetos como bom executivo financeiro que abandonou a profissão original e por isso deixou uma única amostra de sua capacidade nessa área.

É aquele edifício no alto do Juvevê, ao lado da residência do governador, cuja fachada procura imitar uma sobreposição de cortiços.

Já entre os financistas seu conceito é de bom decorador de interiores.

E os decoradores acreditam que Jaime Lerner é um bom jurista, em que pese o seu gosto kitsch.

Mas quem é Jaime Lerner?

Já não sabemos... Exerce ainda a função de governador e em suas recentes incursões no campo jurídico, determinou o seu Secretário de Governo, Cid Campêlo, que tome medidas radicais contra todos os que se opõem aos seus projetos pessoais.

Lembrando aquele ranço autoritário da época em que iniciou a sua carreira política, como prefeito escolhido pelo governador cassado, Haroldo Leon Peres, Jaime Lerner troca os pés pelas mãos e investe contra esta Casa e contra nós - deputados eleitos pelo povo - com a grotesca intenção de intimidar o legislativo para submetê-lo aos seus caprichos.

Virou motivo de chacota nacional a declaração do governador, através de seu assessor que vai processar deputados que votarem contra a privatização da Copel.

Não fosse patético, seria para rir,... rir muito... mas quem está rindo é a Nação, e, quem tem frouxos de risos é o conjunto de juristas da alçada nacional.

Riem do Paraná, senhores...

Riem do jurista Jaime Lerner...

E este é um dos grandes desserviços que o governador tem prestado ao Estado... Transformá-lo em motivo de riso com seus disparates.

Mas há algo de mais grave nessa ameaça estapa-fúrdia.

Pensa Jaime Lerner que pode intimidar-nos com suas ameaças ridículas.

Não, senhores...

Não somos nós, desta Casa, que devemos temer esse executivo frágil, sem autoridade, que perdeu a dignidade porque sofre diariamente a denúncia de falcatruas sem fim.

Não somos nós, os deputados, que temos medo do povo, por isso, mandamos levantar grades de proteção para impedir que a indignação da sociedade nos alcance.

Jaime Lerner, agora também se apresenta como frequentador assíduo do Bar da Bica, localizado nas Mercês.

Lá, dizem, se sente protegido, e deita falação.

Em seus delírios recentes, além de se anunciar como futuro Presidente da República, Lerner tem amea-

gado enviar a esta Casa, projetos tão absurdos quanto a privatização da Copel ou a revogação da Lei da Gravidade.

Ontem, seu advogado de ofício a um delegado de polícia informando que vai pedir a cassação de Deputados que acompanharam a jornalista Léa Okseberg, constrangida por editar jornal que contém críticas ao Governador.

Pode? Senhores de deputados. Viramos chacota nacional na Folha de São Paulo, de hoje.

Eu quero informar a esta Casa de que estou convencido de que Jaime Lerner já não tem condições psicológicas para governar o Paraná.

E, mais...

Tem cometido crimes de responsabilidade.

É inegável que este conjunto de acontecimento faz crescer na sociedade paranaense, o sentimento de que o atual governo não mais a representa, e, portanto, a legitimidade de seus atos passa a ser questionada.

Ocupo o horário das Lideranças.

Quem não se dá ao respeito, não pode exigir o respeito alheio.

A minha preocupação como parlamentar, é tanta, que pedi a uma equipe de juristas, um estudo, cujo trabalho deverá respaldar o pedido formal de impeachment do governador, que pretendo apresentar à esta Casa.

O Paraná não pode continuar sofrendo as mazelas e os desmandos de um governo que já teve tempo de sobra para fazer o pior.

Dos crimes dos Jogos da Natureza aos desvios aqui denunciados na negociação de títulos podres da Copel, passam uma série de irregularidades administrativas que não podem mais permanecer sem investigação.

Basta...! Chega...!

O arquiteto dos cortiços, o financista da venda Banestado, o croupiê dos Jogos Mundiais da Natureza, o homem do Bar da Bica, já amargou demais as vidas dos paranaenses.

Seríamos irresponsáveis deixando-o por mais tempo a governar este nosso Paraná que merece mais do que ser motivo de chacota por conta da ignorância e da irresponsabilidade de quem empalmou o poder.

Tenho questionado há mais de 30 dias, se o Governador Jaime Lerner mente compulsivamente, ou se teria ficado louco.

Hoje, depois de todos os seus atos, já tenho a resposta, senhores deputados: o governador realmente ficou louco! E como todos sabem, os loucos mentem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Tulio, que tem dividido o tempo de trinta minutos como Deputado Irineu Colombo.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Vou dar uma pausa no discurso político da Casa e vamos nos preocupar um pouco com relação à questão do meio ambiente e é por esta razão que estou aqui nesta tribuna.

(Lê):

“Iniciamos ontem a Semana do Meio Ambiente e hoje comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Eu disse “comemoramos”. Será que nós, brasileiros, temos alguma coisa que comemorar? E nós, paranaenses, o que podemos comemorar, no ano que transcorreu entre o Dia do Meio Ambiente de 2000 e hoje?

Reflexão? Sim!! Quero aproveitar este momento para uma reflexão junto com esta Casa. Refletir porque o homem se tornou tão agressivo em sua forma de explorar os recursos naturais, que está promovendo a destruição do planeta Terra e, dizem os pesquisadores, que se as agressões continuarem, dentro de algumas décadas, teremos provocado uma extinção em massa.

O professor da Faculdade Evangélica de Medicina, Aurélio Bolsanello diz que: “durante os últimos 500 milhões de anos a Terra sofreu de cinco a seis extinções sucessivas de espécies vivas devido a catástrofes físicas, uma a cada 100 milhões de anos. A que está sendo provocada, em apenas alguns anos, é devida a uma só espécie: o homem.”

E o engenheiro agrônomo Miguel Pedro Guerra confirma, afirmando que: “a humanidade está ‘providenciando’ a quinta extinção em massa do planeta”.

Embora sendo comunicador há décadas, nunca fui e não sou mensageiro de catástrofes. Pelo que gostaria de ocupar esta tribuna para dizer que, graças a Deus, o Brasil vai indo muito bem, obrigado, na área do meio ambiente; que o governo está investindo na recuperação e preservação do meio ambiente; que os órgãos ambientais públicos têm tudo sob controle; que a urbanização é equilibrada; que a sociedade civil participa exemplarmente da defesa do meio ambiente; que os empresários são conscientes e evitam a devastação das matas; que o povo vem recebendo educação ambiental adequada e não mais polui os rios, o mar, as matas...

Mas isto é sonho de idealistas como nós, que nunca desistimos das lutas que sabemos necessárias pelo bem de todos. E esta - a defesa do meio ambiente - é uma delas. Talvez a mais importante de todas, porque responsável pela sobrevivência da própria espécie humana.

Deixando o Brasil de lado, que registrou verdadeiras tragédias com os acidentes ecológicos da Petrobrás: vazamento de mais de um milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara e o afundamento da plataforma, inclusive registrando várias mortes - o que podemos “comemorar” no Paraná, de 5 de junho de dois mil a hoje?

A tragédia registrada em 16 de julho - vazamento de mais de 4 milhões de litros de petróleo cru da Repar em Araucária - considerado o maior acidente do mundo em água doce, foi seguida de inúmeros desastres ecológicos - a maioria provocada pela Petrobrás: em Morretes, rompimento do oleoduto que leva combustível de Arau-

cária a Paranaguá e em seguida outro vazamento do mesmo oleoduto que alcançou a Baía de Paranaguá.

Também a América Latina Logística registrou inúmeros acidentes com o tombamento de vagões que transportavam carga tóxica. Caminhões transportando cargas poluidoras tombando na Serra do Mar -- neste final de semana mais um desastre ecológico com um caminhão, transportando óleo, tombando, tudo contribuindo para adensar as tragédias permanentes que assolam o Paraná na área do meio ambiente.

“O Paraná vai virar um deserto” - é o grito de alerta da terceira edição do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 1995-2000. Produzida pela Fundação SOS Mata Atlântica, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e outras entidades, mostra que o Paraná não nega sua tradição de destruidor de florestas.

Mais de 90% do nosso território já foi devastado. Isso mesmo, senhor presidente e senhores deputados. Já destruímos praticamente todas nossas florestas - da cobertura original restam só 8,27% do total. E mais - é de pasmar - mais de 50% das áreas desmatadas não têm atividade econômica. Desmataram, destruíram as florestas para nada e pior ainda, isso não é passado, continuam devastando. E sabem por quem? Pelo Incra. É isso mesmo! Parece mentira, mas não é. O Incra vem desenvolvendo projetos de assentamento de famílias para reforma agrária justamente em áreas com florestas.

Nada contra os assentamentos. Mas, porque nas áreas com florestas? Como aconteceu em Rio Bonito do Iguaçu, onde produziram o maior desmatamento contínuo dos últimos 15 anos na área de domínio da Mata Atlântica?

Nesse estudo o Paraná entra num triste recorde, com a maior destruição de florestas entre os 17 Estados que fazem parte do levantamento até o momento. O que se está fazendo com a Mata Atlântica é um verdadeiro crime. A Mata Atlântica está situada como o quinto ecossistema prioritário para conservação em todo o mundo.

E a água? Será que essa, por ser essencial à vida, vem sendo respeitada? Água é vida. É indispensável para a vida em sociedade. Dependemos da água para beber e cozinhar, para a higiene do lar e das cidades, na irrigação das plantas, para o uso industrial, geração de energia, indústrias, transporte de detritos, navegação e até lazer.

Onde encontramos os mais belos cenários da Terra senão junto da água: rios, mares, lagos, cachoeiras, regatos, geleiras, neves sobre montanhas, a chuva caindo...

Onde descansamos, relaxamos, senão em lugares onde a água está presente? Durante muito tempo pensamos que a água era infinita, mas hoje, não. E não apenas sabemos que ela é finita, como sabemos que a água doce existe em quantidade muito pequena: pouco mais de 2% do total existente.

Mas, de forma constante, agressiva, vimos poluindo nossas fontes de água. Curitiba não é diferente do resto do Paraná e mesmo do Brasil: a bacia do Alto Rio Iguaçu, responsável pelo abastecimento de sete em cada

dez moradores da Região Metropolitana de Curitiba, é a mais poluída de todo o Paraná. Os rios que integram a bacia: Iraí, Iraizinho, Palmital, Itaqui, do Meio, Pequeno e Atuba, estão comprometidos devido às invasões e a ocupação desordenada das áreas de mananciais, caracterizadas pelos loteamentos sem rede de esgoto.

E a qualidade da água consumida na Grande Curitiba vem decaindo continuamente. Agora ainda com a proliferação das algas. Outros rios que cortam Curitiba, como Barigui, Ivo, Atuba, Belém, são altamente poluídos. Recebem a poluição das águas que correm pela cidade. E não podemos esquecer que todos acabam indo para o Iguaçu. O mesmo que sofreu a descarga de óleo da Petrobrás, o mesmo que vai formar as famosas Cataratas do Iguaçu - o maior ponto turístico do Paraná e do Brasil.

É triste, mas precisamos refletir sobre a questão: rios poluídos, morrendo. Mananciais em risco podem comprometer a saúde da população. A degradação contínua das fontes pode levar ao desabastecimento.

São inúmeros os bairros de Curitiba, e municípios da Região Metropolitana, que sofrem pela falta d'água. Pasmem, senhores deputados, inclusive Piraquara, que é o berço das águas, que abriga as nascentes da bacia do Iguaçu!

Mas a população continua invadindo áreas de mananciais. Continua jogando lixo nas margens dos rios. Os peixes continuam morrendo... Sempre o mesmo desrespeito, a falta de fiscalização, de medidas saneadoras. Sempre a falta de interesse dos governantes e autoridades ambientalistas.

Em termos de Brasil, o resultado da agressividade com os recursos naturais vêm sendo explorados, é dramático: na medida em que a população aumenta, vai se reduzindo o número de outras espécies. Dizem os estudiosos que o Brasil não tem recursos para aproveitar a biodiversidade que tem e está entregando para outros países. Como por exemplo está ocorrendo no litoral do Paraná, onde municípios como Guaraqueçaba - santuário ecológico - e Antonina, têm a maior parte de suas áreas em mãos de grupos estrangeiros que estão explorando a biodiversidade. Fato inclusive, que vem merecendo uma atenção toda especial desta Casa, através da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que analisa até onde é legal desmatar, nos seus países e virem investir na Amazônia, ou como estão fazendo no nosso litoral, como uma espécie de compensação por crimes ecológicos que cometem em suas terras. Agora vêm explorar o que é nosso. Voltamos aos tempos do descobrimento, quando biólogos do mundo inteiro vinham aqui explorar nossas reservas naturais. É legal isso? Isso é bom para nós?

São 500 anos de destruição. Como diz o Professor Samuel Murgel Branco, discutindo o meio ambiente: “A questão ambiental surgiu de maneira explosiva há menos de 20 anos. Até então, apenas os aspectos sanitários do problema eram abordados, principalmente com relação à poluição da água e do ar, as perturbações e doenças advindas e os conseqüentes episódios de mortandade de

peixes... Mas a percepção dos efeitos globais dos grandes desmatamentos, da construção de represas gigantescas, do emprego de energia nuclear ou mesmo da excessiva queima de combustíveis começou a motivar a opinião pública e os governos já nos anos 70”.

Em 72 aconteceu uma reunião em Estocolmo, patrocinada pela Unesco, quando o Brasil assumiu uma posição, podemos dizer “burra”, ao considerar que as medidas propostas para a preservação do meio ambiente tinham a intenção de limitar o desenvolvimento do Terceiro Mundo.

E deu no que deu. O resultado está aí, nos apagões, na falta d’água, na falta de empregos, na miséria do povo. Tudo valia para o “desenvolvimento”: desde o prefeito do interior que vê na industrialização a única fonte possível de renda e emprego para seu município: a imobiliária que auferia lucros do parcelamento da terra: à mecanização da lavoura e êxodo do homem do campo para a área urbana; aos empresários interessados em construir usinas e barragens. E daí por diante.

Se mais tempo pudesse eu usar, seria ainda insuficiente para dizer tudo o que é preciso sobre o meio ambiente. Não conseguimos falar de problemas seriíssimos - nossos como o que vem sendo causado, em especial nos municípios de Colombo e Almirante Tamandaré, com a exploração do Aquífero Karst - que tem provocado afundamento da terra com verdadeiras crateras surgindo da noite para o dia, levando os moradores ao desespero - já que suas casas estão sendo abaladas. Estão as famílias sendo tiradas de suas moradias. Escolas apresentando rachaduras. O uso indiscriminado dos poços artesianos pela Sanepar, coloca em situação de risco os moradores desses municípios.

Agora vejam o que está acontecendo no vizinho município de Araucária, que já é bastante poluído pela alta concentração de indústrias - e o pólo industrial do Paraná - colado à Cidade Industrial de Curitiba, com mais de 600 indústrias já instaladas.

Não bastasse tudo isso, agora o governo, na busca de alternativas para o setor energético, vai construir um grande número de termoeletricas no País - sendo uma delas em Araucária. Não investiram, privatizaram o setor elétrico e agora enfrentamos, crise das maiores, com prejuízo para todos.

No caso, a termoeletrica a ser instalada em Araucária. Com toda razão a população está contra a instalação de mais uma termoeletrica no município.

Os moradores dizem que não suportam mais tanta poluição e não vão aceitar mais 44 toneladas de poluentes derivados de enxofre que serão jogados no ar, poeira, cinzas, gases, chuvas ácidas - que conforme os ventos poderá atingir Curitiba e municípios próximos.

Além da utilização de uma quantidade enorme de água que não volta mais ao leito, já que se transforma em vapor (qualidade do ar prejudicada).

Aqui cabe uma pausa para um questionamento: até onde o governo da União sabia que caminhávamos para

este colapso? Não é o Brasil a maior potência energética do mundo?

Não existe má fé de sua parte para hoje investir nas hidroelétricas, termoeletricas? Quem serão os construtores dessas usinas?

É oportuno se questionar também o que está sendo feito pela Ana - Agência Nacional de Águas - cuja criação a nível de Estado, tivemos uma participação efetiva como relator do projeto que trata da política de recursos hídricos no Paraná nesta Casa.

Precisamos também saber sobre a política global do Governo do Estado para o meio ambiente - pois, quando Prefeito de Curitiba Jaime Lerner foi pioneiro na defesa do meio ambiente - sou testemunha disso como seu vice-prefeito - quando trabalhamos na conscientização da população no sentido da preservação do meio ambiente, fazendo ver que cada um tinha que fazer a sua parte.

São tantas e tantas coisas a tratar, que só pedindo a ajuda de São Pedro - que aliás está sendo tratado como o grande vilão da crise energética - primeiro porque não faz chover e quando faz, faz em lugar errado. Não concordo com isso e tomara que São Pedro nos dê mais tempo para se poder tratar adequadamente de assunto de vital importância para a vida da comunidade e do próprio planeta. Que é o meio ambiente.

Este é um assunto que não se esgota num discurso, mas sim em ações concretas, como o que fizemos aos irmos até Adrianópolis, onde a riqueza do minério, explorada pelos estrangeiros, deixou como herança uma população pobre, doentia e miserável. Fatos que esta Casa tomou conhecimento.

Precisamos concluir e não podemos sem antes dizer que nem tudo está perdido e que a solução depende de cada um de nós. Nossa responsabilidade, como representantes do povo, é imensa. Mas sozinhos nada poderemos fazer. Precisamos do apoio e da ação concreta do governo do estado - do governador e sua equipe, representada por investimentos e medidas saneadoras. Precisamos da sociedade civil organizada, dos empresários, da comunidade inteira. Cada um precisa fazer a sua parte e só assim conseguiremos vencer a batalha pela preservação de nosso planeta e pela garantia de qualidade de vida para todos.

De minha parte estou estudando a possibilidade de apresentar alguns projetos, que possam contribuir para que amanhã possamos, juntos, responder ao Criador o que fizemos com a natureza - tão bela, pródiga, perfeita e equilibrada - que ele nos deu para usar, com respeito, amor em prol de todos e não para uma minoria explorar e destruir”.

E aqui estão, senhor presidente, fotografias mostrando crateras, rachaduras em casas, aliás, ontem no município de Almirante Tamandaré, o Colégio Estadual Ambrósio B. foi fechado, foi interditado porque as rachaduras são de tamanho que podem a qualquer momento

provocar o desabamento do prédio, a cidade está em pânico.

Agora vejam também, o que está acontecendo no vizinho município de Araucária, que já é um município bastante poluído pela alta concentração de indústrias, é o pólo industrial do Paraná, colado na Cidade Industrial de Curitiba, com mais de 600 indústrias já instaladas.

Não bastasse tudo isso, agora o Governo, na busca de alternativas para o setor energético, vai construir um grande número de termoeletricas no País, e sendo que uma delas em Araucária. Não investiram, privatizaram o setor elétrico e agora enfrentamos a crise das maiores, com prejuízo para todos.

No caso, a Termoeletrica de Araucária, com toda razão, a população está contra a instalação de mais esta termoeletrica. Os moradores dizem que não suportam mais tanta poluição e não vão aceitar 44 toneladas de poluentes derivados de enxofre que serão jogados no ar, poeira, cinzas, gases, chuvas ácidas que conforme os ventos poderão atingir Curitiba e todos os municípios aos arredores de Araucária.

Aqui está senhor presidente, estou trazendo aqui em nome de várias organizações não governamentais, em nome de uma população que se reuniu com a Comissão de Meio Ambiente na semana passada, na Câmara Municipal de Araucária, um total de 23 mil assinaturas, aqui estão nesses pacotes, 23 mil assinaturas de moradores da cidade de Araucária que estão preocupados com a instalação da termoeletrica naquela cidade.

E aqui uma pausa para um questionamento. Até onde o Governo da União não sabia que caminharíamos para este colapso de energia? Não é o Brasil a maior potência energética do mundo? Não existe má fé de sua parte para hoje investir nas hidrelétricas, termoeletricas? Quem são os seus construtores? De onde eles vêm? E de onde vem o financiamento para as termoeletricas?

É oportuno questionar também o que está sendo feito pela Ana, Agência Nacional de Águas, cuja criação a nível de Estado tivemos uma participação efetiva como relator do projeto que trata da política de recursos hídricos do Estado do Paraná.

Precisamos também saber a política global do Governo do Estado para o Meio Ambiente. Não é possível continuarmos ainda numa expectativa.

O governador quando prefeito de Curitiba, foi pioneiro na defesa do meio ambiente, e eu sou testemunha disso; fui seu vice-prefeito, quando trabalhamos na conscientização da população no sentido de preservação do meio ambiente, fazendo ver que cada um tinha que fazer a sua parte.

São tantas e tantas coisas a tratar, que só pedindo ajuda de São Pedro, que aliás está sendo tratado como grande vilão da crise energética.

Primeiro porque não fez chover e quando o fez, fez no lugar errado. Eu não concordo, claro, tomara que São Pedro nos dê mais tempo para se poder tratar adequada-

mente do assunto de vital importância que é a questão do nosso meio ambiente.

Este senhor presidente, senhores deputados, é um assunto que não se esgota num discurso, mas sim em ações concretas, como que fizemos ao irmos na Comissão de Meio Ambiente até a cidade de Adrianópolis, onde vimos a riqueza do Vale da Ribeira, levada pelos americanos, pelos franceses, deixando lá o quê? A doença, a miséria e a desgraça naquela região.

Precisamos concluir, evidentemente, um estudo mais aprimorado, e é isso que está fazendo esta Casa com medidas sendo tomadas pela Comissão de Meio Ambiente e Ecologia.

Ontem aqui um Seminário extraordinário, trazendo para esta Casa, muito embora não tenha recebido a grande divulgação que merecia, autoridades do mundo inteiro que vieram tratar da questão do meio ambiente.

Hoje, pela manhã, discutimos na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a ação das ONGs aqui em nosso País. A exemplo da Fundação O Boticário, a SPVS e tantas outras, uma série de denúncias e, ainda, não entramos aqui na questão de dizermos se são verdadeiras ou não, mas que nos preocupam. Porque são milhões e milhões de dólares aplicados em Guaraqueçaba e Antonina e, nós ficamos preocupados. Aonde é que está indo todo esse dinheiro? A quem está beneficiando esse dinheiro? São as indagações que fazemos.

Amanhã vamos discutir na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, exatamente a questão de Araucária da Termoeletrica de Araucária.

É preciso que esta Casa se debruce, o Meio Ambiente é responsabilidade de todos nós e, muito mais dessa Casa que não pode fechar os olhos, não pode ficar preocupada apenas da questão política, não pode discutir outros assuntos sem deixar de discutir, principalmente, a questão do Meio Ambiente.

As fotografias que trago aqui de Almirante Tamandaré, deputado Strapasson, são quase idênticas às que ocorreram lá em Colombo, no seu município, com a exploração desenfreada de poços artesianos, numa área bastante frágil, de um solo muito frágil nesta região Norte, da cidade de Curitiba.

O mesmo perigo, o mesmo risco ocorrem agora aos moradores de Almirante Tamandaré. Nos seus jardins aparecendo crateras a exemplo desta aqui. Nas suas casas aparecendo rachaduras como essas que estão aqui nestas fotografias. No colégio que foi fechado ontem a noite, sobre o risco de matar professores e alunos se providências não forem tomadas.

Concedo o aparte a Vossa Excelência, Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson.

Deputado Algaci, queria cumprimentá-lo por essa abordagem ampla que faz com relação à questão do Meio Ambiente, na Região Metropolitana. Queria fazer um aparte mais voltado à questão do "karst" que afeta muito

o município de Colombo e atualmente o município de Tamandaré começa a ter os mesmos problemas que nós lutamos lá, há mais de dois anos.

Infelizmente, no afã da busca desesperada da Sanepar de equilibrar o sistema de abastecimento, que nós não somos contra de maneira nenhuma, qualquer exploração tem que ser equilibrada. A Sanepar tem feito uma atuação de forma voraz na região Norte, mais especificamente Colombo e Tamandaré pela formação do “karst” que é formado na região de solo calcário, e conseqüentemente com muitas cavernas.

Na medida que você explora um volume intenso de água, você evidentemente cria uma fragilidade no subsolo porque as cavernas deixam de estar preenchidas por água e acaba exatamente acontecendo isso. Nós tememos muito, porque enquanto for apenas rachaduras a Sanepar diz: - A Sanepar se encarrega de indenizar.

Mas, a preocupação é muito forte, porque ninguém garante que não haja um solapamento maior que acabe engolindo uma casa, um prédio escolar, com vítimas fatais.

Daí, nós perguntamos: qual o preço de uma vida?

Nesta questão, nós devemos fazer com que a Sanepar tenha uma consciência maior nessa exploração e, também, o meio ambiente está afetando profundamente, na medida em que nós temos a questão de rios sendo secados, lagos com peixes mortos, como nós tivemos em Colombo. E, a Sanepar reluta em dizer que não é culpa da exploração do “karst”.

É evidente, temos provas, temos levantamentos técnicos que comprovam isso. A Sanepar não pode colocar esse clima de pânico na nossa região, apenas para tentar vender a água a um preço muito mais barato do que tratar as águas dos rios, que já foram contaminados, infelizmente, pela poluição, pela falta de uma política com planejamento de ocupação e prevenção da Região Metropolitana. Queria parabenizá-lo por esta questão importante na Região Metropolitana.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Strapasson.

Concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Primeiramente, queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento no dia que comemoramos o Dia do Meio Ambiente.

Vossa Excelência fez uma denúncia que gostaria de complementar. Inclusive, o Incra tem desrespeitado todas as leis referentes ao meio ambiente.

Vossa Excelência cita o caso do Rio Bonito do Iguaçu, que é um município que represento e que o que foi feito lá foi um verdadeiro absurdo, um desrespeito a todas as leis ambientais, mas que agora, Vossa Excelência é testemunha e com a sua ajuda e com a ajuda da grande maioria dos deputados estaduais, apresentei projeto que se transformou em lei que cria a APA - Área de

Preservação Ambiental da Serra da Esperança. Essa lei abrange uma extensão territorial de 72 mil hectares, indo desde o município de União da Vitória até o município Turvo e exatamente nessa área da Serra da Esperança, 3º planalto do Estado do Paraná, nasce a maioria dos mananciais - que abastecem em torno de vinte e sete cidades do nosso Estado, e dentro da área de preservação ambiental está sendo feito um assentamento numa área que foi invadida e o que é pior, tivemos um parecer contrário por parte do Instituto Ambiental do Paraná e um parecer favorável por parte do Ibama.

Se Vossa Excelência olhar o parecer Ibama, irá constatar que é um parecer única e exclusivamente ideológico na questão da terra. Nós respeitamos, achamos que a reforma agrária deve ser feita, mas acho que os critérios devem ser, principalmente com relação ao meio ambiente, mantidos. É impossível nós aceitarmos que a questão ideológica ultrapasse o respeito às próprias leis que nós, deputados estaduais fizemos, que os deputados federais fizeram, enfim, as leis que estão em vigor no País e lá está sendo feito um assentamento, com parecer favorável do Ibama e nós pedimos que fosse remetida essa denúncia ao Ministério Público Federal, porque está sendo feito um assentamento dentro de uma área de preservação ambiental, desrespeitando totalmente as leis ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Se Vossa Excelência desejar tem o Horário da Liderança do PTB.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado.

Para concluir, é de muita gravidade o que fala o Deputado Cezar Silvestri e aquilo que mencionamos aqui, como é de profunda gravidade a construção de uma termelétrica no município de Araucária.

Vamos ter sobre Curitiba, chuva ácida. A qualidade do ar de Araucária e parte de Curitiba vai ser afetada. Os rios - que cortam Araucária e que vão abastecer essa termelétrica, vão praticamente secar, porque a água que entra para essa usina, só retorna em forma de vapor, não volta mais para o leito natural do rio.

São assuntos graves, gravíssimos, e eu fiz questão de usar o Grande Expediente hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, para que esta Casa faça uma reflexão. Todos nós temos responsabilidades. Os nossos filhos e netos vão nos cobrar: o que foi que os políticos fizeram em relação à questão do meio ambiente?

Quero passar pelo meu mandato parlamentar com a minha consciência tranqüila. Minha parte estou fazendo. Estou alertando. Se não posso fazer mais do que isso, pelo menos estou trazendo para reflexão desta Casa, mais de vinte e duas mil assinaturas e eu acho que não podem ser desrespeitadas, de uma população, de uma cidade que já dá ao Paraná uma extraordinária contribui-

ção de arrecadação. É o segundo maior município em arrecadação, do Paraná. Agora, o preço que paga...

Vou dar um dado a mais: num depoimento que ouvimos lá em Araucária, de uma funcionária da área de saúde, dizia que em Araucária morrem mais crianças do que em Curitiba!

Pasmem os senhores! Sabem o que mais se vende em Araucária? Inalador. Imaginem o risco que corre essa população, com a Petrobrás, Ultrafértil e tantas outras empresas poluidoras. Não precisa ir longe. É só sair da Gleba da Ordem que faz a divisa com Araucária, já se começa a sentir o cheiro da Cocelpa que é uma empresa que trata da questão do papel.

É grave, senhores deputados.

Eu não tenho uma noção ainda se sou favorável ou não à termelétrica, mas me preocupa e é por isso que eu trago a esta Casa, uma quantidade de assinaturas para que esta Casa se debruce em cima do projeto que chegará (já esteve nesta Casa, mas que não tinha o parecer da Comissão do Meio Ambiente e voltou à Comissão) e na semana que vem deve dar o seu parecer para que todos discutam essa questão do meio ambiente.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Algaci Tulio, é natural e é claro que teremos oportunidade de discutir esse projeto, mas, quero dizer a Vossa Excelência que quando se generaliza a questão de termelétricas, existe hoje mecanismos e a tecnologia das termelétricas. Só vou citar um exemplo para Vossa Excelência.

Hoje existe uma termelétrica funcionando em União da Vitória, aonde ela só queima os resíduos que poluem o meio ambiente. E quando Vossa Excelência coloca e não somos profundos conhecedores desta questão, seria muito bom fazermos uma visita a uma termelétrica que esteja funcionando.

Tenho certeza absoluta que Vossa Excelência, visitando essa termelétrica de União da Vitória, vai mudar muito os seus conceitos sobre termelétrica porque hoje, a tecnologia é muito eficiente quanto à questão da poluição.

Tenho certeza absoluta, se nós construirmos 10 termelétricas em Araucária não vai poluir o que polui aquela empresa que Vossa Excelência citou há pouco, a Cocelpa, que você sente de longe a sua presença ali em Araucária.

Devo, nos próximos dias, entrar com um projeto autorizatório de mais duas termelétricas no interior do Estado do Paraná. São empresários que estão investindo em geração de energia elétrica. E acho isso de fundamental importância.

E no meu projeto, para justificar ressalva: desde que cumpridas as exigências ambientais, quer dizer, o RIMA.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço pelo aparte, Deputado Valdir Rossoni. E já mencionei que não tenho uma posição definida se sou favorável ou contrário à instalação da termelétrica, mas me preocupo pela preocupação que têm os moradores de Araucária, pelos dados que apresentam, tecnicamente, aqui, e não só por pessoas de Araucária. Foram feitos debates em Araucária com técnicos a nível nacional, que vieram fazer as suas exposições e mostrando a grande preocupação e o grande perigo que existe para a construção de termelétricas. Trago isso para reflexão da Casa. Queria provocar exatamente esta reação dos senhores parlamentares.

Concedo aparte ao Deputado Custódio da Silva.

O Sr. Custódio da Silva

Quero parabenizá-lo no que diz respeito à Cocelpa.

Quando era vereador por Curitiba, fizemos várias reuniões ali em Tatuquara, Vila Verde que Vossa Excelência conhece muito bem.

A questão da Cocelpa é uma questão muito grave. Até porque não descobri que tipo de proteção tem essa empresa com as autoridades ambientais do Estado e do município, porque não é possível, há reclamações, abaixo-assinados, várias vezes, quase toda semana são autoridades, são vereadores do município de Araucária, do município de Curitiba, lideranças comunitárias daquela região reclamam dessa situação e até hoje nada foi feito. Até mesmo de arrumar uma alternativa, um mecanismo para que essa empresa pare de poluir aquela região.

Cumprimento-o pelo debate brilhante que traz a esta Casa, dizendo da poluição que lá existe.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Deputado Custódio, que cuja residência fica quase na divisa, sabe, e nós, perfeitamente, o quanto aquilo afeta a Cidade Industrial de Curitiba, a região da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Osvaldo Cruz II, a Gleba da Ordem, Tatuquara, Pinheirinho, Capão Raso, está chegando aqui uma reflexão sobre isso.

Então, esta Casa tem obrigação, mais do que nunca, pela Comissão de Meio Ambiente, da qual faço parte, de exigir um estudo, um levantamento mais aprofundado, cobrar do IAP a responsabilidade de saber se existe os filtros lá no Cocelpa, se está sendo usado ou não.

O Sr. Edno Guimarães

Deputado Algaci Tulio, estamos aqui ouvindo atentamente o seu pronunciamento, que trata do Meio Ambiente, nesta data tão importante em que comemoramos o Dia do Meio Ambiente.

Lembro-me que há quase dois anos atrás, tivemos em Cianorte um desastre autorizado por grandes autoridades e que provocou um desequilíbrio muito grande. E o

pior, Deputado Algaci Tulio, é que não foi nenhum aproveitamento, nenhum loteamento na área foi feito. Está lá o vazio das matas maravilhosas que tínhamos, chamada de Cinturão Verde, em Cianorte. E agora, já percebemos, claro que barramos na Justiça, hoje está indo para a Polícia Federal, órgão Federal, mas já se fala em barganha, novamente.

Lá temos uma área muito grande da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tem muitos mil alqueires de mata naquela região que abrange mais ou menos 12 municípios. Temos municípios de 7, 8 mil alqueires de mata. estou atentamente fiscalizando e correndo a região. Não aceitamos barganha de jeito nenhum, lá não se pode mais mexer naquilo que temos, que dá a vida ao cidadão, ao homem, ao ser humano, aos bichos, aos animais. Estamos atentos. Inclusive esta semana estive na região de Caráima e Vila Alta e também acompanhando, onde, dentro do Projeto de Compensação da Construção de Porto Camargo, há a necessidade de pavimentação de uma estrada em troca de impacto.

E estou atento, junto com o Deputado Nelson Garcia e demais parlamentares daquela região, atentos porque queremos que o Governo e os órgãos competentes cumpram na totalidade o compromisso assumido como Meio Ambiente do Estado.

O SR. ALGACI TULIO

Quero dizer que testemunhei com Vossa Excelência lá em Cianorte, quando fizemos a visita nesta área criminalmente devastada.

Para concluir, senhor presidente, concedo aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Queria cumprimentar Vossa Excelência e dizer que é muito oportuna a sua colocação hoje, até porque Vossa Excelência representa a Comissão de Meio Ambiente e o dia de hoje é dedicado à ecologia, ao Meio Ambiente e não poderia passar realmente em branco, aqui nesta Assembléia Legislativa.

Dizer que é uma preocupação mundial. Acho que na nave Terra, hoje, todos nós somos tripulantes. Temos todos nós uma parte de responsabilidade, é uma questão até de educação, não só do Brasil, mas tem que ser ensinado no berço, é como a educação de trânsito. E dizer que, lamentavelmente no Paraná, Vossa Excelência traz o problema de Araucária, conheço uma termelétrica que foi feita pela Companhia Cacique, de café solúvel, que é movida com a borra do café e depois a água tratada é jogada no lago Japó, que é o lago que embeleza a cidade de Londrina.

E, lamentavelmente, quando se fala em questão de poluição no Paraná, hoje é um dia muito próprio para falar, lá na minha região quem as polui, pasmem os senhores, é a Sanepar. Exatamente porque não tem controle dos esgotos domésticos, dos esgotos industriais, que são jogados nos mananciais de águas que nós tomamos.

Sem contar que a Klabin do Paraná joga a chamada lixívia, pela água do Rio Tibagi, que também é consumida por uma boa parte do povo do Norte do Paraná. Este é um tema que ainda vou, também, com Vossa Excelência, dissertar com mais tempo.

Quero cumprimentá-lo e dizer que hoje, dia dedicado à ecologia, dedicado ao Meio Ambiente, que nesta nave Terra todos nós somos tripulantes.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Só queria comunicar a todos, que amanhã aqueles que tiveram interesse em discutir e conhecer com mais detalhes a questão da Termelétrica em Araucária, amanhã às 10h00, na sala das Comissões, no outro anexo desta Casa, estaremos recebendo autoridades de Araucária, Organizações Não Governamentais, que virão discutir com os deputados da Comissão do Meio Ambiente e ecologia e com os demais parlamentares, a questão da Termelétrica.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, ainda por dez minutos, com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. RICARDO CHAB

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, o senhor Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, só convidando e convocando os membros da Comissão de Segurança Pública, logo mais a partir das 16h30, horário marcado para uma audiência, a Sessão vai se prolongar, eu sei, mas só para deixar claro ao Plenário que é uma audiência pública, com relação ao estatuto da Polícia Civil, e as entidades civis organizadas estarão presentes. Tornamos o convite extensivo também a todos os parlamentares desta Casa; vale a pena, as entidades vão apresentar a discussão que eles fizeram ao longo de uma semana. E, naturalmente, isso vai dar origem à emenda.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A reunião será na sala das Comissões, logo após a sessão.

Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Inicialmente quero estender aqui o convite que faço, em nome dos Deputados Eli Ghellere, Ademir Bier e Sérgio Spada, para um comício nesta quinta-feira, na

minha querida cidade de Medianeira. É um comício estadual, por isso o convite está sendo estendido para todos os deputados, para todas as autoridades. Um comício estadual promovido pelo fórum, promovido pelo PMDB, PDT e PT, em nosso município, Medianeira, em favor da Copel, pública, barata, sem apagão e do povo do Paraná. Vai ser um comício fora de época eleitoral. Está sendo mobilizada toda a região e o Paraná, a presença de deputados federais, vários prefeitos, já confirmada a presença do prefeito de Cascavel, nosso ex-colega, Deputado Edgar Bueno e vários outros. Até, se algum deputado é a favor da Copel, franquearemos o microfone; acho que é um terreno um tanto quanto hostil, mas em todo caso, democracia é isso.

E na próxima sexta-feira, pela manhã teremos um ato no plenarinho da Assembléia Legislativa com os 10 prefeitos do PT do Paraná, mas 11 vice-prefeitos, mais dezenas de nossos vereadores, a bancada de deputados estaduais e de deputados federais, num ato do PT, das autoridades do PT. A leitura da carta, um apelo ao Governo Jaime Lerner para que não venda essa empresa pública e também um documento dos prefeitos do PT para o Presidente da República com relação à federalização da água e do esgoto e contra a privatização da água. O PT quer começar a discutir também *pari passu* a questão energética do País, a questão da água e do esgoto, o risco iminente de ser tirada à força dos municípios, a capacidade dos municípios, poder concedente do município, transformá-lo federal, para depois privatizar. E nesse aspecto um deputado que tem muito a contribuir, uma experiência muito bonita, é o José Maria Ferreira, que como prefeito municipal fez lá uma empresa maravilhosa de saneamento em seu município.

Mas, senhor presidente, o assunto que me traz à tribuna neste espaço do Grande Expediente, é o Projeto nº 411. O projeto que é o gadanho - instrumento antigo de roçar baixinho, de cortar a veia, super afiado. Então, esse é o gadanho do servidor público, só que passa na altura do pescoço. O projeto nº 411, é um projeto que transforma todos os cargos públicos em cargos por contratação, demissão a qualquer tempo, contrato CLT, prevarização do serviço público e um descumprimento, inclusive da Norma Legal Federal. O projeto que o governo manda para cá tem a seguinte intenção: de flexibilizar, precarizar, o regime de contratação do serviço público. Vários contratos que existem serão precarizados, serão facilitados.

Com isso, qualquer movimentação do servidor público, que vai a contra gosto que seja antipático ao Governo o Governo vai demitir, vai fazer o ajuste de caixa através do serviço público. Precariza, facilita a demissão e aí começa a mandar o pessoal embora. Contrata outros por salários mais baixos, submisso, nós estamos em uma situação de mercado facilitadora, porque o desemprego lastreia o Paraná e está aumentado com a situação energética.

Precarizado a contratação sobrando gente para trabalhar, desempregado, eu demito o que ganha quatrocentos reais e contrato um que ganha duzentos. E se ele bobear está na rua, se ele olha feio para o diretor do Núcleo de Educação, o professor está na rua ganhando duzentos "pilas" por mês. É isso que vai acontecer e contraria a norma legal. Por quê? A emenda Constitucional nº 19, diz o seguinte: "O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial, processo administrativo, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho na forma da Lei Complementar assegurada ampla defesa.

O Governo do Paraná, o moderníssimo Governo do Paraná, não faz avaliação do serviço público, portanto, não tem condições de dizer se os servidores públicos do Paraná são bons, são regulares ou são péssimos. Não tem essa avaliação, porque quer aprovar lei, porque quer demitir bons, maus, péssimos, todo mundo de preferência os bons, porque os ruins não encham o saco do Governo. É isso que acontece. Bom servidor é consciente, lê jornal, se informa, lê revista. Mau servidor, nem tanto.

Segue adiante, Artigo 1, parágrafo terceiro: "Para os cumprimentos dos limites estabelecidos neste Artigo, o Estado deve adotar as seguintes providências: primeiro, redução em pelo menos 20 das despesas em cargos de Comissão e função de confiança. O Governo não faz nada disso. O Governo demitiu algum cargo de Comissão de alta remuneração, um daqueles que o deputado Caíto Quintana anunciou, aqui, mais de setecentos cargos ganhando altíssimos salários? O Governo anunciou, informou a esta Casa que demitiu? Por que a lei prevê a informação. Não. O Governo não faz isso. Porque quer precarizar a contratação? Por quê? Também a exoneração de servidores não estáveis. O Governo não informou a esta Casa, ainda, se servidores contratados de forma irregular após 1988, se foram demitidos, esta Assembléia já o fez. O governo ainda não.

Continua a Emenda Constitucional: "O cargo objeto de redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função". O governo colocou na lei no parágrafo único, a nossa CJ graças a Deus tirou, dizia assim: "Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a transformar, mediante Decretos, em despesas (?) cargos públicos, estatutário e emprego público celetista". Estava contrariando a lei, a intenção do Governo era precarizar tudo. A nossa Assembléia, através da Comissão de Justiça, está começando a corrigir alguns detalhes, mas veja, fragorosamente inconstitucional. O Governo mandou essa mensagem da forma como está aqui. Se não abrimos o olho hein! A Lei Federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto do Artigo 4 que é contra a exoneração. A Norma Federal é a Lei nº 9801, diz lá no artigo terceiro: "A exoneração do servidor estável, que desenvolve atividade exclusiva de Estado, assim definida em lei, observará as seguintes condições: somente será demitido quando da exoneração dos servidores dos

demais cargos do órgão ou da unidade administrativa, objeto da redação de pessoal, tenha alcançado pelo menos 30% do total desses cargos. Cada ato reduzirá no máximo 30% o número de servidores que desenvolvam atividade exclusivas do Estado. A lei não fala como o governo vai fazer isso, além do que, no último parágrafo, ou inciso, o servidor estadual será demitido, entre outras tantas cláusulas, por insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual será assegurado recurso hierárquico, de efeito suspensivo, que deverá ser apreciado no prazo de trinta dias, brincadeira!

O professor, o servidor público olhou atravessado para o chefe, que faz lá uma avaliação de insuficiente desempenho, porque não tem procedimento nenhum, senhor presidente. Não tem nenhum procedimento estabelecido em lei, qual é, como é que se estabelece a insuficiência de desempenho, porque não tem avaliação, é da cabeça do chefe, vai mandar o cara embora e em trinta dias tem o efeito suspensivo e os recursos, significa dizer o seguinte: em trinta dias corre o tempo contra o servidor, em trinta dias ninguém responde nada, não tem como se mobilizar, em trinta dias não tem como juntar peças a processos internos, porque vai ser avisado, vão esconder essas informações, para ser mais ou menos coerente, tinha que ser pelo menos noventa dias, como todos os procedimentos na área federal o são, mas o pior não é isso, não são esses meandros da lei, o pior é que nós teremos no Paraná a possibilidade de o Governo, a partir do ano que vem, num canetaço, esperar que todo mundo recorra, e em trinta dias, conforme manda a lei, estará resolvido mandar centenas e centenas de servidores embora.

Professor que participar da greve vai embora, servidor que escreveu um artigo no jornal, que vai na posição ideológica contra o Governo do Estado, vai embora. Servidor que foi fotografado numa passeata contra a privatização da Copel, vai embora e assim por diante, vai ser o gadanho ideológico, porque as experiências de boas administrações que coloca estáveis os servidores públicos, sem fazer uso da máquina, para fins eleitoreiros tem sido de extremo sucesso, sucesso absoluto, não é a estabilidade que garante o bom funcionamento do Estado, o que garante o bom funcionamento do Estado é a verificação e o acompanhamento do serviço público e a estabilidade, inclusive, ela não é absoluta, porque prevê o procedimento administrativo para exoneração. Só que ninguém faz isso de forma exemplar, porque é muito mais cômodo ficar assistindo e reclamar da lei. Por que o Governo não moderniza a máquina para ter mais eficiência, se acha que o problema é deficiência?

Mas o Governo não diz que é eficiência ou deficiência, o que vai acontecer. Qualquer professor, no mês de dezembro estará dando aula - quero fazer aqui essa fala como exemplar, porque estou homenageando aos professores - e não saberá se no mês de janeiro voltará a lecionar naquela escola. Não vai ter a vontade de contri-

buir, naquela escola, na quermesse, na reunião com os pais, nas atividades educativas, vacinação, etc.

O que interessa para o próprio Governo do Estado, porque não sabe o que vai acontecer.

O celetista vai ficar o tempo todo puxando o saco do Governo, porque do lado dele vai estar o candidato a cargos eletivos e vai falar: "Se você não andar na linha, vai perder o cargo". Isso vai acontecer, e vão contratar qualquer servidor, porque a lei, como permite admissão a qualquer momento, da mesma forma, precariza a contratação. Fala-se em concurso público a qualquer tempo. Sabemos como são feitos os concursos públicos. Não colocam, por exemplo, que os concursos públicos serão feitos com o acompanhamento da sociedade organizada que interessa. Será feito pelo próprio governo e será admitido e demitido à hora que quiser. Precariza toda a relação que tem com o Governo do Estado.

Aos servidores públicos só resta temer. E temer esta "boquinha". Os baixos salários serão aviltantes na contratação dos novos servidores públicos em regime CLT. E eles estarão precarizados pela forma de concurso público. Estarão com a qualidade do seu serviço extremamente baixa. E, assim mesmo, serão "cordeirinhos" do serviço público ou do governo de plantão.

Serão "cordeirinhos", inclusive do nosso Governo, se estivermos nele. E não teremos mais preocupação, Deputado Valdir Rossoni, de fazer avaliação dos servidores, fazer estímulo de carreira. Porque podemos demitir a qualquer momento, para que se preocupar com estas coisas que dão mais trabalho?

Mas, senhor presidente, queria aqui fazer uma pequena cobrança à Bancada do PSDB, ressaltando, evidentemente, a figura exemplar do Deputado José Maria Ferreira, que representa boa parte do PSDB, aqui. Vimos, ontem, que alguns deputados do PSDB votaram contra os professores do Paraná. O Jaime Lerner se elegeu, na primeira eleição, trabalhando com o que é de mais perverso na política, "carimbando" o Álvaro Dias de ser contra os professores. E ele, Jaime Lerner, prometia o céu aos professores. Depois criou Faxinal do Céu, que é meio caminho.

Álvaro Dias foi endemonizado pelo Governador Jaime Lerner. E hoje, conversando com vários professores, conversando com a classe, eles falaram que o Governo Jaime Lerner está dando um salvo-conduto, uma recuperação histórica para o Álvaro Dias, porque ele está sendo pior. Não queremos que a Bancada do PSDB contribua para o não resgate da figura do senador. Queremos um compromisso da Bancada do PSDB, que vote com os professores, dar uma demonstração de recuperação à Bancada.

Estava esquecendo, quero ressaltar, porque estava fazendo uma injustiça e quero fazer justiça: o Deputado Augustinho Zucchi, ilustre representante da Bancada, está conosco na Oposição; é do PSDB e está votando com os professores do Paraná.

E continuamos nossa marcha cívica, da mesma forma que estão fazendo quadro os que vão votar contra...

O Sr. José Maria Ferreira

Um aparte?

(Assentimento)

O Deputado Neivo Beraldin votou favorável aos professores, o Deputado Renato Gaúcho votou favorável aos professores. Ambos do PSDB, e o próprio que vos fala.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Colombo, registrando também o voto do PPS, Deputado Cezar Silvestri e Deputado Marcos Isfer.

O SR. IRINEU COLOMBO

Evidentemente fiz uma cobrança para a Bancada do PSDB no sentido da significação histórica deste momento. É esta a minha intenção. E evidentemente temos mais votações para frente. É importante dizer que há uma recuperação histórica, que somos favoráveis.

Da mesma forma que o dever cívico aponta e o valor democrático recomenda o caminho democrático recomenda que aqueles que têm voto, sejam responsáveis pelo voto. O placar está ali. Da mesma forma que o fórum da Copel faz o placar dos deputados. Porque a posição A, B ou C, não vamos reprimir. Agora, tem que ser clara e publicizada, porque o ano que vem tem eleição.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar a presença no plenário, e agradecer pela visita à nossa Casa, do Prefeito de Santa Lúcia, Aldino Dalbem e do Prefeito de Saudade do Iguaçu, Luís Giacomini.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos, prefeitos.

No Horário das Lideranças: PL, PSB, PSC, PPS, PDT.

Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora ou senhoras deputadas, senhores deputados.

O Governador Jaime Lerner, está igual àquele barco que o ex-ministro, que representava o Paraná, se encontra em Brasília e fez com que aquela nau capitânea fosse construída. Não saiu do lugar e afundou.

O Governo do Estado parece estar perdido, não só os seus secretários, mas principalmente, o seu governador, quando fala: "Governador ameaça cassar deputados". Na mesma hora, o Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, representando a todos nós, faz uma

violenta crítica ao governador, mostrando a ele, que infelizmente, além de ser mau assessorado, não deve estar muito bom no seu estado psicológico e no seu pensamento.

Esta ação contra os deputados, somados a mensagens vindas a esta Casa, sabemos perfeitamente bem, porque foi aprovado nesta Casa, ontem, pela maioria da base Governista, um salvo conduto, para ele viajar quando desejar e para onde realmente quiser ir.

E ontem, falava ao Líder do Governo, Deputado Durval Amaral: vou votar favoravelmente aberto, para que o governador tenha livre conduta. E ali está o Deputado Durval Amaral. "Vou votar favorável". E ele perguntava: "Mas como você vota, se a sua Bancada vota contrária?". Eu disse: "Voto favorável, que ele vá e não volte nunca mais para o Estado do Paraná. Que fique lá fora, que o Paraná agradece. Que a família do servidor público, agradece".

E nós aqui nos encontramos, senhores deputados, senhor presidente, dizendo que o Governador realmente está no caminho errado. Não vou chegar ao ponto do Deputado Tony Garcia, quando afirma outra coisa. Vou chegar perto daquilo que realmente o governador se encontra: fora da razão, fora da realidade, fora do Paraná, fora daqueles que mais lhe ajudam que são os servidores públicos, tanto da área da educação, quanto qualquer outro servidor. Quando manda a esta Casa, uma mensagem como esta que está sendo apurada e aprovada, em primeiro turno ontem, e hoje em segundo, contra a família que lhe sustenta no cargo que ocupa; porque a família do servidor anda e faz andar o Paraná em todos os sentidos.

O governador parece que esqueceu que antes de ser arquiteto, antes de ter o curso médio, ele estudou no primário, e a segunda mãe de cada um de nós é a professora. E ele vira as costas àquela que lhe deu a mão para ele pegar uma caneta, um lápis e fazer as primeiras palavras; ele mentiu aos professores do Paraná, na sua primeira e segunda eleições, que seria a redenção da educação e ele é realmente, a morte da educação do Paraná.

Importou de Brasília uma catedrática do Banco Mundial, uma pessoa extraordinária em arrumar recursos. Trouxe para o Paraná, na primeira viagem a Ponta Grossa, ela saiu da Lapa, porque não conhecia nem Ponta Grossa e muito menos o Paraná, porque não conhece nada da educação do nosso Estado.

E ela lá permanece. E falava com o Romeu e com o nosso Líder do Governo, Deputado Durval Amaral: "Vamos fazer um ponto de encontro, uma convergência, para que os interesses, não dos professores, mas da família do servidor público sejam encontrados.

Veio o recado da Secretaria da Educação: Não fale com a APP, não dê ouvidos para nada, e o projeto aí está e tem que ser votado.

Apelo aos deputados da base governista, que nós estamos entrando, a pedido da família dos servidores

públicos do Estado, com algumas emendas, que poderão os senhores deputados, mesmo não votando contra o projeto, votarem nas emendas que poderão fazer com que o projeto seja viabilizado para a família do servidor público do Estado.

Uma delas, a emenda do Projeto de Lei nº 411, substitui a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 411; O Estado do Paraná adotará o regime jurídico estatutário para os ocupantes de cargos públicos, e o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho, no caso de empregos públicos.

Os professores e as famílias dos servidores não são contra contrato de CLT.

Mas os servidores e professores do Paraná são a favor que a família seja respeitada e os direitos sejam garantidos para o professor e o funcionário público não fiquem na mão do deputado da região, que no mesmo jornal aqui fala que: Lerner a troco de apoio político na Assembléia, restabeleceu o comando político de uma prática antidemocrática e dá ao parlamentar que vota consigo, totais poderes sobre delegados, professores, diretores de escolas estaduais, chefes de núcleos regionais, da Secretaria da Agricultura, da Secretaria da Educação, da Secretaria da Saúde, e outros cargos. Não pode a vontade de um deputado prevalecer sobre a capacidade de um professor ou de um servidor público. Não pode.

Se ele for subalterno à vontade política, a educação e a função pública será prejudicada.

A outra emenda nós estamos apresentando no artigo 2º do mesmo projeto que passa a ter a seguinte redação: “Artigo 2º Leis específicas deverão dispor sobre a criação, extinção, transformação de cargos em empregos. De que trata esta lei, no âmbito da administração direta, autárquica e funcional.”

Nós queremos que a família do servidor tenha garantias da capacidade que possui, dos cursos que aperfeiçoa, e das extensões em pós-graduação que faz com suor, com sacrifício e dignidade.

A outra emenda, o pessoal a ser admitido para emprego público, artigo 1º na administração direta e autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela CLT de acordo com a lei e o decreto 5452 de 1º de maio de 1943, que faz com que a Legislação Trabalhista correlata naquilo que a lei não dispuser o contrário, não se aplicando porém essa lei aos professores, e servidores do sistema estadual de educação.

A educação é primordial a todos nós.

Se não fosse a educação, nenhum de nós aqui estaria sentado como deputado. Nenhum de nós seria deputado nem da base governista e nem da base do povo do Paraná, que somos nós. Porque ignorante que faz com que o dedo, que infelizmente ajuda o trabalho, a dignidade, às vezes por falta de oportunidade como nós tivemos de estudar, aquele ignorante que põe o “dedão”, não pode ser deputado.

Por isso, pensem, senhores deputados. Votem na educação, votem contra o 411.

Encerrando, senhor presidente, o artigo 5º, o contrato de trabalho por prazo indeterminado poderá ser rescindido após prévio processo administrativo e com ampla possibilidade de defesa nas seguintes situações - inciso 1º - prática de falta grave - dentre as enumeradas no artigo 482 das leis do trabalho; inciso 2º - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções; inciso 3º - necessidade de redução do quadro de pessoal por excesso de despesa e com a necessária comprovação por ato administrativo motivado, seguindo as determinações da legislação pertinente ao que se refere o artigo 169 da Constituição Federal; inciso 4º - insuficiência de desempenho apurada através de processo e método normal a regular a avaliação, desenvolvimento, desempenho de atividades e funções no âmbito do pronunciamento geral e específico da administração e da unidade de trabalho do servidor; parágrafo único - em qualquer das hipóteses enumeradas caberá recurso administrativo e hierárquico com efeito suspensivo que deverá ser apreciado no prazo de trinta dias.

Encerro, senhor presidente, senhores deputados, dizendo que a família do servidor público, os senhores professores terão neste plenário, não a tapeação que o governo faz na televisão, no rádio e no jornal, vocês terão neste plenário, através do voto, a decência da responsabilidade de votar com a educação e com o servidor ou votar com o governo falido, desacreditado, desse governador que no próximo ano vai viajar sem autorização a partir de outubro do ano 2002. Nós vamos dar um passe livre para ele ir jogar dama com o Fujimori, lá no Japão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PMDB.

(**Declina**)

PSL. Com a palavra o Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados:

Estivemos no Palácio Iguaçu, há alguns dias atrás, numa grande reunião, com a AMOP. Estavam presentes 50 e poucos prefeitos, da região Oeste do Paraná e nós acompanhamos as reivindicações da região, acompanhamos junto com os demais parlamentares, pudemos ouvir algumas propostas sobre as hidrelétricas de pequeno porte. Aquela região tem uma estrutura natural, muito grande e as hidrelétricas poderão ali se instalar.

Também na região mais Noroeste do Paraná, da região próxima a Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, fizemos uma breve avaliação, um levantamento, e pudemos constatar que temos também um recurso natural nos rios de pequeno e médio porte, muito grande.

Como o assunto hoje, em todo o Brasil, é eletrificação, energia, racionamento, privatização, estatização, fizemos um requerimento aproveitando essa fase que

estamos atravessando, e eu passo a encaminhar nosso requerimento.

(Lê):

“REQUERIMENTO AMOP

SÚMULA:

Requer o envio de expediente, ao Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, referente estudos para construção de usinas hidrelétricas.

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, solicitando estudos do potencial energético, em todo o Estado do Paraná, do aproveitamento dos rios e quedas de água, bem como da viabilidade técnica e econômica, para construção de pequenas hidrelétricas.

(a) EDNO GUIMARÃES

Deputado Estadual - 4º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Racionamento de energia já não é apenas teoria.

Primeiro de junho foi a data em que mais de 80% do PIB brasileiro começou a sentir os efeitos do racionamento de energia.

Face a crise energética que assola nosso País, atingindo toda a população, e comprometendo o desenvolvimento industrial acreditamos que um levantamento de viabilidade, desenvolvimento pelo Governo do Estado, utilizando os meios e técnicos já disponíveis, seguindo de investimentos no potencial energético, com a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH), teríamos um aumento considerável no potencial energético.

Lembramos que o custo apresentado é bem menor e o impacto ambiental reduzido o que facilita grandemente o interesse privado na construção das mesmas.

Com o aproveitamento das quedas de água, em rios que cortam nosso Estado, tais como Rio Ligeiro, Rio do Índio, Rio Goioerê, Rio Piquiri, Rio Ivaí, Rio Tibagi, bem como muitos outros em diversas regiões do Estado, conseguiríamos amenizar sensivelmente os problemas causados pela falta de energia, em outras unidades da federação, com a venda do excedente, firmando o Paraná como superavitário em energia e revertendo assim, a situação de desemprego, inflação e desaquecimento da economia além de abrir muitas fontes de trabalho.

Enfatizamos, principalmente a tomada das providências necessárias para o imediato estudo da real viabilidade de construção de hidrelétrica no Rio Ligeiro, município de Cianorte, Noroeste do Estado, em razão de interesse já manifestado pela iniciativa privada em investir no setor.”

Temos conhecimento, senhor presidente, que temos grandes grupos de empresários no Estado do Paraná que já manifestaram interesse em investir no setor de hidrelétricas de pequeno e médio porte, aqui no Estado.

Era esse o encaminhamento do requerimento que, tenho certeza, vem ao encontro da necessidade do nosso Paraná e do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário da Liderança da Oposição, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados.

No dia de hoje foram tratados diversos assuntos aqui que mostram que nós estamos caminhando inclusive para uma questão de desrespeito total e absoluto com o Poder Legislativo, e com uma ameaça velada sobre o Poder Legislativo.

Aqui na tribuna, os companheiros, o companheiro Waldyr Pugliesi inclusive fez uma colocação, e a imprensa há pouco nos questionava sobre a possibilidade que tenha o Governo do Estado, o Governador Jaime Lerner, de processar deputados que tenham ido na delegacia de polícia para intervir em favor da liberação dos jornais que foram irregularmente apreendidos.

Ora, isso é uma coisa absolutamente inconcebível, quer dizer, o deputado está no pleno exercício do seu direito, o deputado vai pleitear representando as suas convicções e vai se expor e vai declarar de acordo com as suas convicções tudo que quiser. E jamais uma ameaça dessa natureza faria com que esta Assembléia sentisse qualquer tipo de temor, pior é a apreensão indevida, antidemocrática, inconstitucional, de um jornal feito pelo órgão legal, assinado por uma jornalista responsável, e esse jornal ser apreendido pela receita estadual sob alegação de que não tem nota fiscal.

Então, gostaria de chamar a atenção, inclusive aos jornalistas que estão na Casa, imaginem se os veículos que transportam os mais diversos jornais de Curitiba para o interior do Estado, diariamente, daqui a pouco porque uma matéria não interessa para o Governo, ataca no meio da estrada e pergunta ao motorista: Tem nota? - Não, não tem nota. Então prende todos os jornais, porque o direito desse jornal é o mesmo dos diários estabelecidos do nosso Estado e da nossa sociedade.

Após essas colocações eu queria responder, faz dois dias, um absurdo de um advogado, que eu reputo qualificado e uma pessoa de quem eu gosto, mas contaminado com a defesa de um governo que não tem mais defesa.

Eu ouço barbaridades aqui como por exemplo, senhores, isso publicado num jornal conceituado do Paraná Gazeta do Povo. O Secretário Cid Campelo dizendo da inconstitucionalidade da revogação da lei que autorizou a venda da Copel. Para ele, a Assembléia já autorizou essa empresa à venda através da Lei nº tal, e que agora não pode voltar atrás, temos direito adquirido, e ainda bem que aqui diz o seguinte: ele é advogado na área cível, ora, na área cível até pode invocar direito

adquirido, mas no direito público, o Estado fazer direito adquirido contra o Estado, isso é uma aberração jurídica incapaz de ser dita por uma pessoa do calibre, do conhecimento do Secretário Cid Campelo e vai em frente... Caso a privatização fosse impedida por uma nova lei, teríamos que indenizar as empresas que não poderão mais prestar o serviço de maneira como foi contratada, declara Cid Campelo. Segundo ele, o dinheiro para as investigações sairia dos cofres públicos.

Então, eu tenho um requerimento sobre a mesa, gostaria que a Bancada do Governo deixasse passar, para nós sabermos que contratos são esses que dariam despesas ao Governo? Os contratos da avaliação de preço mínimo da Copel, seguramente estabelecidos com aquela cláusula de sucesso. A famosa cláusula de sucesso que as empresas pegam e empurram o preço para baixo. Sobre o que consegue a mais do que o preço mínimo, recebe uma gorda comissão para complementar o valor que foi contratada para fazer.

Então, Deputado Ademir Bier, é uma barbaridade o seguinte: Você contrata uma empresa para fazer a avaliação da Copel. Se a empresa acha que a Copel vale 100, ela diz que vale 60 e cobra para fazer essa avaliação. Quando for vendido por 100, sobre os 40 vendeu a mais ela ganha uma tal de "taxa de sucesso". Ela ganha uma comissão a mais.

Queria chamar a atenção de uma outra coincidência aqui, dizendo que os deputados podem ser processados em responsabilidade se votarem contra venda da Copel.

Senhor presidente, não gosto disso, mas também não gostaria que nenhum deputado se sentisse ameaçado por votar contra a Copel.

Tenho aqui uma declaração feita e assinada, pessoal, minha, declarando para quem interessar possa, para todos os efeitos necessários, que votarei a favor de todo e qualquer projeto de lei que tenha como objetivo proibir a transferência para a iniciativa privada do controle das ações com direito a voto da Copel.

Está assinado, quero encaminhar para a Mesa e, que a Mesa encaminhe isso para o Secretário de Governo que está dizendo essa barbaridade de processar deputado, e que comece o processo por essa declaração que estou fazendo espontaneamente, para podermos resgatar os absurdos jurídicos colocados pelo Secretário nesse jornal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 022/2001, subscrito pelo Senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando à Mesa Executiva encaminhe petição à Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado, para que

sejam tomadas as iniciativas legais no sentido de enquadrar o Senhor Cid Campelo Filho em crime de Responsabilidade. **À Comissão Executiva para estudos e posterior Parecer.**

Requerimento nº 1741, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Nereu Moura, e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a criação e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar atos e ações administrativas no Governo do Estado do Paraná. **Recebida; Publique-se; À Diretoria Legislativa para aguardar a vez após instalação das demais CPI's.**

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Moyses Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1765, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 411/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/2000. Item 11, ressalvado o item 01 da presente Sessão Ordinária, à Proposição de Emenda Constitucional. nº 037/2001. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2001, de autoria do Deputado Elio Rusch, proposta de emenda à constituição, que altera o inciso I do parágrafo 2º do artigo 77 da Constituição do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. (**Publ. no DA nº 046/2001, de 25.04.2001 e em Avulso**).

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 037/2001

A presente proposição, de autoria do nobre Deputado Elio Rusch, tem por objetivo alterar o inciso I, do § 2º, do artigo 77, da Constituição Estadual.

Chamada a opinar esta Comissão de Reforma da Constituição Estadual e Federal, inclusive no tocante ao imperativo da proporcionalidade aritmética, não encontrou nenhum óbice para que a proposta seja examinada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2001.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira e Algaci Tulio.

Em votação.

Pela ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, o Regimento Interno desta Casa é muito claro: “Enquanto estiver transcorrendo uma Sessão Plenária não é possível que as Comissões Permanentes possam estar desenvolvendo trabalhos paralelos”.

Consta, que a Comissão Permanente de Segurança Pública está reunida neste momento. Nós temos na pauta da Ordem do Dia uma Emenda Constitucional que requer inclusive quórum qualificado para a votação.

Nós não podemos correr o risco de submeter a voto a Emenda Constitucional e não termos os votos necessários tanto para aprovar ou até para rejeitar a Emenda Constitucional.

Acreditamos, efetivamente, e vamos defender a aprovação, razão pela qual quero em primeiro lugar encarecer aos senhores deputados, que estejam em seus gabinetes para que compareçam ao Plenário. Em segundo lugar, senhor presidente clamar a Vossa Excelência para que suspenda por alguns minutos esta Sessão Plenária, até que os deputados que estão na Comissão de segurança Pública, possam suspender a Comissão e virem até o Plenário para cumprir o seu compromisso de voto e depois, efetivamente, voltarem à reunião que está acontecendo na Comissão de Segurança Pública.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero dizer que esta Casa tem aberto precedentes neste sentido. Constantemente as CPIs estão reunidas, concorrendo com a Sessão do Plenário.

Parece-me que há uma preocupação do líder do governo pela ausência dos parlamentares da bancada governista e que, possivelmente, não tenha quórum suficiente para competir com a bancada de Oposição e bancada independente. Eu acho que paralisar uma reunião lá embaixo agora, com a comunidade, com o movimento pela paz, com entidades da área policial, que estão debatendo o Estatuto da Polícia Civil, eu acho temerário e acho desrespeitar quem está convidado para a Comissão e que veio a esta Casa para debater o Estatuto da Polícia Civil.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

A Questão de Ordem do deputado Durval Amaral não procede. Não podemos suspender a Sessão porque não há motivo para tal.

O que se poderá fazer é retirar da Ordem do Dia, o item 1 da pauta, até porque está de forma irregular, pois deveria estar constando numa reunião extraordinária. Podemos retirá-lo da Ordem do Dia e tocarmos a Sessão, normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa passa a decidir sobre a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Durval Amaral.

Artigo 46 - “As Comissões permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia em dias e horas pré-fixadas de terça a quinta-feira, a partir das 9 horas, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizam fora da capital.

§ 1º - Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o horário e dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia”.

Com base nesse Artigo, a Presidência suspende a Sessão por cinco minutos, para que possamos entrar em entendimentos com a Comissão de Segurança Pública que está reunida neste momento.

(Está suspensa a Sessão)

Está reaberta a sessão.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Questão de Ordem)

Só para doutrinariamente, fixar uma posição. Como é que pode o principal ficar submetido ao acessório? No caso, o principal é o Plenário da Assembléia. Nós interrompemos nossos trabalhos normais quando há quórum para qualquer votação, para nos submetermos àqueles que estão descumprindo o Regimento. Estão ausentes aqui.

Se Vossa Excelência toma essa medida, hoje, amanhã ela pode ser levantada como exemplo daquilo que já se fez.

Quero levantar essa questão para deixar registrado, porque no futuro, essas coisas poderão, sim, repetir e eu volto a dizer o seguinte: Este Plenário, aqui, é soberano. Os outros, as Comissões é que devem se submeter ao horário de funcionamento da Assembléia Legislativa e não o contrário: interrompemos os nossos trabalhos para ficarmos aqui à mercê, de, talvez, 5 ou 6 deputados que estão fora do horário, trabalhando em outro setor.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Aproveitamos a oportunidade do deputado Waldyr Pugliesi e encarecidamente o deputado Hermas Brandão já fez esse pedido a todos os presidentes das Comissões Permanentes da Assembléia, que não realizem reunião das suas comissões no horário regimental quando o Plenário está reunido.

Só suspenderemos a sessão para nos certificarmos de que existem mais do que 33 deputados presentes, porque é uma emenda à constituição e exige o quórum qualificado de 3/5, que são 33 deputados. Como temos 33 deputados presentes, reabriremos a sessão.

Conforme dispõe o artigo 196 do Regimento Interno “a proposta de emenda à Constituição será votada em dois turnos, pelo processo nominal e será considerada aprovada em ambos os turnos, por 3/5 dos votos dos membros da Assembléia Legislativa”. Portanto, 33 votos “sim”.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Seria desnecessário pedir a palavra para encaminhamento, uma vez que o deputado Caíto Quintana, numa das sessões anteriores, ele que foi relator da Constituição do Estado e que é um estudioso, que já falou dos motivos da apresentação, da qual a emenda apresentada por vários deputados, tendo Vossa Excelência, que preside a Casa, como o seu signatário principal. Visa essa proposta de emenda, nada mais, nada menos do que voltar à redação da constituição anterior. Que os auditores e procuradores junto ao Tribunal de Contas, voltam com seus direitos de terem duas vagas, alternadamente. E pela redação atual não as têm.

Então estamos fazendo praticamente uma correção, estamos votando uma proposta que volta à redação anterior para garantir aos auditores e procuradores junto ao Tribunal de Contas o seu direito que é reconhecido em toda as Assembléias. Até porque é uma determinação da Constituição Federal, nos seus artigos 73 e 75.

Apenas para isso.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O senhor 1º secretário, fará a chamada nominal dos senhores deputados.

Quem for favorável à emenda responde.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, antes que Vossa Excelência votasse, até por uma questão de esclarecimentos e fui relator desta matéria, gostaria de expor para que tivéssemos plena consciência daquilo que estamos votando.

Porque há uma discussão muito grande na Assembléia a respeito desta questão Tribunal de Contas, questão de conselheiros, questão de auditores e tal.

Então, isso se não for interpretado, se não for analisado, pode se entender que esteja se criando algo. Na verdade, senhor presidente, a confusão que existe e sempre existiu nesta questão de conselheiros é advinda da Constituição Federal.

Isto é, um artigo que existe na Constituição do Estado, exatamente igual ao que existe na Constituição Federal. Só que com uma diferença: no Tribunal de Contas da União são 9 ministros - 2/3 - são de indicação do Legislativo, 2/3 de 9 são seis, portanto, sobram 3. E a

constituição Federal que diz que dos 3 que sobram, um é indicado entre membros do Ministério Público, obrigatoriamente e outro entre auditores e um de livre indicação do presidente da República. Esse artigo trouxe para nós uma diferença, nós aqui ao invés de 9 temos 7 conselheiros, 2/3 de sete, vai dar 4 vírgula alguma coisa, mais do que cinco, portanto puxa para cinco. Cinco conselheiros são indicados pela Assembléia Legislativa, sobram dois para serem indicados, alternativamente entre membros do Ministério Público e Auditores. E a grande discussão que existe é quem perde a indicação de um conselheiro.

Esta discussão, inclusive, está em juízo. Daqui a pouco quem vai perder vai ser a Assembléia Legislativa, que para poder sobrar 3 vagas - uma de procurador, uma do Ministério Público, uma de auditor e outra de livre indicação do Governador, nós é que vamos perder uma vaga na Assembléia.

Por esta razão é que o projeto diz o seguinte: “Cinco são da Assembléia, duas são de indicação do governador com aprovação da Assembléia dentre membros do Ministério Público e dos auditores”.

É isso que estamos votando para regulamentar de uma vez essa questão da nossa Constituição.

Acho que é recomendado que seja votado, até porque o Tribunal de contas é órgão auxiliar do Legislativo.

O Executivo já tem lá o procurador que é nomeado pelo governo e que nem sequer consulta a Assembléia. E o Tribunal de Contas é órgão do Legislativo, impossível que o Legislativo saia perdendo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

Quarenta e seis senhores deputados votaram **sim**, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está aprovada a emenda Constitucional.

Ela voltará à Ordem do dia, conforme os dispositivos regimentais.

Conforme requerimento de preferência de votação, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, acima aprovado.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2000, que dispõe que o pessoal admitido para emprego público na administração direta e autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. **PARECERES FAVORÁVEIS**

DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ. E CF., PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 12 (doze) de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 411/2000**

O artigo 3º do referido projeto de lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - É vedado atribuir o regime de que trata esta lei aos servidores regidos pela Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, que constituem os quadros do Magistério Estadual, da Polícia Militar e da Polícia Civil”.

Sala das Sessões, em 05.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, Hidekazu Takayama, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa expressamente garantir, no corpo do texto legal, a exclusão do regime de que trata o Projeto de Lei nº 411/2000 os quadros do Magistério Estadual, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Com esta redação incluída no corpo do projeto de lei, cessam as possibilidades de eventuais futuras interpretações que de modo diverso pretendam aplicar a lei uma vez ela em vigor.

Ademais, em nível de mérito, é preciso reconhecer que os três quadros supradescritos já constituídos não podem ser regidos pelos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seja pelas suas especificadas, seja pela importância capital e estratégica que têm no âmbito do serviço público. No que toca às especificidades, ressaltaríamos que são exercícios profissionais cujas qualificações precisam ser rigorosamente auferidas mediante concursos públicos que atendam a todas as formalidades somente aplicáveis ao quadro estatutário. No que toca ao Magistério, por exemplo, estamos tratando da talvez mais nobre função humana em nossa sociedade na atualidade, a quem se confia a formação das gerações que se sucedem, com tudo o que isso implica em termos de conhecimento e cultura, até da preservação e reprodução dos valores de cidadania e nacionalidade, sem os quais não se constroem uma nação soberana. E quanto às polícias Militar e Civil, basta lembrar que às duas instituições é confiadas: a segurança da sociedade, o poder de prender e/ou libertar nos termos do estado de direito, e mesmo de salvaguardar a vida dos cidadãos, dentre tantas outras atribuições tão importantes quanto e para cuja missão são necessários quadros altamente qualificados cuja verificação necessariamente deve se dar por meio de rigorosos testes de seleção somente possíveis nos termos de concurso público.

E, por fim, dada a complexidade das funções atribuídas aos integrantes dos três quadros em tela, faz-se

necessário a estabilidade prevista no regime estatutário, sem o qual estas funções não serão exercidas com o rigor e a independência delas exigido.

Daí as razões da presente emenda.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Incluir um artigo 5º no Projeto de Lei nº 411/2000, com a seguinte redação, renumerando-se o atual artigo 5º e os subsequentes:

Artigo 5º - Os Professores colaboradores das entidades de ensino superior criadas ou mantidas pelo Estado do Paraná, inclusive os que estão em atividade, serão contratados por tempo indeterminado, nos termos da legislação trabalhista”.

Sala das Sessões, em 05.05.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Marcos Isfer e Divanir Braz Palma.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda estabelece que os professores colaboradores das Universidades e demais entidades de ensino superior do Estado do Paraná, inclusive os em atividade, serão admitidos pela legislação trabalhista com contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Trata-se de sugestão formulada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, que tem a seguinte justificativa:

“Durante a propaganda e execução dos testes seletivos que mantém os professores por, no máximo, dois anos na Instituição, a Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro, a exemplo das outras Universidades Estaduais, gasta uma parte significativa de seu orçamento, quer para a viabilização de provas, quer para a manutenção de professores titulados em seu quadro funcional, sem garantia de poder contar com eles futuramente.

Ocorre que, por ser por um tempo exíguo, esses especialistas, mestres e doutores deixam a Unicentro, após o vencimento de seus contratos, ocasionando uma perturbação imensa nas atividades docentes assim como um desperdício financeiro e de recursos humanos qualificados.

Em vista do exposto, solicitamos a intervenção de Vossa Excelência no sentido de que a Assembléia Legislativa aprove o projeto de lei do Governo do Estado do Paraná, que permite a contratação de funcionários pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, por tempo indeterminado, a fim de contribuir para a melhoria do Ensino Superior do Paraná e que os atuais professores colaboradores, contratados por tempo determinado, sejam contemplados nesse projeto, estendendo-se a eles o benefício da contratação por tempo indeterminado.

Trata-se de uma medida de emergência a fim de salvaguardar a permanência dos professores colaboradores na instituição, garantir tal benefício para os atuais

professores contratados por tempo determinado, e de poder solucionar o problema de preenchimento de vagas docentes futuras, sob o Regime de CLT, economizando verba pública e enriquecendo seu quadro funcional com docentes titulados”.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

A presente emenda aditiva tem por fim acrescentar, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. ... - O Poder Executivo prestará contas mensalmente ao Poder Legislativo sobre os valores recolhidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta visa sanear a proposição de lei no que tange à imperiosa tutela dos interesses difusos quando da admissão de pessoal para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, uma vez que tal relação de trabalho será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho e, com isso, tornar-se-á obrigatório o recolhimento dos devidos valores ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

A presente emenda tem objetivo modificar a redação do artigo 3º da proposta original, dando-lhe a seguinte redação:

“Art. 3º - É vedado atribuir o regime de que trata esta lei aos servidores públicos das áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, assim como aos regidos pela Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 e àqueles com cargos de provimento em comissão”.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Cezar Silvestri, Hermes Fonseca, Ademir Bier, José Maria Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pelo eminente afronte à garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão à educação, à saúde e à segurança, visto que as carreiras ligadas às áreas fim do Estado devem sofrer a tutela do legislador.

Sendo assim, evidente é a necessidade de se proteger tais direitos sociais quando do interesse, emanado do Projeto de Lei nº 411/2000, de atrelar o ingresso na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo à obrigatoriedade da regência desta relação de trabalho pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 05

Art. 1º - O pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata.

Art. 2º - Leis específicas disporão sobre a criação dos empregos de que trata esta Lei no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, bem como sobre a extinção e a transformação dos atuais cargos vagos em empregos públicos.

Art. 3º - É vedado atribuir o regime de que trata esta lei aos servidores regidos pela Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970, inclusive aqueles incluídos no regime estatutário por força da Lei nº 10219, de 21 de dezembro de 1992 e aos cargos de provimento em comissão.

Art. 4º - A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego.

Art. 5º - O contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da administração pública nas seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual seja assegurado recurso hierárquico, de efeito suspensivo, que deverá ser apreciado no prazo de trinta dias.

Art. 6º - Os servidores públicos aposentados, nomeados para ocupar cargos efetivos, terão suas aposentadorias canceladas, facultando-se a contagem no novo cargo, do tempo de serviço anteriormente computado, respeitadas as condições previstas no artigo 35, § 1º, inciso III da Constituição do Estado do Paraná e legislação pertinente.

Art. 7º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Antonio Baratter, Miltinho Puppino, Ademar Traiano, Hidekazu Takayama.

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO
Nº 06, DE AUTORIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O Artigo 1º da emenda de autoria da Comissão de Constituição e Justiça passa a ter a seguinte redação, ficando mantidas a supressão do parágrafo único do artigo 1º e o artigo 2º.

“Art. 1º - O pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ressalvados os servidores pertinentes às carreiras do magistério, da saúde e da segurança pública, terão sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452, de 1º e maio de 1943, e legislação trabalhista correlata.”

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(aa) TONY GARCIA, ÂNGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO, ALGACI TULIO, JOSÉ MARIA FERREIRA, HERMES FONSECA, ORLANDO PESSUTI, RENATO GAÚCHO, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER.

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 07

Altera a redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 411/2000.

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 411/2000 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Leis específicas deverão dispor sobre a criação, extinção transformação de cargos e empregos, de que trata esta lei no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional.”

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, Nereu Moura, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

O texto visa equacionar a proposta do projeto de Lei aos ditames da legislação em vigor e das normas emendas da Constituição Federal.

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 08

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 411/2000 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - O pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452, de 1º e maio de 1943, e legislação trabalhista correlata naquilo que a lei dispuser em contrário, não se aplicando, porém, está lei aos professores e servidores do sistema estadual de educação.”

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Caíto Quintana, Nereu Moura, Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir a redação e conteúdo do Projeto de Lei 411/2000 dando consistência de constitucionalidade e legalidade.

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 09

“Fica suprimido o parágrafo único do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 411/2000”

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

O texto, como proposto, é flagrantemente ilegal e inconstitucional, não havendo como o Poder Legislativo delegar ao Chefe do Poder Executivo para que proceda por meio de Decreto a extinção de cargos e a criação de empregos públicos.

Deve-se, por outro lado, observar que a construção “Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transformar, mediante decreto cargos públicos estatutários em empregos celetista” padece pelo menos de duas incorreções:

a) os empregos não são denominados na doutrina nem na lei como sendo “celetista”, mas sempre serão empregos públicos, e por orientação legal e doutrinária, são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

b) “transformar” - trata-se, segundo orientação do Dicionário de Língua Portuguesa, ato pelo qual se toma um dado ou ente, extinguindo-se sua essência, para dar-lhe nova. Isto significa que o Poder Executivo deverá através de duas operações lógicas: extinguir os cargo públicos (eliminando-lhes a essência) e criando os empregos públicos (em substituição àqueles). O fato de ser sem aumento de despesas, e no caso, é irrelevante.

A criação, extinção (e transformação) de cargos, aumento de salários, extinção e toda matéria pertinente à organização da Administração, se bem que seja atribuída à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, não pode ser executada através de Decreto, necessitando de lei própria e com a devida e necessária justificativa e exposição de motivos.

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 10

O artigo 5º do Projeto de Lei nº 411/2000 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - O contrato de trabalho por prazo indeterminado poderá ser rescindido após o prévio processo administrativo e com ampla possibilidade de defesa, nas seguintes situações:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal;

IV - insuficiência de desempenho, apurada através de processo e método normal e regular de avaliação de desenvolvimento e desempenho de atividades e funções e no âmbito do planejamento geral e específico da Administração Pública e da Unidade de trabalho do servidor.

Parágrafo Único - Em qualquer das hipóteses enumeradas caberá recurso administrativo e hierárquico, com efeito suspensivo, que deverá ser apreciado no prazo de trinta dias”.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Nereu Moura, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson.

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta visa corrigir uma deficiência legal e constitucional: o devido processo legal e a ampla defesa. Não há como agir em matéria de Administração Pública por impulso e posições arbitrárias. A norma constitucional inibe tal disposição ao determinar os procedimentos necessários de alcance administrativo.

Assim, para poder demitir um servidor público regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme se extrai da proposta do Poder Executivo, é necessário pelo império de norma constitucional, que se forme o devido processo e se dê condições de defesa ao servidor.

De outro lado, é princípio geral da Administração Pública que seus atos sejam motivados, destarte ser impossível a simples menção elencada no inciso III ou no inciso IV do artigo 5º.

É necessário que a Administração Pública motive fundamentadamente sua posição para que seu (s) ato (s) seja efetivo e produza os efeitos pretendidos. Não o sendo, fatalmente será abalroado pelos pretórios zelosos em manter e guardar os preceitos constitucionais.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Substitui a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 411/2000 para dizer:

“Art. 1º - O Estado do Paraná adotará o regime jurídico estatutário para os ocupantes de cargos públicos e o regime jurídico da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT - no caso de empregos públicos.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Edson Strapasson, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar a redação do texto proposto às normas legais e constitucionais, bem com aos dispositivos que regem a Redação de Textos Legais. Assim, há que se observar de um lado que a Lei Federal 9962/2000 ao disciplinar o regime de emprego público do pessoal da Administração Pública Federal, traz redação bastante semelhante àquela pretendida pelo Poder Executivo. Entretanto, a situação dos servidores públicos federais é bastante diferente daquela existentes no âmbito do Estado do Paraná. De outro, a Emenda Constitucional nº 19/98 por não mais exigir o regime jurídico único para os servidores públicos, deixa ao Administrador a possibilidade de contratação - via concurso público de provas e títulos - em outro regime jurídico que não o estatutário.

Assim, a intenção do projeto de lei do Executivo fica preservado, mas, com redação mais autêntica e seguindo os dispositivos constitucionais e legais.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 12

Emenda Modificativa: Altera o artigo 1º do Projeto de Lei 411/2000, ficando com a seguinte redação:

“Art. 1º - O pessoal a ser admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata, naquilo que a lei não dispuser em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de corrigir e clarear a redação do presente artigo, deixando claro que esta lei não retroage, alcançando situações já consolidadas em direito adquirido.

Está em discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, além da CCJ, vai para quais outras Comissões? Há uma previsão já regimental?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai para a Comissão de Finanças, Comissão de Educação.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

As Comissões que já exararam parecer sobre o mesmo projeto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 069/2000, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a “Fundação Melvin Jones - Distrito LD-6 de Lions Clubes - Paraná”, do Município de Londrina, no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2000, de 15/03/2000).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/2000, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação da Paz, de Paranaguá - PR, com sede e foro em Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2000, de 12/06/2000).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 377/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia - Aercof, com sede e foro no Município de Terra Rica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 157/2000, de 13/11/2000).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 114/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação do Clube da Terceira Idade Vovô Feliz de Medianeira - Actimed. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2001, de 09/04/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 138/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Comunitária Casa da Criança São José, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/2001, de 18/04/2001).**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná, à Irmã Firmina Maria. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 635/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Campo Mourão. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento a taxa de água cobrada pela Sanepar às vilas rurais já existentes; autoriza a perfuração de poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos naturais quando da implantação de saneamento básico em vilas rurais novas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de nº 01, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Luiz Carlos Zuk, Hermes Fonseca, Nereu Moura e demais deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 391/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento das taxas de água, as Vilas Rurais do Estado do Paraná, bem como isentar as Associações de Bairro e as creches cadastradas junto à Secretária Estadual da Criança e Assuntos da Família, do pagamento das taxas de água e luz, cobradas pela Sanepar e Copel.

Art. 2º - Autoriza ainda a perfuração de poços artesianos e implantação de sistema de captação dos recursos hídricos naturais, destinados a irrigação, quando da instalação de saneamento básico em Vilas Rurais novas.

Art. 3º - Os benefícios previstos no Art. 1º - desta lei destinar-se-ão às associações de moradores de bairro e às creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

§ 1º - É condição indispensável para que às entidades previstas neste artigo usufruam dos benefícios das isenções, que sejam devidamente reconhecidas de Utilidade Pública Estadual.

§ 2º - A sede de funcionamento das associações de moradores de bairros prevista nesta lei deverá ser com-

provada mediante cópia da certidão de propriedade do Registro de Imóveis, ou contratos de locação ou comodato, ou cessão de uso, conforme o caso.

Art. 5º - Os requisitos exigidos pelo §§ 1º e 2º, do art. 3º deverão ser comprovados, a cada 180 (cento e oitenta) dias, implicando o não cumprimento na suspensão do benefício até a efetiva comprovação mediante apresentação dos referidos documentos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2001.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, LUIZ CARLOS ZUK, HERMES FONSECA, NEREU MOURA, ELI GHELLERE, ADEMIR BIER, MARCOS ISFER, EDSON STRAPASSON.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 12

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2001, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jandaia do Sul, parte do terreno da Escola Estadual Rui Barbosa, para construção da Casa da Cultura. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2001, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jandaia do Sul, o terreno da unidade sanitária desativada a mais de 10 anos, para construção de um Centro de Saúde. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que cria o Programa Emergencial De Auxílio Desemprego e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. CF E CDH. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 058/99, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 291/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Péricles de Mello, tem por objetivo criar o Programa Emergencial de Auxílio Desemprego e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 291/99

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Péricles Mello, tem por objetivo criar o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e dá outras providências.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, concluiu ser ela benéfica pelo seu caráter assistencial, merecendo, portanto, nosso parecer favorável, devendo ser o mesmo encaminhado para o duto Plenário, para conseqüente apreciação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 291/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles Mello, tem por objetivo criar o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação por esta Casa de Leis. Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.2000.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a "Casa de Recuperação Jesus Saúde Total". PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/2001, de 02/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 096/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Casa de Recuperação Jesus Saúde Total".

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após cumprido o prazo do Art. 1º, inciso I da Lei nº 6994/78, onde estabelece a obrigatoriedade da entidade possuir

personalidade jurídica há mais de um ano, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/2001, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná - Fundepac, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2001, de 21/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 119/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná - Fundepac, com sede e foro em Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2001, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/2001, de 18/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 139/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Evangélica Luterana São Lucas do Pinheirinho, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2001, de 24/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 150/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana São Lucas do Pinheirinho, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2000, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais - EDA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E C.E. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 055/2001, de 09/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 171/2000

P A R E C E R :

Do projeto

De autoria do eminente Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais - EDA, justificando ser uma "aspiração antiga e visa facilitar os autores de obras de gêneros diversos... salvaguardando-as de plágio e/ou apropriação indébitas..., resguardando a legitimidade de autoria..."

Do voto

Sob a ótica constitucional e legal somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 171/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais - EDA.

Fundamentação

No tocante à constitucionalidade e à legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que pudesse obstar.

Conclusão

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme atribuição dada pelo § 7º, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, nos posicionamos favoravelmente à aprovação da matéria, objeto deste parecer, já que a mesma é meritória e beneficiará em muito o nosso Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

Cesar Seleme - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instituir, nos municípios de grande porte, o Programa Centro de Convivência do Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 102/2001, de 14/08/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 258/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instituir nos municípios de grande porte, o Programa Centro de Convivência do Idoso.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável

Sala das Comissões, em 10.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 258/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por finalidade autorizar o

Poder Executivo a instituir nos municípios de grande porte, o Programa Centro de Convivência do Idoso.

A presente proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, entendendo o grande alcance da proposta apresentada, apresenta, também, o seu irrestrito apoio ao Programa de Centro de Convivência do Idoso.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2000, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que assegura, conforme especifica, transporte gratuito em linhas rodoviárias intermunicipais para pessoas carentes, no âmbito do Estado do Paraná, quando em tratamento de saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. E COPTC. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145/2000, de 25/10/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 341/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, tem por objetivo, assegurar, conforme especifica, transporte gratuito em linhas rodoviárias intermunicipais para pessoas carentes, no âmbito do Estado do Paraná, quando em tratamento de saúde.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 341/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, objetiva assegurar transporte gratuito em linhas rodoviárias intermunicipais para pessoas carentes, no âmbito do Estado do Paraná, quando em tratamento de saúde.

Conforme podemos observar, já constatamos a existência de pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o artigo 33, §3º do Regimento Interno, entende que não existe nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 341/2000

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Edson Strapasson, o projeto de lei em questão objetiva assegurar transporte gratuito em linhas rodoviárias intermunicipais para pessoas carentes, no âmbito do Estado do Paraná, quando em tratamento de saúde.

Ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria veio a receber parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao ser chamada a opinar, em conformidade com o art. 33, § 6º do Regimento Interno vem a fazê-lo, favoravelmente, enfatizando o mérito de tal proposição o alcance geral da medida, trazendo benefício a população carente em geral.

Favorável, é o parecer!

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Esse requerimento do Deputado Durval Amaral, refere-se a uma preocupação do Governo quanto a questão operacional deste projeto. E nós combinamos aí a retirada de pauta, por cinco Sessões, para que o DER possa estudar melhor e termos entendimento, para produzirmos melhores resultados.

O SR. DURVAL AMARAL

Nós concordamos, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento, pedindo adiamento por cinco Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 341/2000.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de São Miguel do

Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP.
Aprovado. (Publ. no DA nº 157/2000, de 13.11.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 378/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem a seguinte súmula: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no Município de São Miguel do Iguaçu."

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar sobre a sua legalidade e enquadramento na Constituição, e, por se tratar de projeto de lei autorizatória, nada encontramos que possa impedir sua tramitação nesta Casa.

Desta forma, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 378/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no Município de São Miguel do Iguaçu.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição tem como objetivo proporcionar maior comodidade à população, solucionando problemas de regulamentação de documentação de seus veículos.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1622, 1728 a 1731 e 1752 a 1758, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Apenas para comunicar à Casa que o Ministério Público Estadual está quebrando o sigilo fiscal da Fundação O Boticário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

(**Continua lendo requerimentos**)

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Eu gostaria que Vossa Excelência lesse o inteiro teor dos requerimentos do Deputado Nelson Tureck.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

E o requerimento do Deputado Cleiton Kielse, para discutir.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

E o inteiro teor do requerimento do Deputado Ademir Bier e outros, relativo ao Clube Atlético Paranaense.

Não tem nenhum, aí, de congratulações ao Doutor Ingo, de novo, não é?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não. Vamos atender à solicitação dos senhores deputados.

Requerimento nº 1743, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o ilustre Deputado Nelson Tureck está pedindo que seja parabenizado o 11º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Campo Mourão, na pessoa do seu Comandante, Major Nelson José Cassaroli.

Ora! Nós temos, pela própria história, nós da Oposição, muito cuidado em cumprimentar militares que estejam exercendo ou já exerceram suas funções. O que acontece neste caso, aqui? Nós não temos conhecimento da atuação deste Comandante, Major Nelson José Cassaroli. Nós não sabemos porquê o estamos cumprimentando.

Queremos propor, por esta simples razão, que as Oposições, as independentes, se abstenham de votar por absoluta falta de conhecimento daquilo que estamos, se votarmos a favor, aprovando aqui. Não sei qual a atuação deste Comandante. Talvez o deputado tenha as informações que nós não temos. Então, estou propondo que nós nos abstenhamos de votar este voto de congratulações a esta autoridade militar, por absoluta falta de informação.

Também não vamos aceitar neste momento, por extemporânea.

O SR. NELSON TURECK (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, como deputado da região da Concama, representando vinte e cinco municípios; como representante da Candoze, também, que congrega a região doze do Centro-Oeste do Estado do Paraná, deputado da região que conhece o trabalho deste Comandante, o Major Cassaroli, que conhece o trabalho ali da Polícia Militar. Uma polícia eficiente. Uma polícia que trabalha em prol da comunidade, com educação, com respeito e acima de tudo, resolvendo os problemas na área da segurança na nossa região.

Isto não é só, senhores deputados, em Campo Mourão, mas também em todos os municípios da região. E neste momento, nós que somos amigos, somos companheiros da Polícia Militar, que sabemos do trabalho e da seriedade com que eles tratam da segurança do nosso povo, eu não poderia, de forma nenhuma, deixar de prestigiar aqueles que nos defendem, aqueles que trazem e dão a segurança a um pai de família, à nossa juventude, aos nossos funcionários públicos, na nossa região. É justiça desta Casa, nós que defendemos o povo, independentemente de qual seja a situação ou que seja a empresa de comércio, enfim, a Polícia Militar, quando trabalha, como diz o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a nossa Polícia Militar, é uma das melhores do Brasil.

E portanto, nesse momento, também peço apoio dos senhores deputados, porque na minha região, Centro-Oeste do Estado do Paraná, a Polícia Militar é um exemplo do Brasil, exemplo do Paraná.

Portanto, peço o apoio dos nobres deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência registrasse os votos da maioria e que, em relação às Oposições, ficasse bem clara a nossa tomada de posição. Nós estamos nos abstendo de votar essa matéria.

Me parece que seria até desnecessário, mas quero registrar a abstenção dos Deputados José Maria Ferreira, Strapasson, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Marcos Isfer, Ghellere, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Colombo, Pessuti, Caíto Quintana, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Algaci Tulio, Sérgio Spada. Está feito o registro da abstenção desta série de deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado e será anotado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, peço a gentileza de me inscrever nas explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência está inscrito em explicações pessoais.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, Pela Ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela Ordem, Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (**Pela Ordem**)

Só para registrar, a presença do Prefeito de Umuarama, Prefeito Scanavaca; Prefeito Evangelista, de Perobal, um dos municípios mais bem administrados do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado, Deputado Nelson Garcia, também já passou o comunicado aqui na Mesa, que também registrou da mesma forma, a presença do Prefeito Fernando Scanavaca, de Umuarama e o Prefeito José Evangelista, de Perobal.

Requerimento nº 1542, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1695, 1607 e 1646, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Registre-se a abstenção do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Requerimento nº 1615, de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. CHICO NOROESTE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, este requerimento tem como objetivo a formação de uma Comissão Especial para investigar possíveis discriminações, injustiças, ou até mesmo irregularidades na distribuição de verbas da Unioeste entre os campus, tendo em vista que os números ou percentuais defendidos pela Diretoria do Campus de Foz do Iguaçu que defendia um percentual em torno de 14.5 foi estipulado na reunião pelo COU (?), Conselho da Universidade, um percentual bem abaixo.

Portanto, nós estamos fazendo este requerimento, porém numa reunião que tive com a participação da própria Unioeste, a Reitoria, com a diretoria do campus da própria Unioeste, campus de Foz do Iguaçu e também com a participação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, ficou acordado que esse percentual será repassado à Universidade, ao campus de Foz do Iguaçu, razão pela qual eu peço a retirada do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está retirado.

Requerimento nº 1616, de autoria do Senhor Deputado Beraldin, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1649, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A reunião que estava marcada hoje com os senhores deputados no Plenarinho foi adiada para amanhã, às 13h30min, conforme entendimento do Presidente Hermas Brandão e Secretário Valdir Rossoni.

Requerimento nº 1664, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão Executiva.**

O requerimento entra como sugestão.

Requerimento nº 1704, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1708, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1724, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Infelizmente não existe em Regime de Urgência, adiamento para discutir.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Tendo em vista a ausência do Deputado Geraldo Cartário, não dá para nós adiarmos para amanhã, senhor presidente? Do que trata esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Projeto de Lei nº 153/2001, que normativa os serviços funerários dos Institutos Médicos Legais e outros estabelecimentos públicos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Esse é urgente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 1738, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

É uma pena que, aí, são mais de 3.500 assinaturas, mais uma boa quantidade entregue pessoalmente na mão do secretário ontem à noite, pelo Deputado Kielse Crisóstomo e nada disso comoveu o Secretário da Segurança e o Diretor da Polícia Civil na manutenção do Delegado “Bradock” na cidade de Rio Branco do Sul.

Lamentavelmente o governo desrespeita o desejo de uma população do município de Rio Branco do Sul.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Quero ressaltar que foi matéria nacional por duas redes de televisão, isso colocou uma situação absolutamente desagradável do Governo do Estado, aonde, em tese, a Segurança está funcionando, o Governo vai lá e desmonta.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 1669, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Nós aprovamos o requerimento que apesar de não ter o teor da resposta, já se encontra a resposta na Casa.

Houve um requerimento sobre o Fundo Estadual da Criança, em que eu pedia informações, junto à Copel, Fundação da Infância e Adolescência.

Gostaria de recorrer a essa Presidência, até para a Assembléia não ficar ridícula, que retirássemos o projeto. Já foi aprovado pela Casa, mas já está vindo a resposta e já está protocolado na Casa.

Entrarei em contato com a assessoria do Governo, da Liderança do Governo, para que o inteiro teor venha para nós.

Gostaria que Vossa Excelência pedisse o arquivamento desse requerimento, que um requerimento do mesmo teor já foi aprovado aqui, e a resposta está sendo encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esse requerimento foi aprovado, hoje?

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Foi. É de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É de sua autoria? Então está retirado.

Pela ordem, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só agradecer o Deputado Irineu Colombo, porque realmente a resposta já se encontra na Casa. A nossa assessoria vai imediatamente encaminhá-la ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimentos nºs 1537 a 1539, 1630 a 1639, 1640, 1720 a 1723, 1733 e 1769 a 1771, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1540, 1613, 1714, 1750 e 1751, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1541, 1604, 1605, 1681 e 1711 a 1713, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1710, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nºs 1543 a 1694, de autoria do Senhor Deputado Waldir Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1544 a 1680 de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1547, 1548, 1653 a 1655, 1575 e 1611, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1610, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 1549, de autoria do Senhor Deputado Hermas Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1556 e 1557, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1559 e 1560, de autoria do Senhor Deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1561, 1562, 1564 a 1566, 1696 e 1747, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1568 a 1571, 1574, 1623 e 1624, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1581 a 1603, de autoria do Senhor Deputado Tiago de Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1580, de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1606 e 1744, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1608 e 1609, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1612, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1617 a 1619, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1626, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1642, 1660, 1661, 1715 a 1718 e 1768, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1645, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1648, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1650, 1698 e 1703, de autoria do senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1746, de autoria do senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimentos nºs 1651 e 1687 a 1693, de autoria do senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1679, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1667, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1668, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1670, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1682, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1699, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, com apoioamento do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1700 a 1702 e 1775, de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1705 a 1707, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1763, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** (À matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nºs 1709, 1725 e 1761, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1732, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, com apoioamento do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1742, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1745 e 1748, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1749, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1760, de autoria dos Senhores Deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1762, de autoria do Senhor Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1764, de autoria dos Senhores Deputados Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pesuti, Edson Strapasson, Nereu Moura e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1777, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a Sanepar fez uma assembléia extraordinária no dia 14 de maio e publicou a Ata no dia 5 de junho, quase um mês depois. Foi autorizado a emissão de 75 notas promissórias.

Senhor presidente, estamos discutindo aqui setenta e cinco milhões de reais.

O valor unitário é de um milhão. Totalizando, são setenta e cinco milhões. O prazo de resgate dessas notas promissórias é de 360 dias. Por que é que estão sendo emitidas notas promissórias nesse valor, e, pasmem senhores, autorizada pela assembléia da Sanepar dizendo: “Notas Promissórias serão subscritas, aplicando-se um deságio ao seu valor nominal”?

Então quem tiver um pouquinho de dinheiro vai comprar uma nota promissória no valor de um milhão, em reais, podendo pagar quem sabe, cem mil, porque o governo está precisando de dinheiro no Caixa e depois, vai resgatar, no final do governo Lerner, ainda num bom acerto, um valor nominal - de um milhão de reais. Isso pode acontecer. Ah!, não vai acontecer? Pode acontecer!

Então, antes de qualquer presunção, estou fazendo esse requerimento e se o governo Jaime Lerner não tem dúvida do que vai fazer com isso, vai responder o meu requerimento.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não cabe mais. Está em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, me permita.

Não tem por quê. Foi uma sessão pública, aberta. Está publicado. Que preocupação de não informação leva a Bancada do Governo a um constrangimento desses?

Com todo o companheirismo, não tem porque, é uma nota promissória, que é pública! É da Sanepar! A Bancada do Governo se submete a um constrangimento que não tem por quê!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a discussão, está em votação. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE

A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação: 18 senhores deputados aprovam e 22 senhores deputados Rejeitam. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Justificativa de Voto)

Senhor presidente, esta Casa com este comportamento, com todo respeito ao Líder Durval Amaral, daqui a 15 dias a Bancada da Oposição, na pessoa do Deputado Irineu Colombo vai passar a ter os requerimento em mãos. É protocolar o protocolo geral - 15 dias o Governo é obrigado a passar as informações. Olha só, o Governo foi à Justiça para não dar os documentos aos Deputados Tony Garcia e Algaci Tulio.

Eu há muito tempo atrás, fiz um requerimento a esta Casa; submeti ao Plenário - recusaram. Fui derrotado. Encaminhei o protocolo geral do Governo, quinze dias ou vinte dias eu estava com a documentação na mão. Não tinha até nem porquê dizer isto, mas é submeter e vir desgastando a própria Bancada do Governo no quando não tem necessidade. Criar uma animosidade aqui dentro, senhor presidente, que não precisa!

Meu voto foi pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 459/98, 151/2000, 003, 026, 076, 148 e 151/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 291/99, 096, 119, 139, 150, 171, 258 e 378/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 267/2000, 053, 097, 006, 168, 338, 396 e 425/2000, e o de Resolução nº 016/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 2001.

Uma Postura Política

Folha de Londrina

A seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) busca resguardar-se de que sua posição contra a venda da Copel, ontem anunciada, tenha conotação política. Quer referir-se, naturalmente, à política partidária, mas tal não é necessário, por que é evidente que uma entidade que congrega pessoas de opiniões e ideologias múltiplas como a OAB, dificilmente obteria consenso num suposto apoio a determinado partido político.

Fica afastada, portanto, a figura de uma OAB partidária. Isto não invalida que uma decisão de apoio político-partidário possa eventualmente ocorrer, por parte da entidade, mas a opinião pública, não está, no momento, cobrando nenhum zelo como o manifestado ontem, pela OAB paranaense. Pode-se afirmar que a instituição está acima de suspeita.

De qualquer forma, uma tomada de posição em questão tão relevante como a intenção do governo estadual de privatizar a Copel, é uma decisão política. Porque, por política, entende-se sobretudo a prática da condução dos negócios públicos e o conjunto de princípios e medidas das instituições governamentais que tenham a ver com os interesses sociais.

“Não é outra, portanto, a postura da OAB senão política, e a entidade não tem nada a esconder nem preocupar-se com suposições de que esteja assumindo um comprometimento.

Porém, não deixa de ser importante, com forte peso de opinião, o voto da maioria de seus pares contra venda pretendida pelo governo.

Se, pela palavra de seu presidente, a OAB anuncia que não vai engrossar o Fórum Popular Contra a Venda da Copel que já conta com o apoio de mais de 200 entidades, da bancada oposicionista da Assembleia Legislativa, de alguns partidários do governo e da maioria da população paranaense - o certo é que o apoio da OAB-PR ao movimento está implícito.

Preocupou-se o presidente da entidade - e é natural que ele zele pela imagem de tão importante instituição - em afirmar que, em torno do “affaire” gravitam interesses políticos que “não podem contaminar a OAB”. Esse risco obviamente não existe, porque o movimento tem apoio popular.

A manifestação política ora anunciada pela Ordem dos Advogados - que tantas vezes tem assumido posições de vanguarda em defesa de importantes causas públicas - é muito importante e está sendo saudada como bem-vinda, pela cruzada antiprivatização e pela opinião pública paranaense.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RENATO GAÚCHO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 2001.

Os Desafios do Meio Ambiente

Folha de São Paulo

Tendo em vista a realização da Semana do Meio Ambiente (26 a 29 de março de 2001), promoção do Unifmu e do IMAE em que um momento no qual o processo de desenvolvimento - orientado pelos países centrais, voltado prioritariamente para o crescimento econômico e pouco preocupado com a qualidade de vida baseado em um sistema de produção em geral agressivo ao meio ambiente, provoca o agravamento contínuo do problema ecológico, no planeta; e considerando, também, que:

1º - há um contínuo desrespeito à natureza, intoxicada pelo uso de substâncias não biodegradáveis que comprometem o equilíbrio orgânico natural;

2º - nossas águas estão poluídas pelos esgotos sanitários não tratados, o solo, contaminado pela disposição inadequada de resíduos (lixos e afins) e o ar poluído por veículos e atividades industriais, destruindo, assim, nossos ecossistemas;

3º - o desmatamento, os incêndios criminosos, a caça predatória, a inundação de áreas para criação de usinas hidrelétricas e os assentamentos humanos não planejados são responsáveis pelo desaparecimento de espécies;

4º - o consumo descontrolado da água, a sua poluição e a absorção de agrotóxicos e resíduos químicos por nossas reservas tornam os recursos hídricos impróprios à saúde da população e com sinais de insuficiência;

5º - as emissões de gases poluentes e concentração de gás carbônico, ocasionadas pelas atividades agrárias e industriais descontroladas, o desmatamento crescente e a urbanização, tendo por base uma política de matriz energética degradadora, estão provocando mudanças climáticas de proporções globais, que afetam a saúde humana e a segurança da vida no planeta;

6º - o ser humano é o principal autor desse processo entrópico, mas também é o principal prejudicado

nesta e nas futuras gerações, particularmente, nos grandes centros urbanos;

7º - há exigências desiguais ao longo da história para diferentes países no que se relaciona à preservação ambiental;

8º - há a contínua perda da memória cultural dos povos, a precariedade de inventários, registros, vigilância e respeito ao patrimônio cultural, bem como a perda de critérios de acautelamento e preservação.

Propomos que:

I. o problema seja considerado em nível nacional e internacional com a devida seriedade e equilíbrio, passando a ser abordado pelo Estado e pela sociedade civil, motivada e aparelhada pelos Governos, inclusive com investimentos públicos adequados. Para tanto, é necessário mobilizar a comunidade escolar, os sindicatos, as associações de classe, a mídia e a população em geral para a busca de soluções relativas a problemas ambientais, estabelecendo diagnósticos locais, sem perda da visão global e da complexidade do problema;

II. o comércio internacional e a biotecnologia devam ser considerados e praticados dentro de parâmetros e legislações que permitam sua aplicação, com desenvolvimento científico-tecnológico, sem prejudicar o meio ambiente;

III. como instituição de ensino e pesquisa, no Estado de São Paulo, seja considerado prioritário:

- promover a educação ambiental, hoje dispositivo constitucional, valorizando a aplicação da Lei nº 9795/99, que “Dispõe sobre a Educação Ambiental e dá outras providências”, com o desenvolvimento de cursos, congressos nacionais e internacionais, treinamento, uso da educação a distância, material institucional, entre outros instrumentos pedagógicos;

- incluir a educação ambiental como tema transversal nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, discutindo-a de modo interdisciplinar ao longo do curso;

- fomentar a elaboração de projetos de pesquisas nas universidades, incluindo a pós-graduação e a iniciação científica, como vêm realizando o UniFMU e o IMAE, dentro de uma visão acadêmica mais ampla.

E conclamamos:

Dentro deste contexto de grande relevância e riscos para o futuro dos povos, que alcançam as presentes e futuras gerações, o UniFMU e o IMAE promoveram a Semana do Meio Ambiente, na certeza de que o ser humano - a mais sublime expressão da vida e o grande responsável pela sua continuidade em todas as suas formas - tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida.

Juntamente com os direitos civis e políticos - qualificados como direitos humanos de primeira geração - e os direitos sociais e econômicos - reconhecidos como direitos humanos de segunda geração -, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está situado no rol dos direitos fundamentais da espécie humana, constituindo, com outros direitos difusos, como o direito à paz,

o direito ao desenvolvimento e o direito do consumidor, os direitos humanos de terceira geração, pelos quais devemos lutar na busca de horizontes que consagrem plenamente o desenvolvimento humano sustentado.

É a nossa conclusão, que esperamos seja compartilhada por toda a sociedade brasileira.

Hoje, 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, momento em que a sociedade brasileira vive o grave problema da energia, o UniFMU e o IMAE manifestam o firme empenho em tornar realidade os princípios da Carta de São Paulo, publicada no Suplemento Especial “Os Desafios do Meio Ambiente”, no dia 22 de abril de 2001, na Folha de S. Paulo. Esta Carta, elaborada no UniFMU, durante a Semana do Meio Ambiente, é fruto de profundas análises feitas por renomados especialistas, os quais chegaram a conclusões altamente significativas para a recuperação e a preservação do meio ambiente brasileiro.

A Carta de São Paulo teve ampla repercussão em diferentes segmentos da sociedade brasileira, os quais reagiram com intenso apoio aos seus termos e propostas. Reproduzimos o seu texto em homenagem à laboriosa população brasileira, que enfrenta o desafio da crise de energia e demonstra a sua vontade em atender ao apelo do Governo Federal.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 2001

Acorda Ponta Grossa

Diário dos Campos

Dois fatos divulgados pela imprensa nesta semana evidenciaram a inércia das lideranças políticas e empresariais de Ponta Grossa. O primeiro diz respeito à proposta de instalação de uma termoeletrica em Londrina, o que implicaria numa extraordinária injeção de investimentos em um município que, se comparado a Ponta Grossa, está num estágio mais atrasado quanto à produção de energia alternativa. O gás natural, por exemplo, que há quase um ano já é uma realidade aqui, em Londrina ainda está em fase de estudos, devendo demorar muito tempo para virar realidade.

O outro fato que chama a atenção é o anúncio de que o governo do Estado, em parceria com o Ministério da Defesa, pretende transformar os aeroportos de Maringá, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu em terminais de exportação de produtos paranaenses.

Ponta Grossa, mais uma vez, foi esquecida, mesmo sendo o município do interior do Estado que apresenta a maior arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que comprova um estágio mais avançado de industrialização que as outras quatro cidades. Portanto, possui demanda e requisitos suficientes para reivindicar tanto a termoeletrica, quanto a instalação de um

terminal aeroportuário para exportação de produtos. O que falta, no entanto, é maior mobilização das lideranças políticas e empresariais de Ponta Grossa e região. É preciso sair do imobilismo, abandonando a tradicional postura tacanha e provinciana. Está na hora de buscar projetos mais ousados para a cidade e região.

O terminal de exportação e a termoelétrica são duas bandeiras que devem ser levantadas. Com a palavra o prefeito Péricles de Mello, os deputados Padre Roque, Affonso Camargo, Plauto Miró, Luiz Carlos Zuk, a Câmara Municipal, a Acipag, a AMCG e outras forças vivas (?) de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.